

ISSN-0103-5576

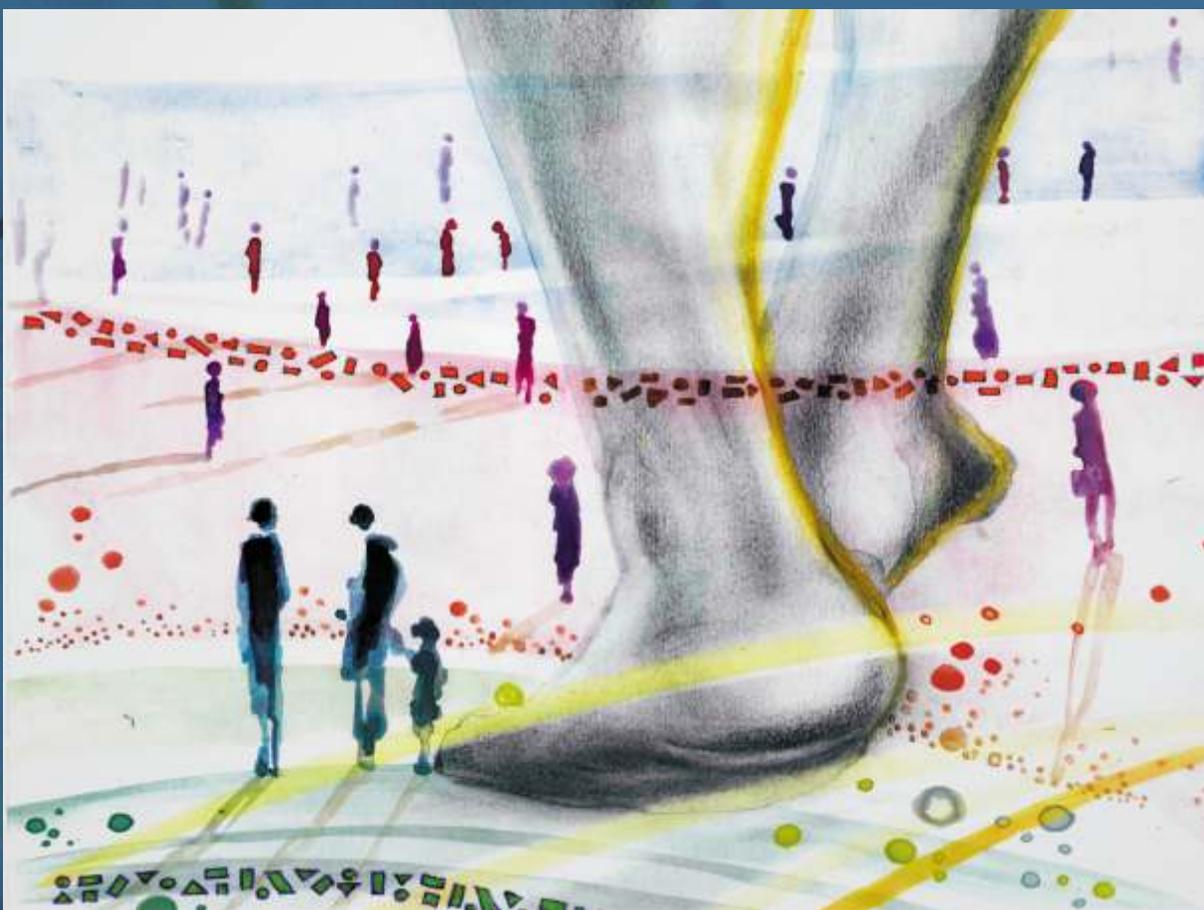
TRAVESSIA



revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXVI, nº 72, Janeiro - Junho/2013

72



Brasil

Andanças

Argentina

Comensalidade

Itália

Racismo

França

Pastoral

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

Dirceu Cuti

CONSELHO CIENTÍFICO

- Alfredo José Gonçalves (Pia. Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrini anos)
Carlos Berrardo Vainer (IPPUR/UFRJ)
Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)
Francisco Nunes (Casper Libero)
Giralda Seyferth (Museu. Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Guilherme Cantor Magnani (USP)
José Jorge Gebara (UNESP)
Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)
Lorenzo Principe (CNR/Roma)
Marcia Anita Sprandel (Ct. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)
Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)
Sidney Antonio da Silva (JFAM)

CONSELHO EDITORIAL

- Ana Cristina Arantes Nasser (USP)
Heinz Dieter Heidemann (USP)
Helion Róvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)
José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)
Léa Francesconi (USP)
Margarida Maria de Andrade (USP)
Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)
Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225

Bairro Liberdade

01514-000 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340.6952

travessia@missaospaz.org

cem@missaospaz.org

www.missaospaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11) 3379-7046

SUMÁRIO

Apresentação	05
<i>Dirceu Cutti</i>	
A Itália e o racismo disfarçado.....	07
<i>Dario Spagnuolo</i>	
A “integração” dos imigrantes brasileiros na França	19
<i>Gisele Maria Ribeiro de Almeida</i>	
Nuevos destinos de la migración africana reciente: Los senegaleses en Argentina.....	31
<i>Bernarda Zubrzycki</i>	
<i>Mangia che te fa bene!</i> Comida e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul	41
<i>Maria Catarina C. Zanini</i> <i>Miriam de Oliveira Santos</i>	
Sair do sertão, viver nele: as migrações sertanejas.....	55
<i>Andréa Maria Narciso Rocha de Paula</i>	
A paróquia católica e a pastoral da mobilidade humana: A questão do território e a missão da Igreja junto aos migrantes.....	73
<i>Sidnei Marco Dornelas</i>	
(Ensaio) Dicotomías, identificaciones y migraciones en las Américas.....	89
<i>Leonir Mario Chiarello</i>	
(Relato) A comunidade brasileira em Roma: Trinta anos de serviço pastoral entre acolhida e integração.....	99
<i>Francesca Vietti</i> <i>Sérgio Durigon</i>	

Este número da *Travessia* apresenta textos que percorrem variadas trilhas geográficas (Brasil, Itália, França, Argentina); perpassam distintos tempos (ontem e hoje, velhas e novas andanças) e se pautam por olhares plurais (integração, identidade, racismo, pastoral).

Dario Spagnuolo, com respaldo teórico, mostra-nos como a Itália, de país considerado de acolhida, passou a se caracterizar por seu reverso, adotando uma postura política abertamente xenófoba. Se anteriormente verificavam-se atos racistas isolados e com reprovação da sociedade, uma inversão de atitude marca as duas últimas décadas, transcorridas a partir da queda do Muro de Berlim, e para isso contribuiu enormemente a imprensa. Mais preocupante, porém, é o legado comprometedor dos mecanismos introduzidos no âmbito da legislação, colocando os imigrantes num patamar de cidadania inferior ao dos nacionais. Somado a isso, a existência de uma discriminação difusa contra os imigrantes levanta sérias dúvidas quanto a um possível processo de integração.

Dentre os imigrantes em território italiano, encontram-se os brasileiros, melhor dizendo, as brasileiras, pois, segundo dados oficiais do final de 2011, elas representavam mais de 70% dos que lá residiam regularmente. *Francesca Vietti* e *Sérgio Durigon*, sob forma de relato, nos falam dos brasileiros em Roma. Descrevem como surgiu a organização da coletividade a partir da Pastoral do Migrante e como esta se transformou num espaço de encontro e de apoio. Chamam atenção para o alto grau de vulnerabilidade que vivenciam muitos brasileiros – é relativamente elevado o número dos que se encontram em situação irregular –, confinados no espaço privado das residências, cuidando de idosos e/ou enfermos. Nos reverses que sofrem, há os que recorrem à Pastoral, mas muitos, por medo, calam-se.

Sob outras lentes, *Gisele Maria Ribeiro de Almeida* estudou os brasileiros na França. Sua preocupação foi a de compreender como ocorre a integração à sociedade francesa. Em virtude do caráter heterogêneo da “comunidade” e das distintas trajetórias, deparou-se com processos multifacetados e até mesmo paradoxais que misturam integração e discriminação.

Maria Catarina C. Zanini e *Miriam de Oliveira Santos* levam-nos ao interior do Brasil, mais precisamente aos descendentes de italianos no Rio Grande do Sul. Analisaram o papel da comida, que, escassa nos primórdios,

se transformou para as gerações futuras num demarcador da identidade étnica e símbolo de diferenciação cultural. Por sua vez, *Andréa Maria N. Rocha de Paula* nos conduz pelo norte de Minas Gerais, entre as voltas que o rio São Francisco dá. Em forma de narrativa, descreve as migrações de ontem e de hoje; suas trilhas e destinos, provisórios e sazonais; as idas e vindas do e no sertão; as transformações havidas e suas permanências – as perenes travessias para suprir as históricas carências do sertão.

No amplo mapa da reconfiguração dos circuitos migratórios da atualidade, *Bernarda Subrzycki* destaca um dos mais recentes destinos da migração Sul-Sul: os senegaleses na Argentina.

Por fim, dois outros textos, de *Leonir Mario Chiarello* e *Sidnei Marco Dornelas*, suscitam discussões de caráter mais abrangente. *Leonir*, através de um ensaio, discorre sobre a construção histórica da identidade do continente americano, a qual aparece determinada por traços dicotômicos. Em um primeiro momento, trata-se da assimetria de poder entre os colonizadores europeus e os autóctones e, depois, da assimetria entre o Sul atrasado e o Norte desenvolvido. Em meio ao processo, o autor ressalta o papel desempenhado pelas migrações históricas no continente e a importância dos movimentos migratórios atuais para a superação das dicotomias existentes.

Sidnei, no âmbito dos debates que hoje se travam no interior da Igreja em torno da necessidade de renovação, partindo do Documento de Aparecida e valendo-se da contribuição das ciências sociais, levanta a discussão em torno do território – território da paróquia –, tradicionalmente suporte e parâmetro da ação evangelizadora. Esgotado este modelo, quem concretamente o questiona é o migrante e quem aponta para um dos possíveis modelos de superação é a pastoral da mobilidade humana.

Dirceu Cutti

A Itália e o Racismo disfarçado

*Dario Spagnuolo **

A Itália se revela um país racista**

A crise econômica na Europa trouxe à tona movimentos e partidos que propagam abertamente ideias xenófobas. A começar pelo partido grego “Aurora Dourada”, que chegou a pedir a separação dos estudantes estrangeiros dos nacionais e foi capaz de organizar ataques-surpresa contra os imigrantes que atuam no comércio de Atenas, até os numerosos movimentos neonazistas, sobretudo na Alemanha, Holanda e Bélgica, todos propõem a expulsão dos imigrantes, acusados de serem os principais responsáveis pela crise econômica.

Assistimos, por isso, a uma explosão de agressões de fundo racista por toda a Europa. Inclusive na Itália, a prolongada campanha política racista, levada adiante durante anos pela coalizão de extrema-direita e fomentada pela imprensa, tem produzido seus trágicos resultados.

Um dos casos recentes mais dramáticos transcorreu no dia 13 de dezembro de 2011, em Firenze, quando uma pessoa de cinquenta anos, militante da extrema-direita, disparou contra um grupo de trabalhadores autônomos senegaleses, assassinando fatalmente a dois e deixando ferido um terceiro¹. Infelizmente, não foi um episódio isolado. Já em 2009, o jornal *La Repubblica* havia denunciado a existência de uma ramificação italiana da Ku Klux Klan². Em 2012, entretanto,

* Formado em Ciências Políticas; Pós-Graduado em Desenvolvimento Internacional e Prof. no Instituto “Enrico Caruso” de Nápoles.

** Traduzido do Italiano.

ameaças abertas ao ministro Andrea Riccardi, da Cooperação e Integração Social, chegaram através do fórum da organização neonazista *Stormfront*, que também publicou uma lista-suja de judeus italianos³. Em que pese a gravidade dos fatos, a Itália parece ainda distante de poder encontrar uma solução para o racismo interno.

Por muito tempo a Itália se considerou um país de acolhida. A tolerância tem sido um dos traços da imagem italiana no exterior. A suposta disponibilidade para com os estrangeiros funcionava como contraponto à representação de um país que superou a pobreza às duras penas e que estava marcado pela corrupção e pelo crime organizado. Parecia quase natural, olhando de fora, que os italianos, após décadas de emigração, manifestassem certa simpatia com relação aos novos imigrantes ou, ao menos, não repetissem as mesmas atitudes negativas das quais foram vítimas quando eles mesmos emigraram para o norte da Europa ou para as Américas (STELLA, 2002).

Uma história marcada pela emigração e pela pobreza dos camponeses difundiu a ideia que os italianos eram “brava gente”, título, aliás, de um filme de Giuseppe De Santis, de 1965. Este discurso, difundido em todos os níveis pelos meios de comunicação, acabou sendo introjetado pela sociedade, e desta forma, tem representado um empecilho para o confronto aberto com os temas do racismo e da discriminação, evitados ou confrontados com relutância e, via de regra, no interior de um debate ideologizado. Do mesmo modo, o mito dos “italianos brava gente” tem alimentado uma espécie de negação, que acabou por minimizar até mesmo a responsabilidade da Itália fascista, manifestada durante a Segunda Guerra Mundial, ao lado da Alemanha nazista, autora das leis raciais (De NAPOLI, 2009).

É representativo que, diante das denúncias de atos discriminatórios e racistas, lideranças políticas tenham, por várias vezes, afirmado que “a Itália não é um país racista”; trata-se de uma atitude que esconde um modo de pensar difuso. Racismo e discriminação, na Itália, são apresentados como atos individuais e independentes do agir comportamental. Simples opiniões pessoais, desprovidas de qualquer manifestação concreta. É possível agir de modo racista e, ao mesmo tempo, declarar-se antirracista, pois, segundo uma difundida mentalidade “justificacionista”, são as motivações, e não os comportamentos, que determinam uma ação como racista.

Semelhante paradoxo, tipicamente italiano, é contestado pelo filósofo e jurista Norberto Bobbio. Segundo ele, o racismo consiste em agressões verbais ou físicas que encontram motivação nas diferenças, verdadeiras ou imaginárias, entre um grupo étnico e outro, por parte de pessoas que se consideram, por razões históricas, culturais, linguísticas, superiores às demais⁴. O elemento determinante, portanto, é o comportamento, cuja gravidade não vem diminuída pela simples afirmação de motivações diversas daquelas racistas. Não é diferente a posição da União Europeia (UE) que, em matéria de discriminação, com a diretiva n. 43/2000/CE introduziu os conceitos de discriminação *direta* e *indireta*. Existe

discriminação direta quando um indivíduo adota algum comportamento diferente em um determinado contexto (no serviço administrativo, no atendimento na área da saúde, no aluguel de uma casa, na matrícula escolar, etc.), motivado por diferenças de etnia, religião, orientação sexual, etc. A *discriminação indireta*, ao invés, acontece quando na igualdade de tratamento, pessoas diferentes obtêm diferentes resultados. Segundo a UE, portanto, os Estados-Membros devem se responsabilizar pela diversidade de cada um, para assegurar um efetivo exercício do direito à saúde, à moradia, à educação, com base num plano de igualdade em cada país da União Europeia. O fato da UE ter-se manifestado muitas vezes sobre as temáticas do racismo e da discriminação demonstra o quanto está difundida a ideia de que a xenofobia representa uma ameaça ao processo de integração.

A resistência para fazer frente ao racismo e à discriminação na Itália tem causado também o atraso na criação do Serviço Nacional contra as Discriminações Raciais (UNAR), requerido pela União Europeia e previsto por uma norma nacional, mas encontra-se praticamente inoperante. Da mesma forma, a Itália subscreveu com atraso a *Convenção europeia sobre a participação dos estrangeiros na vida pública no âmbito local*, e negou-se a assinar o capítulo C, o qual prevê o direito de voto dos imigrantes nas eleições municipais, direito amplamente reconhecido entre os demais países da UE⁵.

Racismo e imigração na Itália

Escreveu Paolo Rumiz “enquanto nos Países de riqueza consolidada o africano e o asiático frequentemente evocam recordações de potência colonial, nos Países de riqueza recente, o ser humano negro evoca apenas o fantasma removido da pobreza passada” (RUMIZ, 2000). Trata-se de uma afirmação que, no caso da Itália, mostra-se verdadeira. Entretanto, a escalada xenófoba tem marcado de modo particular os últimos vinte anos, quando os migrantes passaram a chegar do leste europeu.

No início dos anos 1970, chegavam à Itália alguns milhares de refugiados políticos procedentes da América Latina, do Oriente Médio e do Chifre Africano. De um modo geral, eram vistos com simpatia por um país que, à época, vangloriava-se de contar com o maior Partido Comunista da Europa Ocidental. Apesar disso, em maio de 1979, em Roma, atearam fogo em Ali Jama, um imigrante somali, sem residência fixa, enquanto dormia num banco de praça.

Dez anos após, foi o episódio de Jerry Masslo que agitou a opinião pública. Masslo era um refugiado sul-africano que, tendo chegado à Itália, após fatos controversos, acabou sendo acolhido em Roma pela Comunidade de Santo Egídio, uma associação cristã. Após ter estudado um pouco de italiano, Masslo foi para Villa Litterno para trabalhar na colheita de tomates e se alojou no “gueto”, um conjunto de barracas onde dormiam, aproximadamente, 2 mil africanos. Na noite do dia 25 de agosto de 1989, alguns ladrões italianos se infiltraram no gueto e, durante uma tentativa de roubo, Jerry Masslo foi assassinado. Trata-se

de um assalto que se reveste de um significado todo particular, visto que entre os trabalhadores africanos os ladrões buscavam vítimas frágeis, obrigadas a suportar toda forma de injustiça, uma vez que se encontravam privadas de qualquer proteção. Desta forma, tornou-se pública a difícil condição dos trabalhadores imigrantes na agricultura, forçados a dormir em barracas, explorados pelos chamados “gatos”, agentes desonestos que oferecem trabalho à diária, exigindo pagamentos para si dos próprios trabalhadores, com frequência através de maus tratos e violências.

O caso de Jerry Masslo provocou uma onda de indignação. O velório dele foi transmitido ao vivo por vários canais de televisão nacionais e o Ministro da Justiça da época, o socialista Claudio Martelli, decidiu dar início à primeira grande regularização, através da Lei 39/1990, graças à qual milhares de trabalhadores imigrantes obtiveram um visto de residência.

Nos anos 1990, porém, de episódios isolados de racismo, passou-se a uma postura política abertamente xenófoba. A guerra nos Bálcãs e a queda do Muro de Berlim (1989) provocaram o fim da cortina de ferro que separava os países do bloco soviético e socialista da Europa Ocidental. Desde então, teve início um processo de integração em que a União Europeia passou de 15 para 27 países membros, com a entrada, entre outros, da Romênia, Bulgária, Polônia, República Checa, Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Estônia, Letônia e Lituânia.

Nesses mesmos anos, a política interna italiana assumiu tons sempre mais ásperos e racistas. De modo todo particular, a crise da Albânia, após a morte do ditador Enver Hoxa, fez com que se erguessem vozes alarmistas acerca de uma possível invasão de imigrantes do pequeno país, separado por apenas 80 quilômetros de mar da Itália. A Albânia era uma ex-colônia italiana e o governo italiano, num primeiro momento, prometeu dar sustentação à transição democrática no pequeno Estado, posto em risco, entre outros, pelo conflito eclodido na vizinha Iugoslávia. Todavia, a ajuda prometida atrasou e o próprio governo albanês encheu navios de refugiados e os enviou para a Itália. Uma vez chegados à Puglia, porém, os albaneses foram trancados no estádio de Bari e em seguida repatriados.

Foi exatamente neste período que a parlamentar do partido da *Lega Norte*, Irene Pivetti, solicitou que, para impedir a chegada dos grandes barcos da Albânia, o Estado italiano acionasse o Exército. E na noite de 28 de março de 1997, a Corveta italiana “Zeffiro” bateu e afundou uma embarcação de refugiados. Com o impacto, perderam a vida mais de cem albaneses, entre os quais mulheres e crianças. Foi apenas o sinal mais evidente de um clima que mudou.

Nos debates políticos televisivos, os imigrantes eram acusados de roubar o trabalho aos italianos, de praticar uma concorrência desleal no mercado de mão de obra, de serem criminosos envolvidos com o tráfico de seres humanos, com a prostituição, com o mercado da droga. Foi especialmente a *Lega Norte* que liderou uma campanha sem interrupção contra os imigrantes na Itália, escolhendo como principais alvos os ciganos e os muçulmanos. Afirmou Marco Colombo,

prefeito da *Legha* de Sesto Calende: “o mandato eleitoral que nos foi confiado pelos cidadãos é claro: em Sesto Calende, até que nós estivermos à frente, os muçulmanos não poderão rezar em comunidade” (LA REPUBBLICA, 2010). O senador da *Legha*, Mario Borghezio, conhecido por sua aberta intolerância, declarou-se pronto a emprestar um porco a quem quisesse passear com ele e deixar que urinasse nos terrenos onde as comunidades imigradas muçulmanas receberam a autorização para edificar mesquitas. Borghezio sempre se distinguiu por episódios emblemáticos, como o da proposta para desinfetar os assentos dos trens nos quais tenham viajado imigrantes, ou por declarações delirantes como a do aberto alinhamento às ideias de Breivik, o terrorista norueguês que se autoproclamou antimulticulturalista e anti-islâmico⁶. Giancarlo Gentilini, prefeito da *Legha* de Treviso, chegou a invocar uma verdadeira e própria caça aos imigrantes, dizendo-se pronto a abraçar o fuzil.

Neste clima é que se multiplicaram na Itália as agressões contra os estrangeiros, envolvendo de maneira grave também a comunidade hebraica e aquela cigana. O racismo, o antisemitismo e o anticiganismo que afloraram não constituem fenômeno ocasional e limitado. A agressividade se estende atingindo qualquer um que pertença às faixas socialmente mais fracas e estigmatizadas: imigrantes, deficientes, idosos, homossexuais.

Também o sul da Itália não ficou imune à onda racista. A prova mais dramática foi o ataque e o incêndio a um campo cigano, nos dias 13 e 14 de maio do ano 2008, em Nápoles. Foram os próprios moradores dos pequenos prédios vizinhos que atacaram as barracas, jogando garrafas incendiárias nos lugares onde moravam também mulheres e crianças. Surpreendentemente, as forças de segurança não intervieram contra os agressores, e o caso se concluiu com o desalojamento forçado de cerca de 300 ciganos, enquanto os representantes políticos e institucionais tentaram abafar o acontecimento. Na verdade, os ataques contra os campos ciganos na Itália são uma triste prática, como demonstraram episódios similares acontecidos também em Milão e Roma. A situação era tal que chegou a ser denunciada pelo *European Roma Rights Center* (ERRC) e pela rede europeia contra o racismo e a xenofobia (Raxen). Na Itália também chegaram, em diferentes ocasiões, os observadores da União Europeia, que se mostraram escandalizados pelas condições de degradação e marginalização em que vivem os ciganos.

Na realidade, nessas mesmas condições vivem também milhares de imigrantes que são discriminados no acesso à moradia. Numerosas enquetes mostram, de fato, que para os estrangeiros é praticado um teto de aluguel superior àquele praticado aos italianos, em instalações tão precárias que aos nacionais sequer são oferecidas. Para dormir, os imigrantes são forçados a pagar por simples vagas em beliches, em quartos coletivos superlotados por dezenas de pessoas e até mesmo a pagar para poderem ocupar edifícios decadentes (ALISEI et al., 2008). Para enfraquecer ainda mais a proteção aos imigrantes, surgiu a Lei 189/2002, que prevê o “contrato de residência”. Todos os trabalhadores

imigrantes que ficam desempregados perdem, automaticamente, o visto de residência. Não lhes sobra nada, portanto, além da condição irregular, que os obriga a suportar qualquer abuso para evitar serem denunciados. Desta forma, crescem em todas as principais metrópoles os aglomerados de barracos e os assentamentos ilegais habitados por estrangeiros.

O imigrante infrator: racismo e políticas de segurança

A campanha xenófoba na Itália se fundamenta na equação imigração-criminalidade. Segundo os *policy maker*, as cidades italianas se encontram em perigo em virtude da chegada de pessoas provenientes de países distantes. Porém, esta opinião generalizada é desmentida pelas estatísticas.

Segundo dados do Ministério do Interior, os homicídios na Itália apresentam números inferiores aos registrados na Grécia, nos Países Baixos, em Portugal e na Finlândia. Da mesma forma, os furtos a residências são muito superiores em países tais como Reino Unido, Irlanda e França⁷. Pesquisa encomendada pelo Ministério de Assuntos Internos à *Università Cattolica* confirma que a criminalidade, de um modo geral, apresenta dados decrescentes e que não existe nenhuma correlação entre presença estrangeira e crimes cometidos⁸.

A imagem do imigrante infrator encontra explicação em dois fatos. O primeiro é o grande número de estrangeiros que se encontram detidos no sistema prisional italiano; o segundo refere-se aos meios de comunicação social. Quanto à grande presença de estrangeiros nas prisões italianas, o fato deve-se à progressiva criminalização da pobreza. Nos últimos anos, de fato, as autoridades de praticamente todas as cidades italianas baixaram normas de combate a atividades tais como: pedir esmola, limpar para-brisas nos semáforos ou remexer o lixo. Uma das consequências de tais procedimentos foi a de inflar as cifras relativas aos denunciados e aos condenados, abarrotando as prisões com lotações acima dos limites permitidos. Entre os detidos, é grande o número de imigrantes, pois são eles os únicos que podem cometer o delito da imigração irregular. Além do mais, a maior parte dos imigrantes detidos encontra-se à espera de julgamento. Entretanto, dificilmente quem é estrangeiro pode beneficiar-se com a prisão domiciliar e, assim sendo, permanecem detidos durante anos, embora não se tenha nenhuma prova de que tenham cometido algum crime.

De acordo com dados do Ministério da Justiça, a população carcerária é composta por 37% de imigrantes, procedentes de mais de 150 países; desses, mais de um terço aguardam julgamento⁹.

É a imprensa, sobretudo, quem alimenta na opinião pública a imagem do imigrante como infrator. Pesquisa realizada em 2007 junto a dois jornais de alcance nacional e dez de âmbito local da *Campania* revela que, sobre doze temas selecionados, quase 60% dos artigos de jornal que falam dos imigrantes, abordam episódios relacionados à criminalidade, enquanto os 40% restantes reportam-se a temas como política, acidentes, trabalho, costumes, informações gerais, escola, esporte, saúde.

Quando os cronistas se reportam a crimes nos quais estão envolvidos imigrantes, a pertença étnica ganha maior destaque do que o próprio ato cometido. Não se trata de ladrões, assassinos, contraventores, trata-se de magrebinos, africanos, albaneses ou extracomunitários que roubam, matam e cometem contravenções. Basta a simples suspeita para os jornalistas se sentirem autorizados a afirmar que o autor do crime é um estrangeiro. Em alguns artigos, a terminologia é selecionada com a clara intenção de ofender, pois termos como cigano, extracomunitário, marroquino já adquiriram conotação negativa.

Como se não bastasse, a própria diagramação das páginas dos jornais induz à suspeição. Em alguns casos, as matérias que abordam fatos relativos às mulheres imigrantes, aparecem nas mesmas páginas dedicadas aos anúncios referentes ao sexo e, por vezes, fica difícil distinguir se as fotografias integram o anúncio ou a matéria.

Aos imigrantes não é facultado nenhum direito de réplica, tanto assim que entrevistas com imigrantes ou artigos que trazem testemunhos de estrangeiros representam menos de 2% do total das matérias que versam, sob os mais variados títulos, sobre migrações (SPAGNUOLO, 2005). Não deve causar surpresa se, neste contexto, o associativismo entre os imigrantes é tão débil.

O destaque dado pela mídia aos crimes, comprovados ou presumíveis, cometidos por imigrantes é o estopim que desencadeia o medo em relação ao diferente e, ao mesmo tempo, as desvantagens que os imigrantes sempre levam. Os temores em relação às incertezas do futuro e à crise econômica são transformados, pelos meios de comunicação, em medo contra a própria incolumidade física. As causas do mal-estar encontram-se encarnadas no imigrante e, desta forma, oferece-se a possibilidade de uma reação fácil diante dos males existentes, instigando à violência.

Considerando o cenário atual, mesmo para um imigrante que deseja se integrar, a possibilidade dele vir a cometer um delito é enorme. Com a introdução do crime, por exemplo, de estar irregularmente no país, a Itália corre o risco de ver-se diante de outros 500 mil foragidos. Para agravar ainda mais a situação, o “decreto de segurança” de 2009 introduziu também a prisão para aqueles que, sem motivo justo, não se encontram em condições de apresentar às autoridades competentes o passaporte e o visto de permanência. Visando garantir a celeridade do processo, além de tudo, foi dada competência ao juiz de paz para todas as ações jurídicas contra os estrangeiros pegos “em flagrante delito”, discriminando, de fato, os imigrantes também em matéria de proteção legal¹⁰. O decreto de segurança, além de tudo, provocou mal-estar no sistema público de serviços, impondo aos funcionários das escolas e hospitais públicos (e até mesmo aos que atuam nas agências de remessas de dinheiro), a obrigação de denunciar todos os casos de irregularidade que venham a constatar. Trata-se de um procedimento que fere os direitos fundamentais da pessoa e até mesmo confronta os direitos da criança, como no caso dos estudantes filhos de imigrantes desprovidos de documentação. Uma sentença do Tribunal

Superior, que nega aos pais imigrantes desprovidos do visto de permanência o direito de permanecer junto ao filho menor que está frequentando a escola na Itália, confirma esta tendência restritiva, em total confronto seja com o que foi sancionado pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, seja com anteriores sentenças do mesmo Tribunal e, por que não dizê-lo, com o Texto Único em matéria de imigração¹¹.

Uma oportunidade perdida

O que aconteceu na Itália, sobretudo durante o longo período de governo de centro-direita, é extremamente preocupante. Em primeiro lugar, as decisões tomadas no campo legislativo apontam para uma inversão de tendência, contrária até mesmo aos princípios constitucionais da República Italiana e aos mecanismos de integração da União Europeia. De fato, os mecanismos de discriminação introduzidos de maneira mais ou menos explícita nas normas legais, redundaram na criação de diferentes níveis de cidadania, relegando os imigrantes a uma posição inferior em relação aos cidadãos italianos, atingindo até mesmo direitos universalmente reconhecidos, como o da reunificação familiar, o direito à instrução e à saúde.

Que se tenha jogado nos ombros dos imigrantes todo o descontentamento dos que veem o próprio emprego, a renda e o direito à assistência pública ameaçados pela sua presença, é um dado de fato. As manifestações contra os imigrantes representam um evento bastante difundido. Também a chegada de refugiados, durante a última fase da crise na Líbia, tem sido acompanhada por manifestações de cidadãos que se negavam a acolher algumas centenas de africanos em seu próprio território, a tal ponto que o Governo Monti, à época no cargo, teve que providenciar, sem muito alarde, a distribuição dos refugiados por diversos albergues do sul da Itália, onde permaneceram por mais de um ano. Além do mais, é surpreendente que, num primeiro momento, a Comissão Territorial, encarregada pelo reconhecimento do status de refugiado, tenha negado a muitos africanos procedentes do Mali a concessão do visto de permanência por motivos humanitários, exceto alguns meses após, quando a situação política no Mali conflou-se.

As pesquisas realizadas regularmente pela *Fundação Nord Est*, coordenadas pelo renomado sociólogo italiano Ilvo Diamanti, por sua vez, revelam que na Itália o medo frente aos imigrantes tem crescido mais e de maneira mais rápida do que se verifica entre os demais países europeus. Durante alguns anos, o temor ao estrangeiro foi o medo dominante entre os italianos. Os dados mais recentes, entretanto, demonstram uma inversão de tendência, quase sinalizando um despertar da opinião pública italiana. De fato, com o agravamento da crise econômica, os maiores temores passaram a ser em relação à perda do emprego, da casa, da renda, de ver-se golpeado inesperadamente pela pobreza, como de fato aconteceu a milhares de famílias italianas. Ao mesmo tempo, o medo frente

ao estrangeiro e ao diferente tem sido claramente redimensionado (DIAMANTI e BORDIGNON, 2004). Todavia, o problema foi apenas protelado. A Itália ainda não superou o próprio racismo, pelo contrário, o governo de centro-direita introduziu no campo legislativo numerosas leis que não deixarão de ter seu peso ao longo dos próximos anos.

O que, porém, aparece com maior preocupação é a situação da sociedade italiana, aparentemente desinteressada com um real processo de integração dos imigrantes. É significativo, por exemplo, que o centro de estudos do *Censis*, em seu relatório anual sobre a Itália, referente ao ano de 2009, afirme que se trata de um país “*teimosamente replicante*”, isto é, capaz de fazer frente aos acontecimentos, mas incapaz de mudar ou propor algo de novo (CENSIS, 2009).

A Itália, neste sentido, ao se enclausurar progressivamente numa postura racista e deixando à margem mais de 5 milhões de imigrantes, optou por não se valer da contribuição dos mesmos para poder superar a crise. A história das migrações ao longo do século XX, efetivamente, tem revelado que nos países em que foi oferecida aos imigrantes a possibilidade de integração, estes têm contribuído de modo decisivo para o crescimento econômico e social.

A Itália, pelo contrário, parece estar muito distante desta perspectiva. A atual situação de pronta discriminação diante dos imigrantes, que permeia a sociedade, parece, antes, estar semeando as bases de um conflito social crescente.

Notas

1 – Trata-se de Gianluca Casseri, militante do grupo extremista *Casapound*. Casseri, perseguido pela polícia, suicidou-se poucas horas após ter cometido a tragédia.

2 – *La Repubblica*, 1 de novembro de 2009. O artigo se refere a um blog italiano da Ku Klux Klan, no qual se encontra a história da organização racista na Itália e convite aos visitantes para se inscreverem.

3 – O fórum italiano foi ofuscado pela Polícia Postal em 2012, sob acusação de encitamento ao ódio racial e antissemita.

4 – Segundo Bobbio, o racismo existe exatamente quando se explicita em atitudes que consistem na ironia das palavras, no ato de esquivar-se, na discriminação e na segregação, na agressão, podendo esta chegar ao extermínio de massa (BOBBIO, 1998, p.123-137).

5 - Conselho Europeu, *Convention on the Participation of Foreigners in Public Life at Local Level*, Strasburgo, 5 fevereiro 1992. O artigo 6 do Capítulo C estabelece: “*Cada partido, submetido às disposições do Artigo 9, parágrafo 1, encarrega-se de garantir a todo estrangeiro residente, o direito de votar e de se apresentar como candidato para a autoridade eleitoral local, sob a condição de preencher os mesmos requisitos legais aplicáveis aos nacionais e aos demais, que sejam legítimos e habituais residentes no referido Estado, no prazo de cinco anos antes das eleições*”.

6 – Anders Breivik, terrorista da Noruega, autor dos atentados que em 22 de julho de 2011 provocaram, em Oslo, 70 vítimas. Durante o processo se proclamou antimulticulturalista, anti-islâmico e pró-sionista, assegurando que os atentados tinham como objetivo despertar a consciência da identidade própria do povo da Noruega.

7 – O dado citado se refere ao ano de 2002. Segundo os dados do Censis, relativos a 2005, Londres é a cidade com o maior número de vítimas de crimes “urbanos”, o equivalente a 32%

da população. Em último aparecem Paris (18%) e Roma (17%). A percepção de insegurança, ao contrário, resulta mais elevada nas cidades mediterrâneas (Atenas, Lisboa, Marselha, Nápoles) e menos naquelas onde a qualidade de vida é maior (Helsinki, Estocolmo, Viena, Barcelona) (MINISTERO DELL'INTERNO, 2007).

8 – Trata-se da pesquisa *Processi migratori e integrazione nelle periferie urbane* (2009), encomendada pelo Ministério do Interior à *Università Cattolica del Sacro Cuore*.

9 – Os dados podem ser consultados em www.giustizia.it.

10 – Lei 15 de Julho de 2009, n. 94, “Art. 20 – bis. – (Apresentação imediata a juízo do imputado em casos particulares). I. Pelos crimes que precedem do ofício, em caso de fragrante do crime ou quando a prova for evidente, a polícia judicial pede ao ministério público a autorização para apresentar imediatamente o imputado a juízo diante do juiz de paz.”

11 – A propósito, o T.U. n. 286/98 em matéria de imigração no art. 31 c. 3 afirma “O tribunal para os menores de idade, por motivos graves relacionados com o desenvolvimento psicofísico e considerando a idade e as condições de saúde do menor que se encontra no território italiano, pode autorizar o ingresso ou a permanência do membro da família, por um período de tempo determinado, mesmo contrariando as demais disposições do presente texto único”.

Referências

ALISEI et al (org.). *Sotto la soglia*. Indagine conoscitiva sul disagio abitativo degli immigrati in Italia meridionale. Ministero della Solidarietà sociale, 2008.

BOBBIO, N. *Elogio della mitezza e altri scritti morali*. Nuova Pratiche ed.: Milano, 1998, p. 123-137.

CENSIS. *43° rapporto sulla situazione sociale del paese 2009*. Angeli: Milano, 2009, p. 1 e 3.

DE NAPOLI, O. *La prova della razza*. Cultura giuridica e razzismo in Italia negli anni trenta. Firenze: Le Monnier, 2009.

DIAMANTI, I. e BORDIGNON, F. *Allargamento e integrazione dell'Europa*. Orientamenti e atteggiamenti dei cittadini europei. Quaderni della Fondazione Nord Est, n. 8 maggio 2004.

MINISTERO DELL'INTERNO. *Rapporto sulla criminalità in Italia: analisi, prevenzione, contrasto*. Roma, 18 giugno 2007.

RUMIZ, P. L'identità nazionale e l'alibi immigrati. In: *La Repubblica*, 25 agosto 2000.

SPAGNUOLO, D. *L'immigrato in Campania*. Immagine distorta e percezione di superficie. Glob. act Publishing: Perugia, 2005.

STELLA, G. *L'Orda*. Quando gli albanesi eravamo noi. Milano: Rizzoli, 2002.

RESUMO

A acolhida e a hospitalidade são consideradas uma das características próprias da identidade italiana. Nos últimos anos, contudo, gravíssimos episódios de racismo demonstraram que em relação aos imigrantes existe um clima de ameaça que pareceria ter sido agravado pela crise econômica. Não obstante isto, o problema do racismo foi redimensionado pelos *policy maker* e pela mídia, que são exatamente aqueles que mais se lançam contra os imigrantes, acusados de ameaçar o bem-estar e a segurança. Junto ao multiplicar-se das agressões contra os mesmos, numerosas leis criminalizaram a pobreza e empurraram a população estrangeira à margem da legalidade. Este artigo tem por objetivo explicar as razões da falha da Itália em reconhecer o problema do racismo, bem como sua falta de habilidade e falta de vontade de lidar com ele. Por quanto tempo poderá continuar esta situação antes de desembocar num aberto conflito social?

Palavras-chave: imigrantes; racismo; Itália.

ABSTRACT

Welcoming and hospitality are considered as an own characteristic of the Italian identity. In the last years, however, serious episodes of racism showed that, in relation to the immigrants exists a threatening atmosphere, which seems to be worsened due to the economical crisis. In spite of this, the racism problem was resized by the police makers and media, those who more against the immigrants play, accused of threatening their well being and safety. Together with the aggression against the immigrants increase, many laws criminalizing the poverty, pushing the foreign population outside towards the legality border. This article aims to explain the reasons for Italy's failure to acknowledge the racism problem, as well as its consequent inability and unwillingness for dealing with it. For how long can this situation last, before becoming an open social conflict?

Keywords: immigrants; racism; Italy.

A “integração” dos imigrantes brasileiros na França

*Gisele Maria Ribeiro de Almeida **

Existe uma expressão polêmica bastante utilizada na França que é o “*français de souche*” – cuja tradução literal seria “francês de estirpe”. Utilizada no contexto da presença de estrangeiros e de imigrantes no país, a expressão geralmente evoca uma marcação distintiva, por referir-se aos franceses que possuem ascendência majoritariamente ou totalmente francesa tendo em vista os franceses naturalizados e aqueles cujas famílias são de origem estrangeira. Segundo estimativas da demógrafa francesa Michèle Tribalat, em 1999 havia 14 milhões de franceses imigrantes ou que tinham pais ou avós de origem estrangeira, número que representa um quarto da população francesa (TRIBALAT, 2004). Isso porque a França apresentou historicamente baixas taxas de natalidade, um crescimento populacional modesto que repercutiu em escassez de trabalhadores. Neste contexto, ao longo do século XX foram executadas políticas de atração de trabalhadores estrangeiros. Após a 2ª Guerra Mundial, o recrutamento foi institucionalizado com a criação do “*Office National d’Immigration*”, órgão estatal concebido para gerenciar a vinda de trabalhadores estrangeiros e administrar os processos de assimilação e de repatriamento relacionados, perdurando até 1974, quando foi anunciada a suspensão oficial da imigração, com exceção do direito de asilo e da reunificação familiar (WEIL, 2004).

Quando se discute politicamente a imigração na França, o uso do termo “integração” aparece frequentemente associado. Um Ministério Francês criado em 2007, pelo então presidente Nicolas Sarkozy, foi intitulado como “Ministério

*Doutoranda em Sociologia no IFCH/UNICAMP e bolsista da FAPESP.

da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do Codesenvolvimento”. Segundo Stoicea-Deram (2009), a criação do Ministério e a reunião dos termos mencionados gerou diversas reações, pois no “espírito” em que foi concebido era como dizer: “a imigração traz problemas à integração, ameaça à identidade nacional, para limitá-la é necessário investir em codesenvolvimento” (p. 31)¹.

Em 2009, o tal Ministério foi suprimido e a gestão da imigração ficou a cargo do Ministério do Interior. Com a vitória de François Hollande do Partido Socialista, em 2012, houve uma expectativa de reforma do Ministério, tendo em vista as críticas de que sob a alçada do Ministério do Interior impera a visão policialesca sobre a imigração. No entanto, o governo de Hollande manteve tal disposição e atualmente a “Secretaria Geral de Imigração e Integração” funciona no âmbito do Ministério do Interior. E mais uma vez, “imigração” e “integração” aparecem reunidas.

Ainda que esta análise não se faça pela perspectiva da linguística, a junção de tais expressões na composição dos órgãos públicos responsáveis pela gestão da política migratória foi tomada como um ponto de partida para refletirmos sobre a condição do “estrangeiro” na sociedade francesa contemporânea². Considero relevante apontar, no entanto, que tratarei aqui de um processo social, e este não se realiza sem divergência ou conflitos, e neste sentido reconheço que não há uma uniformidade ideológica entre todos os cidadãos franceses.

A nação e o estrangeiro

Hobsbawm (2005) afirma que a nação é um artefato, sua gênese não foi espontânea, sendo, ao contrário, meticulosamente construída pela capacidade que algumas instituições tiveram em construir a uniformidade nacional. Esse processo envolve desafios objetivos (como fazer com que todos falem a mesma língua) e subjetivos, porque depende da construção dos elos simbólicos e ideológicos que ligam os indivíduos à nação. A nação para existir precisa ancorar-se em sentimentos nacionalistas, e estes se instituem no âmbito das representações sociais.

São os elementos compartilhados que compõem, ao nível das representações, a identidade da nação. Aqueles que compartilham tais representações e ao mesmo tempo são por elas reconhecidos serão incluídos na nação e terão o status de cidadão nacional. Entretanto, esse processo é automática e simultaneamente um processo de exclusão. Esta exclusão se dá tanto em relação ao “estrangeiro”, cuja origem é externa às fronteiras nacionais, bem como ao “estrangeiro” no interior da nação, em função de especificidades identitárias que não são incorporadas no universal que se amalgama na identidade nacional. Como espero argumentar, tal estratificação engendra condições favoráveis para processos de estigmatização.

Elias e Scotson (2000) argumentam que a sociodinâmica da estigmatização é um processo que nasce das relações sociais estabelecidas entre grupos com poder diferenciado. Nestes casos, os grupos mais poderosos tendem a construir

uma autoimagem de superioridade frente aos outros e a engendrar estigmas sobre eles. Quando se pensa a identidade cultural e o sentimento nacionalista, tem-se um caminho que define o pertencimento a um determinado grupo (os compatriotas) a partir de fronteiras bem desenhadas, e que estabelecem como contrapartida as marcas dos *outsiders*. Conterrâneos da nação e “estrangeiros” constituem grupos sociais distintos, cujas relações estão permeadas por relações desiguais de poder. Aspecto que é necessário, de acordo com Elias e Scotson, para engendrar as condições que viabilizam a instituição de processos sociais de estigmatização. Se no estudo de caso de Elias e Scotson os grupos diferenciavam-se pelo tempo de residência num determinado local – os mais antigos e os “novos” moradores –, a Nação e o sentimento nacionalista, por sua vez, criam as diferenças entre os cidadãos nacionais e os “estrangeiros”.

“Integração” à francesa

O estudo sobre a adaptação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento começou muito mais tarde na França, em comparação aos Estados Unidos, com as contribuições da chamada Escola de Chicago. Segundo Schnapper (2007), isso se deve ao fato do “projeto de integração republicana” criar a “ficção da igualdade entre os cidadãos”, o que tornava ilegítimo o tema da integração do imigrante na França. Neste sentido, revela-se a tradição “assimilacionista” do modelo francês, que foi colocado em cheque principalmente no último quartel do século XX. Quando se deu a suspensão oficial da política de imigração e a consequente alteração na composição do fluxo, com aumento expressivo da modalidade de reagrupamento familiar, foi evidenciado que os “imigrantes” iriam ficar definitivamente. Aí, sim, o tema da integração começou a despertar interesse.

Concebida politicamente, fundada pelo contrato social, a cidadania francesa não depende da origem étnica e, como uma sociedade de imigração, a França precisa forjar a unidade política nacional tendo em vista a diversidade de origem dos seus cidadãos. Neste sentido, para “incorporar” a população estrangeira junto à sociedade francesa, foram adotadas políticas de integração nas últimas décadas. Uma prova deste esforço está na instituição do “Alto Conselho para a Integração” – originalmente *Haut Conseil à l’integration*. O referido Conselho foi criado por decreto em 1989 e tem por objetivo elaborar análises e sugerir encaminhamentos políticos no que se refere ao conjunto das questões relativas à integração dos residentes estrangeiros ou de origem estrangeira. O Conselho é composto por cerca de vinte membros, que exercem funções variadas (políticos, jornalistas, cientistas, entre outros) e que elaboram relatórios anuais. O primeiro relatório, lançado em 1991, foi intitulado “Por um modelo francês de integração”³ e apresenta o quadro referencial que, segundo o Conselho, deve orientar os gestores públicos na definição de políticas voltadas à integração. Um aspecto interessante deste relatório é a explicitação de uma definição de integração. De

acordo com o texto, a assimilação enfatiza a unidade da comunidade nacional, enquanto a inserção refere-se às condições de acolhimento dos estrangeiros, mas com a manutenção dos laços com a origem. Neste sentido, o relatório explicita que integrar não significa assimilar, nem inserir. A integração é um processo que garante a escolha e a participação dos novos membros na comunidade nacional (HAUT CONSEIL À L'INTEGRATION, 1991).

Tendo em vista esta concepção de integração, a política voltada para tal fim implica na possibilidade de adesão de todos a um mínimo de valores comuns, a aceitação de um quadro de referência compartilhado a despeito das diferenças que possam existir.

A imigração brasileira na França pós-1980

Historicamente, o Brasil foi um país de imigração, mas desde 1980 iniciou-se um processo de emigração. Em grande medida, tal fato pode ser explicado pela grave crise econômica vivenciada pelo país naquele contexto, com impactos para o mercado de trabalho, particularmente sobre as classes médias (SALES, 1995). Em um primeiro momento, os principais destinos foram Estados Unidos, Japão e Portugal. Mais recentemente, o número de brasileiros tem crescido em outros países como Alemanha, Bélgica e França, muito provavelmente em função do espaço de livre circulação europeu e das oportunidades para os imigrantes brasileiros naquele continente (ROSENFELD *et al*, 2009).

O espaço de livre circulação europeu é particularmente importante no fluxo pesquisado dada a não exigência de visto para deslocamentos de curta duração (estada inferior a 90 dias), em função de um acordo assinado entre o Brasil e a França, e que vigora desde 1996. Assim, desde então, este país europeu tornou-se, ao menos de forma potencial, uma porta de entrada para o brasileiro naquele continente. Aspecto que ganha ainda mais relevância se considerarmos a presença expressiva de brasileiros na Inglaterra e das maiores restrições que a política inglesa vem impondo para a entrada e a permanência de estrangeiros.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE) de 2008 apontam que os brasileiros representavam um quinto da população latino-americana na condição de estrangeiros e imigrantes na França. Os imigrantes, conforme a definição do INSEE, são os brasileiros que vivem na França e nasceram no Brasil, e que obtiveram a nacionalidade francesa. Os estrangeiros são os brasileiros que moram na França (e que não foram naturalizados franceses). Os imigrantes brasileiros eram 5.300 em 1982 e 25.000 em 2008. Os estrangeiros também apresentaram crescimento: 3.800 em 1982 e 14.000 em 2008. Obviamente, estes números são oficiais e tendem a revelar apenas a presença brasileira em situação migratória regular no país. De acordo com as estimativas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁴, os brasileiros na França foram estimados em 80 mil (dados que apontam para o crescimento deste grupo nos últimos anos).

Do ponto de vista da sociedade de acolhimento, a participação dos brasileiros no que se refere ao total de estrangeiros e imigrantes na França é irrisória: menos de 1%. No entanto, as representações do Brasil e dos brasileiros na França que vieram à tona nas entrevistas realizadas dão indícios de que há estereótipos bem consolidados, que são tomados aqui como elementos para refletirmos sobre os processos de “integração” dos imigrantes brasileiros na França.

Formas e processos de integração dos brasileiros na França

Existem relações históricas e específicas entre o Brasil e a França que parecem ter servido para alimentar representações dos brasileiros sobre a França e de franceses sobre o Brasil. Estas podem ser classificadas de amistosas e neste sentido, configuram a princípio um encontro harmonioso entre franceses e brasileiros. No entanto, numa análise mais atenta é possível encontrar evidências de que os percursos de integração dos imigrantes brasileiros à sociedade francesa estão permeados por obstáculos, que evidentemente não são os mesmos para todos os tipos de imigrantes. A discussão será feita aqui tendo como base uma pesquisa de campo empreendida no âmbito do meu doutoramento e que permitiu a realização de entrevistas semiestruturadas com imigrantes e ex-imigrantes brasileiros na França⁵.

Ainda que muitos franceses desconheçam a realidade do Brasil, há também uma imagem do país e dos brasileiros bastante difundida pela mídia francesa. Imagem que se foi restrita aos estereótipos dos trópicos (praia, caipirinha, samba e futebol), nos últimos anos vem sendo também associada à política e à economia do país. Como exemplo, em 2010, uma revista de economia francesa chamada *L'Expansion* dedicou um número especial ao Brasil, intitulado “Brasil, o novo eldorado francês”, cuja foto de capa era a estátua do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro segurando uma bandeira da França, onde se via logotipos de empresas francesas. Ainda que muitos entrevistados tenham mencionado esta mudança no olhar da França sobre o Brasil, consolidados estigmas sobre o Brasil e o brasileiro e a brasileira continuam a se manifestar e em alguns casos, gerando nos brasileiros entrevistados sentimentos de discriminação e apontando limites para a “integração” destes imigrantes.

Abud (2010) analisou representações sobre a identidade nacional brasileira tendo em vista os imigrantes e as associações brasileiras na cidade de Lyon e segundo apontou, estas “marcas identitárias” podem funcionar para a inclusão ou para a exclusão; a autora argumentou como a imagem de “povo alegre” pode ser um facilitador para a aceitação destes “estrangeiros” pelos autóctones franceses, e como a imagem sexualizada da mulher brasileira pode ser um obstáculo para sua inserção na sociedade francesa.

Por outro lado, Amorim (2009) mostrou que o imaginário dos franceses sobre o Brasil é repleto de ideias de cunho afetivo, que reverberam em relações de amor, com o país e com suas mulheres, estimulando a imigração de franceses

para o Brasil e promovendo casamentos com as brasileiras⁶. Este aspecto da representação da mulher brasileira pelo francês merece destaque, por ser o fator de discriminação que apareceu com mais frequência nas entrevistas realizadas. A seguir, reproduzimos dois trechos de entrevistas sobre essa questão:

A mulher brasileira, ela tem mito, que cria medo, (...) é o mito do sexo fácil (...) e solteira ou casada, a única particularidade que eu vi, sendo um ponto em comum na Europa é o seguinte: quando [uma pessoa] está falando comigo, sendo grata, está tudo bem (...) dali um pouco: 'da onde é que tu vens?'. 'Eu sou brasileira!'. De repente você olha, se é um homem, o olho parece assim que salta da órbita e fica te imaginando como se você tivesse 'trepando' agarrada no lustre. (...) O olhar modifica completamente⁷. [Silvana, 44 anos, casada com francês, vive na França desde 1993].

Eu acho que mulher brasileira é bem discriminada (...) é aquela questão sexual. Sempre! Numa festa quando tu conversas com um francês ou qualquer europeu, estrangeiro: 'tu és brasileira! Hummm!'. Já tem um "hummm", sabe, na conversa, então, eu não costumo falar que eu sou brasileira (...) eu não falo porque eles têm uma malícia com as brasileiras, é uma discriminação bem forte⁸. [Bianca, 26 anos, vive na França desde 2011].

Silvana e Bianca são ambas do sul do Brasil e foram para a França com a mesma motivação inicial: estudar. Mas ao mesmo tempo são situações bem diferentes, pois Silvana têm 44 anos e vive lá há 20 anos, enquanto Bianca tem 26 anos e é recém-chegada no país. Estas duas mulheres, que estão em etapas diferentes da sua "carreira migratória", compartilharam o mesmo incômodo e mal-estar diante do estereótipo da brasileira. Outras entrevistas mencionaram a questão da imagem sexualizada da brasileira, mas mostraram-se menos afetadas. Valentina, 35 anos, está fazendo seu doutorado numa Universidade no sul da França desde 2012 e contou-me que não viveu "nenhuma situação desagradável" porque sabe "manter a distância", mas disse que acha que "mulheres mais tranquilas, devem ter problemas"⁹. Érica, 31 anos, faz um pós-doutoramento na região parisiense, atuando numa área que tem mais homens que mulheres, disse que mesmo assim nunca se sentiu pessoalmente vítima deste tipo de preconceito, mas admitiu que "a gente ouve muita coisa, muita piada em torno da brasileira"¹⁰.

De acordo com Almeida Rego e Christiano (2012), o estrangeiro é um tema recorrente de piadas e gozações porque é uma figura vista como extravagante. Ele é o "desviante" e "excêntrico" que tende a se constituir em objeto de riso por ser visto como "exótico" culturalmente e também por aspectos relacionados ao idioma (falta de habilidade que o leva a cometer erros, presença de sotaque,

etc.). Por outro lado, os autores reconhecem que imagens estereotipadas de conotação sexual servem para alimentar os clichês que serão desenvolvidos pelo humor. O problema para a “integração” dos “estrangeiros” é que estes clichês acabam por fundamentar representações que podem servir à desqualificação do outro (país e cidadão) e estar na raiz da adoção de atitudes preconceituosas.

Este é o caso de uma fisioterapeuta brasileira, Daniela, 30 anos, que durante uma especialização na França precisou fazer estágio num hospital francês. Em entrevista, Daniela contou-me que a fisioterapeuta responsável lhe perguntou se no Brasil as fisioterapeutas “dançavam para os pacientes”¹¹. Diante das dificuldades para se relacionar no ambiente de trabalho, Daniela acabou procurando outro hospital para continuar seu estágio.

Ainda que não tenha como objetivo fazer uma discussão sobre gênero, devo dizer que as mulheres entrevistadas se queixaram mais do que os homens entrevistados. Outro aspecto a destacar sobre estas diferenças em relação ao sexo, é que o “lugar” que a brasileira ocupa na sociedade francesa também é um elemento importante. Ser manicure ou atendente num café parece ser uma posição mais protegida do que ser uma profissional altamente qualificada. Quando o estrangeiro é “a brasileira”, e esta se afasta demais do “lugar” que lhe cabe nos imaginários constituídos, parece que a tendência a ser discriminada pelos franceses aumenta. Digo isso porque profissionais qualificados de ambos os sexos narraram percepções bastante distintas: dois homens me disseram não sofrer preconceito por serem estrangeiros, em função de um reconhecimento técnico e profissional. Por sua vez, duas mulheres, também qualificadas e competentes para a função exercida, alegaram que foram confrontadas com práticas hostis no ambiente de trabalho e declararam-se vítimas frequentes de preconceito no campo profissional.

Em relação aos estereótipos, é preciso mencionar também o uso estratégico que os brasileiros e as brasileiras podem fazer acerca dos clichês estabelecidos. Esse tipo de discriminação de efeito “positivo” aplica-se claramente aos artistas brasileiros na França. Humberto, 44 anos, vive lá desde 2004, declarou que não se sente discriminado, mencionando o fato de ser “branquinho” e de ser “músico”¹². Outro músico, César de 28 anos, é negro e também disse não sentir discriminação, mas reconhece que sendo músico, a “relação é diferente”¹³.

Desta forma, músicos e professores de capoeira podem se beneficiar dos estereótipos sobre o Brasil quando estão vivendo e trabalhando na França. Show de música brasileira, com músicos brasileiros e bailarinas brasileiras é um “produto” que “agrada” e é bastante vendido e consumido enquanto tal, principalmente no sul da França durante o verão. Assim como em noites de forró ou de rodas de samba em bares parisienses.

Por outro lado, existe também uma parcela de brasileiros na França que foram muito bem “integrados”. Em linhas gerais isso significa, segundo os próprios depoimentos: ter fluência no idioma francês, trabalhar formalmente, ter uma situação jurídica estável (título de residente ou naturalização francesa).

Um indicativo do nível de integração dos imigrantes, segundo a política de integração francesa, refere-se ao acesso à cidadania francesa. Como o número de casamentos franco-brasileiros é grande entre o universo de entrevistados, há dezenas de casos em que a união cumpriu papel fundamental na obtenção da cidadania. No entanto, há também ocorrências de brasileiros que se tornaram franceses em função do tempo de residência na França, entre outros aspectos que atendem aos requisitos legais para efetivar as naturalizações. A família de Margareth¹⁴, 42 anos, mudou-se para a França em 1999, quando o marido foi enviado através de um contrato de expatriação de uma empresa francesa no Brasil. O casal e os dois filhos viveram lá até 2009, quando voltaram ao Brasil, novamente em função do trabalho do marido. Durante a estada na França, eles obtiveram a nacionalidade francesa, no entanto, seu depoimento insistiu que o reconhecimento jurídico não se traduziu necessariamente em reconhecimento social e que o rótulo de “estrangeira” tende a permanecer.

Há brasileiros que vivem na França com visto de estudante, renovado anualmente, o que significa viver numa instabilidade. Nesses casos, muitos querem ficar na França, mas precisam garantir as condições para tanto. Desta forma, há experiências cuja palavra-chave é “insegurança”, porque não sabem o que vai acontecer no futuro, na próxima data de renovação do visto.

Para aqueles que vivem irregularmente no país, a situação tende a ser ainda mais precária. No entanto, há os que dão um “jeitinho” e encontram alternativas e brechas no sistema social francês. Alguns brasileiros em situação irregular declararam ter acesso à assistência médica e outros benefícios sociais. Mas isso não significa que não exista brasileiros vivendo à margem do Estado e da sociedade francesa, sobrevivendo graças ao apoio de redes pessoais.

Outro fator a destacar é a recorrência com que ouvi dos entrevistados que os franceses gostam do Brasil e do brasileiro e que por isso, os brasileiros que lá vivem não encontram muitos problemas, ao contrário, são geralmente muito bem recebidos. Essa “invisibilidade” da discriminação pode ser uma faceta do que alguns autores têm discutido em termos de negação da existência de racismo (SIMAI e BAENINGER, 2012). Esta negação está ausente quando se trata dos “árabes”, expressão utilizada pelos próprios entrevistados para se referir aos “estrangeiros” que constituem o alvo da xenofobia francesa. Diversos entrevistados declararam que os franceses não gostam dos “árabes” porque estes não aceitam viver como os franceses e insistiram que o brasileiro sabe respeitar a cultura francesa. Inclusive, alguns dos entrevistados disseram concordar que a imigração “árabe” é um problema para a França porque eles não se “integram”.

Considerações finais

O uso político da crise da identidade nacional, associada à imigração, é um caminho perigoso, por enfatizar a delimitação das fronteiras que constituem o “nós” – integrantes da nação –, e os “outros” – estrangeiros. Levada ao extremo,

essa construção nega o reconhecimento do outro e acaba por se traduzir em xenofobia.

A política migratória francesa tem, desde meados dos anos 1990, “fechado o cerco”. Uma série de medidas foi instituída para aumentar as restrições relativas à entrada e à permanência de estrangeiros no país. No bojo desta dinâmica, a discussão sobre a identidade nacional aparece combinada ao perigo “estrangeiro”. O debate sobre identidade nacional poderia ser frutífero ao estimular reflexões sobre a diversidade que a constitui, ao favorecer o “jogo de espelhos”, através do qual aprendemos mais sobre “nós” e sobre os “outros” simultaneamente. Mas ao servir aos fins políticos, o tal debate parece favorecer mais a desintegração social do que a incorporação do imigrante na sociedade francesa. Diante da crise do Estado-Nação, do colapso do Estado Providência e da instabilidade econômica, encontrar nos “estrangeiros” as causas do problema, pode ser uma “solução” para a agenda política, mas não uma “solução” para a crise social.

É nesta França, e diga-se, nesta Europa, que os brasileiros em questão estão vivendo ou chegando. De acordo com as entrevistas realizadas, alguns brasileiros realmente encontram dificuldades para permanecerem legalmente no país, o que resulta em situações de irregularidade ou ainda de decisão de retorno ao Brasil. Importante dizer que o sentimento e a percepção de ser discriminado como “estrangeiro”, mesmo quando se trata de imigrantes em situação regular, foi apontado como motivo importante para voltar. As palavras de Vânia sobre essa questão são contundentes:

Eu fiquei me olhando, eu falei assim, eu vou ter que passar o resto da minha vida justificando porque eu estou aqui – porque era isso que eu tinha que responder todo santo dia. Alguém sempre me cruzava e falava: “você tem um acento, você tem um sotaque, de onde você é? O que você está fazendo aqui?”. “Mas o Brasil, o Brasil é um país lindo, o que você está fazendo aqui?”. O “fazendo aqui” deles não era assim: “puxa, o que você está fazendo aqui!?” [tom de curiosidade]. Não era: “o que você está fazendo aqui, teu país é tão maravilhoso!” [tom de gentileza]. Na verdade, estava subentendido: “o que você está fazendo aqui, tirando um emprego nosso. O que você está fazendo aqui, estrangeiro!”. Eu comecei a perceber que esse “o que você está fazendo aqui?”, não era elogioso, era simplesmente, você está tomando o lugar de alguém que está lá fora¹⁵. [Vânia, 47 anos, separada, viveu na França dez anos].

Procurei reunir neste texto um pouco da diversidade das modalidades migratórias encontradas, bem como as diferentes percepções frente a experiência como estrangeiro; neste sentido, parece-me necessário insistir no caráter

heterogêneo da “comunidade” brasileira na França e enfatizar a existência de distintas trajetórias que percorrem caminhos específicos rumo à inserção na sociedade de destino. O que encontramos são processos de discriminação e integração multifacetados e às vezes paradoxais.

Notas

1 – Tradução livre do original em francês: *“l’immigration pose de problèmes à l’intégration, menace l’identité nationale, pour la limiter il faut investir dans le codéveloppement”* (STOICEA-DERAM, 2009, p.31).

2 – O termo estrangeiro aparece entre aspas aqui e em alguns outros momentos do texto por uma questão de imprecisão conceitual, pois segundo a concepção jurídica francesa, o estrangeiro é alguém nascido no exterior, que vive na França e que não possui a nacionalidade francesa. Por outro lado, imigrante é um estrangeiro que deixou esta condição por obtenção da nacionalidade francesa através da naturalização. No entanto, nem sempre o reconhecimento jurídico acompanha o reconhecimento social, pois um “imigrante” pode ser visto pela sociedade de acolhimento como um “estrangeiro” não importando se adquiriu ou não a cidadania.

3 – Original em francês: *“Pour un modèle français d’intégration”*.

4 – Estes dados resultam de estimativas realizadas pelas Embaixadas e pelos Consulados do Brasil sobre a presença de brasileiros vivendo em suas jurisdições.

5 – A pesquisa de campo financiada pela FAPESP na França foi realizada em 2010 e 2012. Foram feitas 86 entrevistas com brasileiros em diferentes cidades francesas. Também foram entrevistados brasileiros que viveram na França e retornaram ao Brasil ou que estavam morando em outro país. Acredito ser relevante dizer que a pesquisa seguiu todas as normas éticas recomendadas neste caso: todos os entrevistados foram informados sobre a pesquisa em curso e concordaram em participar do estudo. Além disso, me comprometi a preservar suas identidades de forma que eles serão mencionados através de pseudônimos.

6 – Os casamentos mistos são importantes para pensarmos a presença de brasileiros na França, segundo as estatísticas de estado civil divulgadas pelo INSEE, em 2010 foram registrados 498 casamentos mistos entre franceses e brasileiros. Entre os casamentos franco-brasileiros, 78% dos casos eram situações nas quais a cônjuge era brasileira e o marido francês.

7 – Entrevista realizada em Paris, França em 19/11/2010.

8 – Entrevista realizada em Lyon, França em 18/10/2012.

9 – Entrevista realizada em Aix-en-Provence, França em 29/06/2012.

10 – Entrevista realizada em Paris, França em 09/08/2012.

11 – Entrevista realizada em São Paulo, Brasil em 14/04/2011.

12 – Entrevista realizada em Marseille, França em 16/07/2012.

13 – Entrevista realizada em Marseille, França em 02/07/2012.

14 – Entrevista realizada em Campinas, Brasil em 23/06/2011.

15 – Entrevista realizada em São José dos Campos, Brasil em 08/06/2011.

Referências

ABUD, Tatiana. El Brasil de Francia: Representación de la Cultura Brasileña, la Imagen del País y la Conservación de Estereotipos. In: Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa, 1, Barcelona. *Atas...* Barcelona: Coletivo Brasil Catalunya, 2010, p. 265-272.

ALMEIDA REGO, Vânia e CHRISTIANO, Caio César. Ces drôles de Brésiliens – L’image du Brésilien dans les émissions humoristiques françaises et portugaises. *DIRE - Diversités Recherches et Terrains*, nº 1, p. 38-45, mars 2012. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/dire/pdf/120>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

- AMORIM, Marina Alves. Migração e casamento misto: o Brasil e 'a brasileira' no imaginário francês. In: MELLO, Ana Maria Lisboa de; MOREIRA, Maria Eunice e BERND, Zilá (orgs.) *Pensamento francês e cultura brasileira*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009, p. 55-71.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- HAUT CONSEIL A L'INTEGRATION. *Pour un modèle français d'intégration*. Paris: La Documentation française, 1991. Disponível em: <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- HOBBSAWM, Eric J. A construção das nações. In: *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 125-145.
- ROSENFELD, Martin et al. Immigration brésilienne en Europe: dimension transnationale. *Hommes & Migrations*, nº 1281, p. 54-63, septembre-octobre 2009.
- SALES, Teresa. O Brasil no contexto das novas migrações internacionais. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, nº 21, p. 5-9, jan./abr. 1995.
- SCHNAPPER, Dominique. L'intégration des migrants et de leurs descendants à la société nationale. *Qu'est-ce que l'intégration?* Paris: Gallimard, 2007, p. 71-129.
- SIMAL, Szilvia. e BAENINGER, Rosana. Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Nepo/Unicamp, Fapesp, CNPq, UNFPA, 2012, p. 195-210.
- STOICEA-DERAM, Ana Luana. "Immigration" et "identité nationale": une affaire de connexion. In: DESSAJAN, Séverine; HOSSARD, Nicolas et RAMOS, Elsa (dirs.) *Immigration et identité nationale: une altérité revisitée*. Paris: L'Harmattan, 2009, p. 29-45.
- TRIBALAT, Michèle. Une estimation des populations d'origine étrangère en France en 1999. *Population*, vol. 59, nº 1, p. 51-81, 2004. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-population-2004-1-page-51.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2012.
- WEIL, Patrick. L'émergence d'une règle du jeu. *La France et ses étrangers*. Paris: Gallimard, 2004, p. 65-81.

RESUMO

A política de integração dos estrangeiros à sociedade francesa prevê a adesão voluntária dos novos membros à comunidade nacional, o que exige a aceitação dos valores republicanos franceses. Neste contexto, a situação dos brasileiros como estrangeiros na França é amenizada pelo fato de que estes compartilham os elementos da cultura ocidental, o que tende a repercutir em relativa facilidade de integração ao modo de vida francês. No entanto, existem estereótipos sobre o Brasil e os brasileiros, particularmente sobre as brasileiras, que sustentam estigmas e desta forma alimentam práticas discriminatórias. A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com imigrantes brasileiros na França e com ex-imigrantes retornados ao Brasil, este artigo reflete sobre a experiência de brasileiros como "estrangeiros" na França, considerando os diversos processos de "integração" e de "discriminação" vivenciados por estes brasileiros/as.

Palavras-chave: brasileiros na França; integração; preconceito.

ABSTRACT

The policy for the integration of foreigners into French society aims for the submission of the new members to the national community. It requires the acceptance of the French republican values. In this context, the situation of the Brazilians as foreigners in France is mitigated by the fact that they share elements of Western culture. This helps Brazilians to integrate into the French way of life with ease. Nevertheless, there are stereotypes about

Brazil and Brazilians, particularly about Brazilian women, that sustain stigmas and thus feed discriminatory practices. Based on semi-structured interviews with Brazilian immigrants in France and migrants who have lived in France and have returned to Brazil, this article examines the experience of Brazilians as “foreigners” in France considering the various processes of “integration” and “discrimination” experienced by these Brazilian men and women.

Keywords: brazilians in France; integration; prejudice.

Nuevos destinos de la migración africana reciente

Los senegaleses en Argentina

*Bernarda Zubrzycki **

En este artículo pretendemos aportar al conocimiento de un nuevo fenómeno vinculado a la movilidad humana: las migraciones africanas subsaharianas hacia Sudamérica en general, y migraciones senegalesas hacia Argentina en particular.

Específicamente nos detendremos a analizar las motivaciones de los senegaleses para migrar, prestando especial atención a aquellas ligadas a la aventura y el valor simbólico de la migración.

La migración africana subsahariana hacia Latinoamérica, conformada por diferentes flujos que incluyen migrantes económicos, refugiados y solicitantes de asilo, es un fenómeno nuevo y en crecimiento (FREIER, 2011). Sin embargo, aún son muy pocos los trabajos académicos que abordan esta problemática.

Una de estas investigaciones es la de Wabgou (2011), quien señala que el carácter histórico de la relación entre las naciones receptoras y emisoras de emigrantes constituye un elemento clave para la explicación del origen y de la orientación de los flujos migratorios, siendo la colonización el fenómeno histórico que permite entender la orientación de los flujos migratorios entre países colonizados y colonizadores.

A diferencia de este último autor, Marcelino y Cerrutti (2011) enfatizan la ausencia de lazos históricos entre países o regiones de expulsión y de atracción de migrantes, en este caso las regiones de origen de los actuales migrantes y las

* *Antropóloga, Investigadora CONICET- Universidad Nacional de La Plata (Argentina).*

áreas que históricamente proveyeron población esclavizada hacia el Río de La Plata.

Señalan que además de la creciente imposibilidad de ingresar a países desarrollados o del “primer mundo”, existen otra serie de factores que explicarían en parte la conformación de este nuevo corredor migratorio entre el continente africano y Sudamérica; y particularmente para Argentina: una política migratoria relativamente abierta y su normativa que reconoce la migración como un derecho humano, la extensión y porosidad de sus fronteras junto a la incapacidad del Estado de controlar todos los ingresos y egresos, y el poco control hacia el comercio informal, actividad a la que se dedican muchos migrantes (2011, p. 2).

La migración africana subsahariana en Argentina se ha mantenido en un lugar marginal frente al imponente flujo europeo que se produjo hasta la década de 1950 y a la relevancia y visibilidad de la inmigración procedente de los países limítrofes.

No obstante, los negroafricanos han marcado presencia dentro de esta particular conformación de la población extranjera ya que entre fines del siglo XIX y la primera mitad del XX se produjo el arribo de caboverdeanos (MAFFIA, 2010a).

Durante gran parte de la segunda mitad del siglo XX la llegada de africanos subsaharianos fue prácticamente imperceptible, siendo recién a partir de la década de 1990 y los primeros años del 2000 cuando empezamos a advertir un leve incremento en el volumen de este flujo, junto con cierta diversificación en cuanto a los países de procedencia (Senegal, Nigeria, Ghana, Camerún, entre otros).

Mientras que en el censo de población de 1991 no se encuentran diferenciados, en el correspondiente al año 2001 fueron registrados 1883 africanos, de los cuales aproximadamente el 51% proceden de algún país subsahariano. En el reciente Censo Nacional de Población de 2010, figuran 2738 africanos, respecto a los cuales el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos aún no han brindado información desagregada por países, por lo que no es posible indicar cuántos corresponden a África subsahariana. Del total de 1.805.957 extranjeros registrados, los africanos representan solo el 0,15%¹.

Los integrantes de los distintos colectivos de africanos subsaharianos, sin embargo, estiman que residen en el país entre 4 mil y 5 mil migrantes, aunque remarcan que es difícil establecer una cifra con exactitud, especialmente debido a la elevada movilidad de los individuos y a que algunos sólo permanecen en el país durante un breve período de tiempo. De la cifra mencionada, los entrevistados calculan que alrededor de 3 mil provienen de Senegal y unos mil de Nigeria, seguidos por grupos más pequeños de ghaneses, cameruneses, guineanos, congoleños y marfileños.

En cuanto a los datos de la Dirección Nacional de Migraciones, éstos tampoco ofrecen demasiada precisión, ya que muchos africanos presentan un estatus migratorio irregular, por lo cual no aparecen en sus registros.

Los senegaleses en Argentina

Los senegaleses son el grupo más numeroso entre los nuevos migrantes subsaharianos. En los últimos seis o siete años la gran mayoría ha ingresado al país desde Brasil² y actualmente muchos han comenzado a ingresar irregularmente por los pasos entre Paraguay-Argentina y entre Bolivia-Argentina.

En este último caso los migrantes llegan a Bolivia con visa³, pero algunos han llegado a Ecuador – los senegaleses no necesitan visa para ingresar a dicho país – y luego se han trasladado hacia Argentina ingresando desde Bolivia, lo que implica un viaje por tierra mucho más largo y con varios cruces fronterizos.

Los pasos a través de las fronteras Brasil-Argentina, Bolivia-Argentina y Paraguay-Argentina se realizan de manera irregular, es decir, por lugares y pasos no permitidos o habilitados. Como resultado el migrante no tiene constancia legal de su ingreso al país, situación que posteriormente le impide iniciar cualquier trámite en relación a la radicación y obtención de una documentación legal.

En algunos pocos casos los migrantes llegan a Brasil en barcos de carga, no como polizones sino con la complicidad y conocimiento de la tripulación (MARCELINO y CERRUTTI, 2011); este viaje es mucho menos costoso que el viaje en avión.

También hay algunos senegaleses que llegaron a Argentina como polizones en bodegas de barcos, pero son casos excepcionales. Es interesante señalar que desde los medios de comunicación argentinos generalmente se cataloga a todos los migrantes africanos como refugiados venidos como polizones, huidos del hambre y la miseria extrema y víctimas de redes de tráfico de personas.

En parte esto se explica, por un lado, por la confusión entre refugiado y solicitante de refugio: casi todo senegalés que llega a Argentina inicia el trámite de solicitud, pero son muy pocos los que han obtenido el status de refugiado⁴.

Por otro lado, la existencia de un discurso que victimiza al migrante, o como señala Sarró, “nuestra insistencia en hablar de sufrimiento, de necesidad y de problemas económicos tiene también su efecto perverso: el de no aceptar que hay gente cuyo viaje no se ajusta a este modelo y autorizarnos por lo tanto a no aceptar su presencia entre nosotros” (SARRÓ, 2009, p. 505).

Pero sea en avión hacia Argentina, en barco (los menos) o a través del cruce terrestre de varias fronteras, los senegaleses siguen llegando y las redes migratorias continúan fortaleciéndose.

Al igual que muchos otros migrantes, todo senegalés que llega al país cuenta con algún pariente, conocido o referente en Argentina a quien contactar; es decir, se insertan en redes y cadenas migratorias que se relacionan con la puesta en práctica de la solidaridad, la reciprocidad y la representación que de sí tienen los migrantes senegaleses (ZUBRZYCKI y AGNELLI, 2009).

Los nuevos migrantes se aprovechan de la pertenencia a redes locales de los pioneros, de los contactos y relaciones que los primeros que llegaron han desarrollado en diferentes ámbitos: laboral, social, cultural, familiar.

En Argentina podemos rastrear al menos dos redes conformadas a partir de algunos pioneros⁵.

Por un lado una red étnica constituida por unos pocos migrantes de origen diola, de la zona de Casamance. Fueron los primeros en llegar a Argentina a principios de la década de 1990 y en general se dedicaron a actividades no vinculadas a la venta callejera: trabajan como mozos y cocineros en bares y restaurantes, como mecánicos, albañiles, y algunos están vinculados a la actividad artística, particularmente músicos, bailarines y profesores de danzas y percusión africana. Varios de estos migrantes pertenecen a la cofradía islámica tijane.

Por otro lado tenemos una red más amplia, de origen religiosa, constituida por migrantes pertenecientes a la cofradía islámica mouride. Según Minvielle (2010) el primer mouride establecido con éxito como comerciante en Argentina provenía de Diourbel y llegó a mediados de los años 90. Este pionero “abrió el camino” y comenzó a tejerse una red a partir de la década del 2000 y que todavía está en pleno funcionamiento. Estos migrantes son de origen étnico wolof, aunque hay algunos serer. Se dedican en su mayoría a la venta callejera de bijouterie.

Esto no quiere decir que la red mouride y la comercial sea la misma. Riccio (2001) llama la atención sobre el hecho de que si bien el “fenómeno mouride” no puede pasarse por alto en relación al rol que adquiere en la migración, la cofradía no está involucrada directamente con la organización de la misma; las redes migratorias senegalesas son heterogéneas. Aunque conectadas, las redes de pertenencia mouride y las comerciales no se superponen mecánicamente sino que se ayudan mutuamente en su propio desarrollo y además, no son sistemas cerrados con fronteras rígidas ya que senegaleses de otras cofradías, por ejemplo, pueden usarlas (ZUBRZYCKI, 2011).

Los motivos para migrar

La falta de oportunidades laborales y la mala situación económica en general es una de las causas mencionadas por los senegaleses para emigrar. Muy común son los relatos como el de N., un senegalés oriundo de Diourbel y que desde hace seis años reside en la ciudad de Buenos Aires: “En Senegal no tenía trabajo (...) vine solo y dejé allá a mi mujer y mis hijos (...), mi sueño es quedarme acá a trabajar y tener los documentos para poder ir y volver, ir y volver a trabajar acá para poder ayudar a la familia.”

Tal como han analizado otros autores respecto a la migración senegalesa en Europa, ésta es una empresa más colectiva que individual, donde la familia ve al hijo emigrante como su salvador.

Particularmente Moreno Maestro (2006) analiza la migración de origen étnico wolof en Sevilla y señala que existe en su modo de organización familiar, valores y responsabilidades asignados por sexo-género y por edad, situación que determina el lugar de cada quien en el proyecto migratorio. El hijo varón

mayor es quien tiene la responsabilidad para con la familia y su mantenimiento, responsabilidades que no se pierden con la migración.

Por otro lado, tal como refiere Rodríguez García (2002), la idea de que a los que están en el exterior les va muy bien es un mito que se retroalimenta, pues los propios emigrados nunca cuentan las experiencias negativas, idealizando de este modo el proceso migratorio y fortaleciendo la idea del “paraíso en el extranjero”.

Además, las inversiones en el lugar de origen (casas, locales comerciales) cambian el paisaje de los pueblos y ciudades, evocando las posibilidades de la migración y haciéndola tangible para los no-migrantes.

Pero en los relatos de los migrantes también aparecen otros motivos que nos permiten forjarnos una visión un poco diferente, o como señala Riccio “una autoimagen (como migrante) más potente” (2004, p. 934).

Nos resulta sumamente interesante el análisis que realiza de su propia sociedad M., un migrante nacido en Tambacounda y antiguo estudiante de Derecho en Dakar. En su relato M. deja en claro que no son sólo las razones económicas las que explican el fenómeno migratorio senegalés y hace referencia a los cambios ocurridos en relación a como se ve al migrante y el peso simbólico que éste adquiere,

Un africano que no sale para buscar trabajo afuera será como si no tiene nada; uno puede quedarse allá y ganar su vida tranquilamente, pero ahora es algo psicológico para los jóvenes salir (...) ahora uno que no sale para buscar trabajo afuera o no sale para mandar plata a su padre, su hermano, su esposa, es como si no tiene nada. Es psicológico. Los africanos que se quedan allá piensan que (los que se van) tienen más plata, tienen más laboro, ellos tienen más experiencia, porque la experiencia de África y la experiencia de Europa o de América es diferente, entonces uno que está afuera gana más dinero, gana económicamente porque está trabajando, no está vago como se está en África, y gana también el contacto, conocer mucha gente, algo nuevo.

Incluso M. señala los problemas concretos para contraer matrimonio para aquel varón que no ha migrado nunca:

Te doy un ejemplo: en África casarse era muy fácil, tener un novia era muy fácil, pero ahora es bastante difícil, porque los primeros inmigrantes que fueron afuera, a Europa, que hicieron mucha plata, vienen allá a construir casas, comprar coches y uno que tiene su suerte fácilmente puede tener una mujer allá, porque el casamiento ahora es económico. Tienen más suerte de casarse con una chica linda que uno que se queda allá, es competencia ahora. Yo puedo salir con una chica, por ejemplo dos años, tres

años de novia, cinco años; uno que vuelve allá de afuera rápidamente puede hablar con la madre o el padre de la chica - porque en África no hay que olvidar que hay esta tradición de respetar a los padres-, uno que vuelve de viaje y viene con mucha plata habla con la madre o con el padre y automáticamente los parientes cambian de posición, automáticamente, muchas parejas son separadas por eso. Ahora es fundamental viajar, el que viaja por ejemplo a Europa, a América, a Argentina y que vuelve a su país es como un rey. Por eso yo digo es psicológico ahora.

En estos fragmentos del relato de M., además de la idealización al migrante, aparecen dos cuestiones interesantes: la migración pensada como viaje y como una experiencia vinculada a conocer el mundo.

Autores como Riccio (2004) y Barbali (2009) se refieren a una “cultura migratoria” ligada al tema de la masculinidad, donde la migración, el viaje, la salida fuera del país, es una preparación para los varones senegaleses, una manera de hacer valer sus identidades masculinas, en definitiva, un rito de pasaje.

Esta cultura migratoria explicaría en parte por qué la migración senegalesa se compone usualmente de varones jóvenes solteros. Aquí es importante señalar que en Argentina hay tanto varones solteros como varones con esposa e hijos en Senegal, pero en general estos casados ya tienen experiencia migratoria previa antes de llegar a nuestro país. Varios de nuestros entrevistados, ahora hombres casados, habían viajado siendo aún solteros y habían vivido en Italia, España y Sudáfrica entre otros destinos.

Pero además del tema de la masculinidad, en esta cultura migratoria hay otros factores importantes, como el obtener conocimientos sobre el mundo y sobre sí mismos. Esta actitud puede leerse en el relato de Ch., un joven senegalés nacido en Thies y que hoy reside en Argentina: “(En Senegal) yo nunca necesité trabajar, estudié idioma inglés en la universidad Anta Diop y jugaba al básquet en el equipo de la universidad, pero no terminé. Quería salir a conocer el mundo, visitar lo latino era mi sueño.”

Barbali (2009) denomina “cosmopolitas” a estos migrantes senegaleses que se lanzan a conocer el mundo, mientras que Morales (2011) los llama “internacionales”. Este último autor hace referencia a dos categorías clasificatorias aludidas por los migrantes africanos (no exclusivamente senegaleses): internacionales y aventureros. La primera representa al migrante que ha vivido, viajado y conocido mucho, mientras que la figura del aventurero presenta dos acepciones, una con énfasis negativo “que representa a un migrante sin objetivos definidos y/o sin un plan preciso que oriente su acción, sin recursos, un errante” (2011, p. 15), y otra acepción positiva, “el aventurero como alguien que se larga a recorrer el mundo, un viajero” (2011, p. 15). Esta última representación acerca al aventurero con el internacional, dice el autor, y ambas clasificaciones pueden recaer en un mismo actor.

La aventura, como categoría para analizar la migración subsahariana, ha sido trabajada por autores como Bredeloup (2008), Sarró (2009) y Minvielle (2011). Particularmente Sarró propone analizar la migración africana en términos de aventura retomando el clásico ensayo de Simmel “La aventura” publicado originalmente en 1911.

Sarró explica así la relación que establece entre la emigración y la aventura:

[el texto de Simmel] se aplica particularmente bien a los emigrantes africanos, quienes a menudo describen el trayecto migratorio como un proceso de aprendizaje sin retorno. La migración no es un viaje del que uno pueda retornar, sino un cambio total y radical en el que el individuo aprende a vivir la vida con un sentido pleno otorgado por su propio movimiento (SARRÓ, 2009, p. 504).

Pero el autor también deja claro que pensar la migración en términos de aventura no supone oponer aventura a necesidad y mucho menos a sufrimiento:

decir que los africanos vienen a Europa ‘por aventura’ no equivale a decir que vengan ‘de vacaciones’. Tampoco equivale a decir que en África hoy no haya necesidad de migrar: no quede duda de que la hay. Tampoco quede duda, sin embargo, de que no todos los emigrantes viajan por estricta necesidad y que tanto derecho tienen de viajar y de mudarse de país unos como otros (...) Desde mi punto de vista, como desde el de Simmel, sin embargo, la aventura y la necesidad no están reñidas (para Simmel sólo hay aventura en la medida en que estamos venciendo algún obstáculo) (...) De hecho, hay que ser un gran aventurero para poder afrontar el enorme sufrimiento a que somete el traslado migratorio. Decir que los africanos vienen a Europa por aventura no es minimizar, ni ridiculizar, ni relativizar su viaje (SARRÓ, 2009, p. 504-505).

Este acercamiento a partir del concepto de aventura permite pensar la experiencia migratoria “desde la óptica de la acción, la iniciativa y el riesgo, y no desde el victimismo, el trauma o la desesperación economicista” (2009, p. 502).

En este punto podemos vincular aventura y masculinidad, ya que para Simmel la aventura es una acción masculina, y como deja claro Sarró, cuando en África se habla de aventureros se habla varones, particularmente varones jóvenes, es decir, hoy la aventura es una forma de construir modelos de masculinidad africana.

El carácter aventurero, dirá Sarró, se complementa con los factores estructurales de la emigración y probablemente cuando en el seno de una

familia africana se discute cuál es el miembro que va a emigrar “lo más probable es que el talante de cada uno sea tenido en cuenta y que se escoja a aquellos que sean, por naturaleza, más aventureros que otros” (2009, p. 505). En definitiva, la decisión de migrar no es individual, sino socialmente construida, interviniendo tanto móviles económicos como sociales y culturales.

A modo de cierre

Este trabajo pretendió ser un aporte al análisis de las nuevas migraciones africanas hacia Sudamérica, centrándonos en la migración senegalesa.

A lo largo del texto fuimos exponiendo algunos de los argumentos mencionados para dar cuenta de la decisión de migrar y la manera en que llevan adelante la migración los senegaleses que han llegado y continúan llegando a Argentina.

Así, a las razones vinculadas a la falta de trabajo o insatisfacción con el que se tenía, perspectivas limitadas de desarrollo profesional, y expectativas de mejorar las condiciones de vida de la persona y/o el grupo familiar, le sumamos otras razones, aquellas vinculadas con una cultura migratoria ligada al tema de la masculinidad y a los deseos de obtener conocimientos sobre el mundo, es decir, una cultura migratoria que incluye la aventura como categoría fundamental.

El migrante senegalés, y posiblemente el migrante subsahariano en general, se aventura en un viaje tanto para convertirse en hombre como para ganar conocimientos sobre el mundo, pero también, sin duda, para cumplir con las expectativas económicas de la familia que deja en origen.

Notas

1 - Para mayores datos respecto a la migración africana hacia Argentina ver Maffia y Agnelli (2008) y Maffia (2010b).

2 - Desde el año 2002 en Senegal no hay embajada ni consulado argentino donde tramitar una visa (la embajada más cercana queda en Nigeria), pero sí hay embajada brasileña por lo cual se puede tramitar una visa para ingresar a dicho país (ZUBRZYCKI y AGNELLI, 2009).

3 - En ningún caso de los que hemos registrado los senegaleses han llegado en vuelos directamente a Bolivia, sino que hacen diferentes escalas, por ejemplo Dakar-Madrid, Madrid-Lima, Lima-La Paz. Luego el trayecto desde La Paz hacia Argentina es vía terrestre.

4 - El inicio del trámite de pedido de refugio tiene que ver, en muchos casos, con una estrategia para obtener algún tipo de documentación legal -un certificado de residencia provisoria llamado “la precaria”- que se le entrega a los solicitantes hasta tanto se emita un dictamen, situación que puede llegar a durar un par de años (ZUBRZYCKI y AGNELLI, 2009). Con esta documentación el migrante solicitante de refugio se encuentra habilitado para trabajar, estudiar, moverse dentro del territorio, etc.

5 - Traoré ya señalaba en su trabajo de 2006 la presencia de dos grupos diferenciados de senegaleses viviendo en Argentina: por un lado los migrantes wolof venidos principalmente de Diourbel, y por otro migrantes diola llegados desde Ziguinchor.

Referencias

- BARBALI, Silvana. *Coping with xenophobia: senegalese migration in Port Elizabeth*. Master Thesis, Rhodes University, 2009. Disponible en: <<http://eprints.ru.ac.za/1627/2/Barbali-MA-TR09-66.pdf>>. Consultado el: 10 octubre 2011.
- BREDELOUP, Sylvie. L'aventurier, une figure de la migration africaine. En: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n° 125, p. 281-306, 2008.
- FREIER, Feline. Crossing the Atlantic in search of new destinations: Contemporary African migration to Latin America. *Actas del IV Congreso de la Red Internacional de Migración y Desarrollo*. Crisis Global y Estrategias Migratorias. Quito, Ecuador, 2011.
- MAFFIA, Marta. *Desde Cabo Verde a la Argentina. Migración, parentesco y familia*. Buenos Aires: Biblos, 2010a.
- MAFFIA, Marta. Una contribución al estudio de la nueva inmigración africana subsahariana en la Argentina. En: *Cuadernos de Antropología Social*, n° 31, p. 7-32, 2010b.
- MAFFIA, Marta y AGNELLI, Silvina. Primeras aproximaciones al estudio de la nueva inmigración africana en la Argentina. En: *Anuario en Relaciones Internacionales*, 2008, p. 1-11.
- MARCELINO, Pedro y CERRUTTI, Marcela. *Recent african immigration to South America: the cases of Argentina and Brasil in the regional context*. CELADE, ECLAC, 2011. Disponible en: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/celade/noticias/documentosdetrabajo/5/44525/P44525.xml&xsl=/celade/tpl-i/p38f.xsl&base=/celade/tpl/top-bottom_dam.xslt>. Consultado el: 5 octubre 2011.
- MINVIELLE, Regis. Migrations africaines et mondialisation par le bas à Buenos Aires. *Coloquio, The Contribution of African Research to Migration Theory*. Dakar, Senegal, 2010.
- MINVIELLE, Regis. Migrants (subsahariens) en transit à Tamanrasset: du passage à l'impasse? En: *M@ppemonde*, n° 103, p.1-11, 2011. Disponible en: <<http://mappemonde.mgm.fr/num31/articles/art11301.pdf>>. Consultado el: 6 agosto 2012.
- MORALES, Orlando Gabriel. "Aventureros" e "internacionales": dos figuras representacionales de los migrantes africanos en Argentina. *Actas de las III Jornadas de Antropología Social del Centro "Redefiniciones y continuidades: debates desde la antropología"*. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 2011.
- MORENO MAESTRO, Susana. *Aquí y allí, viviendo en los dos lados. Los senegaleses de Sevilla, una comunidad transnacional*. Estudios y monografías (1). Editado por la Junta de Andalucía, 2006.
- RICCIO, Bruno. *Disaggregating the transnational community Senegalese migrants on the coast of Emilia-Romagna*. Working Paper for the Transnational Communities Programem (WPTC-01-11). University of Oxford, 2001. Disponible en: <<http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/riccio.pdf>>. Consultado el: 15 marzo 2009.
- RICCIO, Bruno. Transnational mouridism and the Afro-Mouslim critique of Italy. En: *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 30, p. 929-944, 2004.
- RODRÍGUEZ GARCÍA, Dan. *Endogamia, exogamia y relaciones interétnicas*. Un estudio sobre la formación y dinámica de la pareja y la familia centrado en inmigrantes de Senegal y Gambia entre Cataluña y África. Tesis Doctoral en Antropología Social y Cultural, Universitat Autònoma de Barcelona, España, 2002. Disponible en: <<http://tesisened.net/bitstream/handle/10803/5754/drg1de2.pdf?sequence=1>>. Consultado el: 5 julio 2010.
- SARRÓ, Ramón. La aventura como categoría cultural: apuntes simmelianos sobre la emigración subsahariana. En: *Revista de Ciencias Humanas*, n° 43, p.501-521, 2009.
- SIMMEL, Georg. *Cultura femenina y otros ensayos*. Barcelona: Alba editorial, [1911] 1999.
- TRAORÉ, Boubacar. *Los inmigrantes senegaleses en la Argentina: ¿Integración, supervivencia o participación? Primeras Jornadas Afroargentinos Hoy: Invisibilización, Identidad y Movilización Social*. La Plata, Argentina, 2006.

WABGOU, Maguemati. *Migraciones africanas en América del Sur: los casos de Argentina y Brasil*. Bogotá: Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional de Colombia, 2011.

ZUBRZYCKI, Bernarda y AGNELLI, Silvina. 'Allá en África, en cada barrio por lo menos hay un senegalés que sale de viaje'. La migración senegalesa en Buenos Aires. En: *Cuadernos de Antropología Social*, n° 29, p. 135-152, 2009.

ZUBRZYCKI, Bernarda. Senegaleses en Argentina: un análisis de la Mouridiyya y sus asociaciones religiosas. En: *Boletín Antropológico*, v. 81, n°1, p. 49-64, 2011.

RESUMEN

Con este trabajo pretendemos aportar al conocimiento de un nuevo fenómeno vinculado a la movilidad humana: las migraciones africanas subsaharianas hacia Sudamérica en general, y migraciones senegalesas hacia Argentina en particular.

Nos centraremos en caracterizar la migración senegalesa hacia Argentina, las motivaciones para migrar y las formas de ingresar al país.

Palabras clave: migración africana; Senegal; Argentina.

ABSTRACT

The aim of this paper is to contribute to the knowledge of a new phenomenon linked to human mobility: sub-Saharan African migrations to South America in general and Senegalese migration to Argentina in particular.

We will focus on characterizing the Senegalese migration towards Argentina, motivations to migrate and the ways of entering into Argentina.

Keywords: african migration; Senegal; Argentina.

***Mangia che te fa bene!*¹**

Comida e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

Maria Catarina C. Zanini *
Miriam de Oliveira Santos **

Nosso objetivo por meio deste artigo é analisar as relações entre comida, comensalidades (WOORTMAN, 2007) e algumas especificidades da produção de identidades entre descendentes de imigrantes italianos no sul do Brasil quando tais elementos entram em diálogo. O ponto de partida foram as pesquisas etnográficas de Santos (2004) e Zanini (2006) realizadas, respectivamente, nas regiões serrana e central do Rio Grande do Sul. Nessas pesquisas se observou o quanto a produção, a circulação e o consumo de “comidas” é algo complexo e importante para estes descendentes, promovendo uma discursividade própria e reconhecida como “nativa”. Talvez porque um dos motivos impulsionadores do processo migratório, ocorrido em finais do século XIX, tenha sido as péssimas condições de vida (e alimentares) que tinham na Itália, a comida e a mesa farta se tornaram símbolos adscritivos das italianidades, em que os alimentos devem ser interpretados como fruto do trabalho, valor altamente positivado entre os imigrantes e seus descendentes (vide SANTOS e ZANINI, 2009)².

Por comida, entende-se aqui aqueles alimentos processados culturalmente e que adquirem tal *status*. Nas colônias italianas³, os colonos seriam, segundo Seyferth (1993), além de trabalhadores da terra, pessoas que se autoatribuíam e

* Doutora em Antropologia Social pela USP, Profa. da UFSM e Pesquisadora Associada ao NIEM.

** Doutora em Antropologia Social pela UFRJ, Profa. da UFRRJ e Pesquisadora Associada ao NIEM.

reivindicavam uma origem distinta: nos casos aqui estudados, a origem italiana. O que nos importa ressaltar, neste texto, é o caráter processual e dinâmico dessas relações em que gostos, produtos e relações se encontram e como elas podem, ao longo do tempo, serem alteradas e negociadas em suas estruturas de significado gerando, nesse percurso, construções identitárias, de memórias e também novas estruturas de significado e de papéis sociais. Por memórias, entendemos, inspiradas em Halbwachs (1990), as leituras sobre o passado que são elaboradas no presente, partindo dos lugares dos narradores nos contextos contemporâneos.

A comida e a importância a ela atribuída foi algo que se fez extremamente presente em ambas as pesquisas etnográficas, mesmo não sendo inicialmente o objeto de investigação das autoras. No estudo dos processos identitários étnicos, o que se observou foi a constante presença dos elementos alimentares, suas disputas, negociações e riqueza de narrativas. Compactuamos com Mintz (2001, p. 31), ao assinalar que o comportamento relacionado à comida está diretamente associado ao “sentido de nós mesmos e à nossa identidade social”. Além disso, é importante salientar que os imigrantes tendem a ser importantes agentes de mudanças dietárias também (MINTZ 2002, p. 105), reelaborando e trazendo mudanças importantes na escolha dos ingredientes, na aceitação dos sabores e no equilíbrio disto com o que seria considerado “tradicional” dos grupos de origem. Estas reelaborações efetuadas nas terras hospedeiras acabam gerando novas técnicas e apreciação de sabores, o que nem sempre é percebido pelos produtores e consumidores de tais comidas, que as reinterpretem continuamente como “tradicional”, embora tenham sido historicamente reelaboradas. O que se observa é uma forma de transformar a comida em símbolo de resistência também (vide POULAIN, 2006). A produção da uva, por exemplo, por questões climáticas e de solo, não obteve sucesso na região central do estado, o que faz com que esta fruta não tenha o peso simbólico que adquiriu na serra gaúcha, onde se converteu em fonte de renda para as famílias de imigrantes e seus descendentes e falar em imigração italiana significa falar de uvas e vinhos.

Ambas as pesquisadoras observaram o importante papel desempenhado pelas mulheres, especialmente as mais idosas, que eram as responsáveis (agentes) pela aceitação ou não dos novos elementos culinários e a forma como estes deveriam ingressar nas hortas, roças, cozinhas, mesas e se tornarem produtos para o comércio (ou não), como os *grostolis*⁴, por exemplo, ou as massas e *capelettis*⁵ (com os quais se faz a sopa de *agniolini*). Muitas das entrevistas concedidas às autoras foram efetuadas em cozinhas, entre café, chá, pães, bolachas e chimarrão. Como ressalta Poulain (2006, p. 256), a cozinha é o conjunto de operações simbólicas e de rituais que, mesclados às ações técnicas, findam por construir determinada identidade alimentar e também onde um produto da natureza se converte em consumível (em comida). É nestas cozinhas que muitas negociações entre o que seria tradicional e o que seria moderno

e suas significações são efetuadas. A cozinha, em muitos aspectos, converte-se, com certeza, num espaço de resistência e reflexividade acerca das origens italianas.

Ressaltamos, contudo, que as italianidades são complexas, situacionais e devem ser observadas em suas particularidades histórico-sociais específicas. Não pretendemos aqui esboçar generalizações acerca das relações entre comidas e identidades italianas, mesmo porque encontramos muitas diferenças em nossos campos. Embora as narrativas partam de uma identificação e de um gosto considerado naturalizado, o que observamos foram comidas produzidas nos encontros culturais, seja na serra gaúcha ou na região central do Rio Grande do Sul. Embora italianos, num sentido genérico, os gostos e as práticas alimentares têm suas especificidades, diversidade e construções narrativas específicas.

Nesta conjugação, pensamos como Maciel (2001, p. 151), ao destacar o quanto a comida está envolvida com emoção e “trabalha com a memória e com sentimentos” e também com os pertencimentos. Assim, nestas inter-relações, não se pode perder de vista o peso das subjetividades, bem como o das forças sociais e suas negociações. Zanini (2006) observou o importante papel da comida no processo de construção das memórias coletivas dos descendentes por ela estudados. Nas narrativas coletadas pela pesquisadora, comumente a comida aparecia mesclada a acontecimentos e situações importantes para os indivíduos e suas famílias. Os casamentos, batizados e outros eventos eram narrados se apresentando também o que fora comido na ocasião. As relações sociais, as trajetórias individuais e familiares se cruzavam com a produção e o consumo de alimentos. Em narrativas de mulheres idosas, era comumente ressaltado o tempo de preparo para bolachas, doces para casamentos e outras comidas que faziam parte de momentos especiais e diferenciados da vida dos imigrantes e seus descendentes, especialmente entre habitantes do mundo rural, da colônia. Outro elemento associado à produção eram as redes de solidariedade que tais comensalidades promoviam, agregando parentes e afins de graus diversos. As latas de bolachas, o preparo das massas, das carnes, das saladas, os doces para crianças recebiam elevado teor de significação nas falas. Algumas fotografias foram apresentadas à pesquisadora para enriquecer as narrativas e salientar a importância das comidas em determinados rituais.

Na conformação do *habitus* italiano (BOURDIEU, 1983), as comensalidades se apresentam como elemento fundamental na conformação dos gostos. Pelas orientações das mães italianas⁶, os filhos aprendem as distinções sociais que o comer implica: o homem se alimenta primeiro, a mulher prepara o alimento, os filhos menores esperam os mais velhos se servirem, os melhores alimentos são para vender, para a Igreja ou para as visitas, somente depois a família⁷ se alimenta. Ou seja, as culturas não elegem apenas aquilo que é bom para comer, mas também como devemos comê-lo, quando, de qual forma e com quem. Douglas (1971, p. 61) destaca que muitas vezes a comida funciona como um código para as relações sociais e: “as mensagens que ela codifica serão encontradas

no padrão de relações sociais que estão sendo expressas. A mensagem trata de diferentes graus de hierarquia, de inclusão e exclusão, de fronteiras e transações através de fronteiras”⁸.

As representações construídas em função de determinado alimento remetem não apenas ao paladar e à apresentação do prato, mas também a técnicas de preparo, estratégias de compra, modos e ocasiões de consumo em que, por vezes, são necessários longos tempos de preparo. Sendo assim os alimentos “(...) são utilizados em conformidade às representações sociais e usos compartilhados pelos membros de uma classe, grupo ou cultura; (...)” (FISCHLER, 2001, p. 81)⁹.

Enfim, por meio das comensalidades uma ordem de mundo, uma visão de mundo e também um *ethos* (GEERTZ, 1989) finda por ser socializado e transmitido. Importante ressaltar que, no meio camponês dos descendentes de italianos, por exemplo, há pouco tempo, o domínio destas regras era requisito para as sogras aceitarem ou não uma nora. Todo um domínio e conhecimento sobre os alimentos era requisito necessário para que um indivíduo se considerasse socialmente apto para casar e constituir família. Assim, poderia se esperar dele que fosse capaz de alimentar e cuidar de uma família, em suas variadas formas. Entre os descendentes de imigrantes italianos há muitos modos de se testar se uma moça seria uma boa esposa ou não e também se aceitaria ou não as regras de comensalidade da sogra, caso com ela fosse habitar. Um dos testes era a feitura de pão e também verificar se a moça dominava técnicas de horticultura, visando que, no futuro, mantivesse sua horta a fim de alimentar a família a ser formada, bem como os sogros, em caso de com estes morar. Uma das entrevistadas de Zanini, em pesquisa realizada em 2011, relatou que até os dias de hoje seu marido compara sua comida com a de sua mãe. A comida da sogra seria “forte” e a dela, mais preocupada com problemas de colesterol e diabetes, mais fraca. Seu marido, apesar de ser diabético, não consegue se adaptar às comidas “fracas” por ela preparadas, indo, por vezes à cozinha para fritar ovos com banha como sua mãe fazia.

A comida acompanha a trajetória do processo migratório de italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul de forma rica, horizontalizada e criativa. Ela tem dialogado, na contemporaneidade, com as mídias, que trazem novas possibilidades e produtos, com o discurso biomédico que procura alterar padrões de consumo alimentar e também gostos e com o poder aquisitivo dos descendentes, que hoje podem comprar determinados alimentos, sem necessidade de produzi-los pessoalmente. A fome ou a falta de alimento é algo comum nas narrativas acerca do processo colonizador, contudo, como ressalta Woortman (2007, p. 184), devemos considerar que a percepção social acerca do que é fome difere no tempo e no espaço. Dona Giovanna, filha de imigrantes italianos que vieram para a região central do estado nas primeiras décadas do século XX, ao comentar acerca da novela *Terra Nostra*¹⁰, exibida pela primeira vez na televisão nos anos de 1999/2000, ressaltou que: “A gente era pobre, pode ser que em outras famílias tivesse isso, mas eu, eu nunca vi aquela fartura, aquelas

coisas, no meu tempo eu não vi, pode ser que tivesse família melhor.” Ou seja, a novela apresentou o estereótipo construído acerca do imigrante italiano: aquele que comia bem, de forma festiva e em grandes quantidades (vide ZANINI, 2005). O que de fato ocorreu nos primeiros tempos do processo colonizador foi um processo de adaptação ao clima, ao solo, às culturas, o que significava, para alguns, alimento regado e que pode ser transmitido nas narrativas como época de escassez.

Imigrantes, colonizadores e observadores no sul do Brasil: a comida como trajetória interativa e adscritiva

Quando aquelas populações saíram da Itália, no período da Grande Imigração em finais do século XIX, a Itália era um Estado Nacional recém-unificado e com diferenças regionais fortemente demarcadas. Tratava-se de um país com muitas crises (políticas, religiosas, culturais, econômicas), em que os pobres não tinham como ascender socialmente, as terras eram poucas e a migração aparentava ser uma boa possibilidade de sobrevivência e de mobilidade social (cf. ALVIM, 1986 e GROSSELLI, 1987).

A Unificação italiana desencadeou uma crise econômica durante o período final do século XIX, crise esta que não abalou igualmente todas as regiões do país. O Norte foi a primeira área a ser atingida, pois ali começou a se desenvolver a industrialização, deixando os agricultores que complementavam sua renda com o trabalho artesanal sem emprego e sem ter mercado para colocar seus produtos, uma vez que os mesmos não podiam competir com os feitos pelas fábricas locais ou com os importados. Por isto, o norte da Itália forneceria as primeiras grandes levas de emigrantes, e o sul só viveria o processo de emigração mais tarde, principalmente a partir do início do século XX.

Com o agravamento das diferenças já existentes entre as regiões da Itália, criaram-se as condições para um grande movimento migratório de classes rurais para o continente Americano entre o fim do século XIX e o início do século XX. Essas classes rurais conformavam um campesinato com receios de se proletarianizar e de perder o poder paterno sobre os filhos, e eram estimulados pela Igreja Católica que vinha tendo seus poderes (e saberes) questionados, além disso, as doenças e as guerras configuravam um cenário em que a migração se apresentava como uma opção promissora (cf. LORENZONI, 1975 e POZZOBOM, 1997). Para o estado brasileiro, também, a imigração era um bom negócio, pois aquelas famílias iriam dinamizar as economias regionais, bem como guardar fronteiras, especialmente no Rio Grande do Sul (MACHADO, 1999), território em constantes disputas entre Portugal e Espanha.

Em 1875 tem início o processo colonizador para a região serrana do estado do Rio Grande do Sul e em 1877/78 para a região central. Aquelas populações eram formadas, em sua maioria, por famílias de camponeses pobres, católicos e provenientes do norte da Itália (vide COSTA, 1986; De BONI, 1980, 1982, 1987). A

comida, desde o início, apresenta-se nos imaginários relatados do Novo Mundo, em que os “salames caíam das árvores” e o queijo ralado era distribuído em sacos (cf. LORENZONI, 1975 e POZZOBON, 1997). No Brasil, almejavam tornar-se proprietários de terras, senhores, algo impossível no cenário italiano do final do século XIX. E, nesta busca por autonomia, o alimento desempenhou um papel extremamente importante, seja enquanto mercadoria por eles produzida e comercializada para pagar os lotes de terras ou enquanto processo doméstico.

Conforme relata Lorenzoni (1975), jovem emigrado da Itália com sua família, que deixa registrado o processo migratório para a região central do estado, a comida foi algo extremamente importante no encontro com a América. Eram novos sabores, texturas, odores, relações novas entre alimento e corpo. As novidades, tais como a mandioca e sua farinha, o charque, as carnes e frutas, entre outros, despertarão curiosidades e também servirão como ponto de partida para o conhecimento de gostos e hábitos locais, como o chimarrão, por exemplo (LORENZONI, 1975).

O encontro com os brasileiros resultou na adoção de novos tipos de alimento, como relata Cleodes Piazza Júlio Ribeiro:

Eu sou bisneta de um dos três primeiros casais que precede a grande imigração, meu bisavô com minha bisavó e outros dois casais são conduzidos de Porto dos Guimaraens, atual Porto do Caí, até a localidade de Nova Milano.(...) Eles foram conduzidos por um índio, o barracão ainda não havia sido construído, eles foram abrigados na choupana deste índio.(...) Luís era o nome de branco do índio, eles o chamavam de Luís Bugre e nas mitologias familiares, este Luís Bugre sempre foi uma influência extremamente positiva na relação, ele os ensinou a comer o pinhão¹¹.

Para sobreviverem em terras brasileiras, desde o início, foram negociando as novas possibilidades alimentares em suas “estruturas de significado” (GEERTZ, 1989). Ao longo do processo colonizador, vários alimentos foram transformados e adaptados, como a polenta (mingau salgado, duro, feito da mistura de água quente com farinha de milho); a *minestra* (sopa de feijão com sobras de comida das refeições anteriores) e a *fortaia* (omelete com misturas variadas, como salame e queijo, por exemplo). Contudo, há que se observar que a generalização e a estereotipia acerca dos hábitos alimentares, por vezes, incomoda os descendentes, como o de “gringo polenteiro” ou de “alemão batata” (no caso dos alemães). Neste artigo, estamos nos referindo especificamente aos universos por nós pesquisados e que tiveram como protagonistas, em sua quase totalidade, italianos descendentes de imigrantes provenientes do norte da Itália.

Entre os descendentes de imigrantes italianos da região central do estado, o *risoto* é um alimento extremamente valorizado e para o qual há vários procedimentos no preparo. Os acompanhamentos do mesmo tendem a ser

diferenciados conforme a posição social do descendente, variando em função de sua inserção nas camadas urbanas ou no meio camponês. O tamanho das porções, igualmente, no meio camponês, tende a ser muito maior que nos cenários dos descendentes urbanos. O *risoto* costuma ser feito por partes: primeiro se cozinha o *brodo*, o caldo, feito com carne de galinha fervida com alguns temperos, tais como sal, manjerona, cebola, alho e pimenta. Contudo, há variações no preparo do *brodo*. Quando o *brodo* estiver no ponto, retira-se a carne (que se transforma em carne *lessa*), acresce-se o arroz e se mexe até que ele esteja no ponto, *al dente*, ou seja, ainda firme. No final, acrescenta-se manteiga e queijo parmesão, mexe-se uma última vez e deixa-se abafar um pouco. É um alimento que pode ser comido como prato principal ou entrada quente. Come-se com pão, pois a textura do mesmo é cremosa.

A *minestra*, um tipo de sopa que mistura feijão preto e legumes, é considerada contemporaneamente como comida “de pobre” e não é tão bem vista em mesas de descendentes de classes médias urbanas, sendo substituída frequentemente pela sopa de *capeletti* ou *agnolini*¹². Trata-se de um alimento ainda bastante apreciado nos dias atuais, mas com o caráter de prato de entrada e não mais como prato principal, como era no passado, principalmente entre os camponeses que utilizavam as sobras do almoço para elaborar a *minestra* no jantar.

A polenta, contudo, conforme observado por Zanini (2006) tende a ser um alimento presente na mesa de descendentes de classes sociais variadas, especialmente quando é servida frita. Sobre a polenta, há uma variedade de técnicas de preparo e de formas de consumo. Com as novas farinhas de milho instantâneas e pré-cozidas (as *polentinas*, como são chamadas) presentes hoje no mercado, a produção de uma boa polenta mudou de foco. Se no passado começar a polenta com água fria e um pouco de farinha para não “embolotar”¹³ era um pré-requisito da boa esposa, hoje, com as farinhas novas, as descendentes ressaltam que pouca diferença faz começar com água fria ou quente. Por uma questão de praticidade, a farinha para a polenta costuma ser alternada: quando há farinha caseira ou de algum moinho próximo, utiliza-se daquela que requer ser começada com água fria e, na falta desta farinha, usa-se a industrializada, que dispensaria tal cuidado. Uma entrevistada ressaltou: “O que não pode faltar é a polenta”.

O galeto, feito com frangos novos é oriundo do hábito dos primeiros descendentes de se alimentarem de pássaros, sendo comumente encontrado em mesas diversas. No entanto, o churrasco, considerado uma comida de “gaúchos” (denominação atribuída regionalmente aos habitantes do Rio Grande do Sul) também é presença constante na mesa dos descendentes de imigrantes italianos, especialmente no almoço dos domingos e nas datas festivas. O gosto pela carne no espeto e assada na brasa ao estilo gaúcho do sul do Brasil, a exemplo do churrasco, ingressou no gosto dos imigrantes italianos e seus descendentes desde os primórdios da colonização. Os complementos do churrasco de

domingo, por exemplo, costumam ser a maionese (como é denominada a salada de batatas cozidas na água e escorridas e temperada com maionese feita de ovos e outras especiarias), o pão, a polenta frita ou *brustulada* (assada na chapa do fogão a lenha), saladas verdes, mandioca cozida na água, arroz ou *risoto* e bebidas. O galeto também é assado no espeto e cozido com o calor das brasas e os acompanhamentos costumam ser os mesmos do churrasco, contudo, neste, a polenta frita ou assada é obrigatória. Na região central do estado, foi observada uma grande variedade de formas de preparo, de tempero e também de cozimento dos alimentos. Uma das justificativas atribuídas ao “jeito de fazer” da família ou do descendente era o aprendizado via socialização, bem como o ingresso de ingredientes e novas técnicas consideradas positivas, especialmente após a entrada de utensílios e eletrodomésticos no universo das cozinhas, fato também observado por Simonetti (2011) entre camponesas descendentes de italianos.

Importante elemento presente e obrigatório nos gostos alimentares dos descendentes de italianos são as saladas e as ervas aromáticas (em especial a sálvia, a manjerona e o manjericão). Uma verdura extremamente valorizada é o *radici*, comparado ao almeirão. Trata-se de uma folha com gosto um pouco amargo, que é temperada com vinagre, óleo e outras especiarias e servido junto à polenta e aos demais alimentos. Há vários tipos de *radici* (folha larga, folha fina, pão de açúcar, amarelo, roxo, entre outras), sendo comum a troca dessas sementes entre os descendentes. Em pesquisa de campo recente, Zanini foi informada que há um tipo de *radici* que é muito cobiçado e que poucos produtores e famílias ainda teriam na região central do estado. Ele seria uma espécie mais “arredondada” e considerada do “tempo dos antigos”. Há toda uma rede de informações que se estabelece para saber quem detém as sementes, quem planta, se as vende ou não, ou seja, esta tende a ser uma informação bastante valorizada entre os descendentes, especialmente os do mundo rural, mas não só. Zanini tem encontrado descendentes, habitantes do mundo urbano da cidade de Santa Maria, que se deslocam “à colônia” para adquirir produtos considerados mais saudáveis e elaborados de acordo com o modo colonial de seus antepassados.

O pão é outro alimento indispensável nas mesas dos descendentes de italianos. Há uma variedade de formas de preparo e também de misturas. O mais comum é o branco, sovado, feito com ovos, farinha de trigo, sal, açúcar, fermento biológico e leite. Contudo, pode-se fazê-lo mais doce ou com outras misturas, como milho, mandioca amassada e, na contemporaneidade, farinhas integrais e cereais. Zanini (2006) encontrou descendentes que ainda utilizavam o fermento oriundo da fermentação da batata, como faziam seus ancestrais. O pão é consumido tanto no café da manhã como no almoço e no jantar. Ele é um complemento fundamental e indispensável. Pelas narrativas, observa-se que a polenta, no passado, ocupava o papel de alimento básico em todas as refeições, o que hoje é dividido com o pão, o feijão e o arroz. Ou seja, os descendentes, em

suas dinâmicas interativas com as sociedades envolventes, trocaram e dialogaram as comensalidades vizinhas. Um exemplo disto foi a incorporação da mandioca enquanto comida e alimento bastante presente nas mesas dos descendentes de italianos.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é acerca de novos hábitos que, igualmente, os imigrantes italianos e seus descendentes introduziram entre as populações com as quais avizinham. Um dos relatos coletados por Zanini ressalta que o italiano procurava plantar e produzir praticamente toda sua comida em casa, por meio da utilização da mão de obra familiar, o que causava estranhamento nas populações nativas de algumas localidades do Rio Grande do Sul:

[...] vinha da horta, do pomar; a parreira já existia [...] o próprio fabrico de roupa, de calçados, comida...; eu não vivi muito isso, mas no meio italiano, por exemplo, o açúcar mascavo, o melado, a cachaça, o vinho, tudo era praticamente feito; o leite, o porco, a galinha..., quem é que criava galinha? Isso também é outro estilo, o brasileiro não sabia, o máximo que fazia era deixar solto... O meu pai foi um dos primeiros a ter horta... Então, eu me lembro assim, eu me abismava que os caras iam pra lá e enchiam, por exemplo, os carros de agrião, que não conheciam; de *radici*, que não conheciam; de rúcula, que não conheciam... Essa horta, melancia, eu tinha o quê?, sete, oito, dez anos..., junto com o pai e meus irmãos, enchia aqueles carroção de melancia e vendia na cidade, porque não se plantava melancia. Outra coisa, meu pai foi um dos primeiros a ter trator... em [19]58...

(Descendente, homem, próximo aos setenta anos, morador urbano de Santa Maria).

Na Serra Gaúcha, a comida está presente principalmente nos apelos turísticos que sempre destacam a fartura das mesas e aparece também na “Festa da Uva”, uma das principais celebrações do município de Caxias do Sul, que chama atenção pela farta distribuição de uvas e também pelo significado que é atribuído à alimentação nos seus desfiles. O vinho, também considerado comida entre os descendentes de italianos, converteu-se em símbolo migratório na serra gaúcha, o que não aconteceu na região central do estado. Contudo, mesmo não sendo grandes produtores de vinho, os descendentes de italianos desta região são grandes consumidores da bebida, que importam de “Caxias”¹⁴. Alguns, inclusive, importam as uvas de “Caxias” e fabricam domesticamente seu próprio vinho. O queijo, igualmente, é um dos alimentos mais valorizados e apreciados e sobre sua feitura há toda uma classificação acerca do sabor, da textura, do aroma. Há descendentes que reconhecem a procedência do queijo pelo aroma e sabor e o classificam como queijo da família x ou y.

Fazer da comida um elemento de exposição e de adscrição é interessante, pois, além de simbolizar uma migração que potencialmente deu certo e que pode se autossustentar, afasta-se o estigma da “fome” que acompanhou gerações de camponeses na Europa e, em algumas situações, no Brasil também. Na região central do estado foi criada, há poucos anos, a *Rota Gastronômica*, que atravessa alguns municípios da IV Colônia de Imigração Italiana, como é denominada a região de colonização italiana (e também alemã) desta parte do estado e na qual a comida é o maior atrativo. O turismo, igualmente, tem sido um estimulador da utilização da comida como fronteira adscritiva das italianidades e potencializado novas discursividades acerca dos saberes e fazeres que acompanham a feitura e exposição dos alimentos.

Enfim, o que os estudos apontaram é que a comida, o alimento e as comensalidades foram e ainda são extremamente importantes no cotidiano dos imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Esta importância faz como que ela seja tratada, pelos próprios descendentes, como um patrimônio, um bem que significa a manutenção de uma identidade étnica e cultural distinta das dos demais brasileiros. Zanini (2006), em suas visitas a famílias de descendentes, destacou o quanto a oferta de alimento e de produtos por eles elaborados era um sinal de agrado e de estima pela pessoa a ser recebida. A comida pode variar, mas a relação que ela procura estabelecer com o outro, não.

Considerações Finais

Entre os descendentes de italianos por nós estudados, observa-se que a comida e seus domínios ainda são majoritariamente femininos, embora alguns homens, especialmente das camadas médias urbanas, têm se aventurado no espaço das cozinhas. Os negócios que envolvem alimentos ainda continuam majoritariamente masculinos. Nas feiras urbanas em Santa Maria, por exemplo, observam-se famílias inteiras de agricultores comercializando seus alimentos, contudo, percebe-se que a autoridade masculina é algo extremamente marcante na formulação dos preços e no desfecho de negociações com consumidores urbanos. Este quadro, conforme pesquisa recente de Zanini, tem se alterado e algumas (poucas) mulheres têm sido protagonistas na arte de negociar nas feiras.

O que se averigua é que, desde o início do processo colonizador no Rio Grande do Sul, as comensalidades, os gostos, posturas e trato com relação aos alimentos desempenharam papel extremamente importante na fixação daquelas populações nas colônias. O símbolo da família italiana com suas mesas fartas foi algo que se desenvolveu no processo colonizador, como símbolo adscritivo e, talvez, como elemento demarcador justificando sua permanência em terras brasileiras.

O que se pode ressaltar é o caráter dinâmico e complexo que envolve os alimentos, desde o seu plantio, a colheita e o ato da alimentação. O alimento para casa ou o alimento “para fora” é algo classificado de forma distinta pelos

produtores, o que nos leva a refletir acerca da complexidade presente nas relações em que o alimento é, também, fonte de renda. Além disso, no presente, não se pode esquecer o papel importante que o turismo tem desempenhado para os colonos italianos. Nesta atividade, igualmente, a comida se converte num grande atrativo e sinal adscritivo em que deixar à mostra o excesso de alimento se converte numa fonte de orgulho e honra. Neste aspecto, observa-se que a comida pode, por vezes, ser importante patrimônio a ser requisitado, uma vez que nela residem formas de saberes e de fazeres específicas por meio das quais os indivíduos se percebem como sujeitos.

Notas

- 1 - Tradução das autoras: “Come, que te faz bem!”, ditado muito comum entre descendentes de imigrantes italianos.
- 2 - Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, em porto de Galinhas, 2009. A versão que aqui se apresenta passou por alterações e novas reflexões oriundas de trabalho de campo realizado em 2011.
- 3 - Colônia é o designativo atribuído aos espaços de terra delegados pelo governo brasileiro aos imigrantes italianos para colonizarem tais regiões.
- 4 - Há variação na elaboração dos *grostolis*, em especial na textura da massa, se grossa ou fina. São “bolachas” grandes, cruzadas ao meio, fritas e adoçadas com canela e açúcar. Segundo uma entrevistada, que fazia o *grostoli fino*, *grostoli grosso* era coisa “de preguiçoso”.
- 5 - *Capeletti* é uma massa recheada com carne de gado, frango, miúdos, salame ou outros recheios, em forma de chapéu. Pode ser usada na sopa ou fazer “ao molho”.
- 6 - Quando nos referimos a italianos ou italianas, ressaltamos que são formas narrativas de autorreferência. Em verdade, a quase totalidade dos entrevistados é descendente de italianos e são nascidos no Brasil. Alguns possuem a dupla cidadania, outros não. Mas, isto não impede que se sintam “italianos”.
- 7 - Aqueles que são de casa.
- 8 - Tradução livre das autoras.
- 9 - Tradução livre das autoras.
- 10 - Esta novela apresentava a travessia dos emigrados italianos, sua chegada ao Brasil (em São Paulo), seu trabalho nos cafezais e a vinda para São Paulo. Trata-se de uma novela que foi bastante assistida pelos descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (vide ZANINI, 2005).
- 11 - Depoimento gravado por Santos no dia 1/3/2002.
- 12 - Segundo Ribeiro (1998, p. 188), a sopa típica da região por quase um século foi a *minestra*, uma sopa de verduras com feijão que normalmente servia de jantar para a maioria dos colonos. Só bem mais tarde se populariza a sopa de *agnolini* ou *capeletti* (a diferença entre o *agnolini* e o *capeletti* é somente o formato da massa). Ver também Zanini, 2006.
- 13 - Criação de bolas duras com farinha seca em seu interior. Estas bolas devem ser desmanchadas para que a polenta seja considerada de boa qualidade. É uma vergonha para uma mulher servir uma polenta mal misturada.
- 14 - Por Caxias, entende-se toda a região serrana do Rio Grande do Sul. Trata-se de um termo nativo para se referir àquela região do estado em comparação à região central.

Referências

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. *Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke. (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1999.
- COSTA, Rovílio et al. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- DaMATTA, Roberto. 6 ed. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: LANDO, Aldair et al. (org.) *Migração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 234-255.
- DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/Universidade de Caxias do Sul, 1982.
- DE BONI, Luis Alberto (org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.
- DOUGLAS, Mary. Deciphering a meal. In: GEERTZ, Clifford (org.). *Myth, Symbol, and culture*. Nova York: Norton, 1971.
- FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FISCHLER, Claude. *L'Homnivore*. Paris: Odile Jacob, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GROSSELI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer*. Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Edufrgs, 1999.
- MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n.16, p.145-156, dez., 2001.
- MINTZ, Sidney W. Sweet, salt and the language of love. In: *MLN*, v. 106, n. 4. p. 852-860, set. 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2904627>>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- MINTZ, Sidney. Comida e antropologia. Uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n.47, p.31-41, out., 2001.
- MINTZ, Sidney e DU BOIS, Christine. The anthropology of food and eating. *Annual Review of Anthropology*, v. 31, p. 99-119, out., 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4132873>>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologia da alimentação*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- POZZOBON, Andréa. Uma Odisséia na América. In: POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *Festa & Identidade: como se fez a festa da uva*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o Fruto: Festa da Uva e Identidade entre os Descendentes de Imigrantes Italianos de Caxias do Sul/RS*. Rio de Janeiro, Tese de doutoramento, PPGAS/ Museu Nacional, UFRJ, 2004.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico 91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 31-63, 1993.
- SIMONETTI, Fernanda. *Mamma Mia: a compreensão do saber fazer cotidiano e a resignificação dos papéis entre mulheres camponesas*. Santa Maria, Dissertação de Mestrado, PPGCS/ UFSM, 2011.
- WOORTMANN, Ellen. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (org.) *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.177-196.

- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Assistir, ouvir, ler e narrar: o papel da mídia nas construções identitárias étnicas. *Revista de Antropologia (USP)*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 699-736, jul./dez. 2005.
- ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria/RS. Santa Maria: Ed.UFSM, 2006.
- ZANINI, Maria Catarina e SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). *REMHU*, Brasília, Ano XVII, n. 33, p.175-196, jul./dez. 2009.

RESUMO

Neste artigo, analisamos o papel da comida para os descendentes de italianos que migraram para o Rio Grande do Sul em finais do século XIX e início do século XX. No sul do Brasil, os imigrantes europeus se instalaram em pequenas colônias que, embora dentro dos parâmetros da política de colonização brasileira, buscavam reproduzir o modelo camponês europeu. Esses imigrantes eram, em sua maioria, camponeses pobres, católicos e provenientes do norte da Itália. Uma migração familiar marcada pela expectativa da *cucagna*, da terra em que os salames nasceriam em árvores e a conquista da riqueza seria uma questão de tempo e algum trabalho. Ou seja, além de ascenderem socialmente e tornarem-se proprietários, aquelas populações queriam comida e a queriam em abundância. Acreditamos que a ênfase na fartura representa a prosperidade e o desejo de perpetuá-la, mas também sinaliza para a diferenciação cultural e a simbologia da migração que deu certo.

Palavras-chave: identidade étnica; comida étnica; diferenciação cultural.

ABSTRACT

In this article we analyze the role of food for the descendants of Italians who migrated to Rio Grande do Sul in the late nineteenth and early twentieth century. In southern Brazil, European immigrants settled in small colonies, even within the parameters of the policy of colonization of Brazil, sought to replicate the European rural model. These immigrants were mostly poor peasants, Catholics and of northern-italian origin. This family migration was marked by the expectation of *cucagna* too: the land where the salamis grow on trees and the conquest of wealth would be a matter of time and some work. That is, apart from rising socially, to become owners, these people wished food and wanted it in abundance. We believe that the emphasis on prosperity and abundance represents the desire to perpetuate it, but also points to cultural differentiation and the symbolism of successful migration.

Keywords: ethnic identity; ethnic food; cultural differentiation.

Sair do sertão, viver nele: as migrações sertanejas

*Andréa Maria Narciso Rocha de Paula **

Sair do sertão, viver nele: as migrações sertanejas¹

Me chamo Valter Ney Ferreira, nasci no dia 9 de julho de 1976 em Santa Fé de Minas, aqui no sertão mesmo, [onde] moramos por oito anos; eu tinha uma irmã mais velha que eu, e ao todo éramos oito irmãos.

Meus pais separaram e fomos todos com minha mãe viver em outro lugar, no distrito de Cachoeira do Manteiga, beira do rio São Francisco, comunidade em Buritizeiro. Tem gente que fala que é lá que Judas perdeu as botas, porque é muito longe mesmo. Minha mãe estava grávida.

Minha mãe trabalhava de sol a sol na roça pra não deixar faltar as coisas para nós. Fomos crescendo e começamos a ajudar. Foi muito difícil, mas deu tudo certo.

Quando eu completei 18 anos casei e aí veio o primeiro filho, o segundo e eu trabalhando duro nas carvoeiras pra sustento da família. Estava muito difícil, deixei a esposa grávida pela terceira vez e fui pra cidade pra procurar um serviço melhor. Trabalhei em Pirapora, estava difícil, fui pra Uberlândia, trabalhei na granja, mas como a família não estava fiquei um ano, aí retornei pra Cachoeira. Chegando lá não encontrei serviço e voltei pra cidade na expectativa de uma vida melhor. Fui então pra Patos de Minas, fiquei um tempo, estava muito difícil; fui pra Araguari, a situação

* Prof^{ta}. da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES, pesquisadora e bolsista FAPEMIG.

era mais difícil ainda, meus filhos e a esposa longe. Fui tentar a sorte mais uma vez, em São Gonçalo do Abaeté; fui depois para Campo do Meio e para Uberaba, estava cada vez mais difícil, resolvi voltar mais uma vez pra roça, pra Cachoeira do Manteiga. Trabalhei nas carvoeiras novamente, fiquei perto da minha família, mas o dinheiro era pouco.

Então fui tentar a vida na cidade de São Gotardo, perto de Uberlândia, só que dessa vez levei a família. Trabalhava na colheita de cebola, cenoura, beterraba e outras verduras. Depois acabou toda a colheita. Tive que voltar com minha família pra roça.

A cidade pra mim foi bom em uns pontos, mas em outros foram apenas ilusões. Sofri muito, fui humilhado, confundido com bandido, passei fome e frio, porque na cidade ninguém quer saber se você tá com fome, só importa é se você tem braço forte e do resto pode esquecer. Voltei pra roça de cabeça erguida, não pago aluguel, só pago água e luz. E na cidade não tava dando nem pro prato de comer dos meninos. Hoje trabalho na firma, plantando eucalipto, os meninos tão na escola, coisa que só agora eu tô fazendo o primário, os meninos têm abono do governo e assim vou levando a vida, daqui saio mais não, espero não precisar. Aqui na roça é bom, difícil é serviço, mas a gente leva a vida como pode e tem sempre um pra ajudar e isso melhora muito a vida. Se Deus ajudar com chuva e o rio ficar cheio, então a vida fica boa, tem peixe, tem mandioca, tem comida. Isso eu garanto: na roça, é só Deus mandar chuva que a vida melhora.

(Valter Ney, camponês, 33 anos; entrevista concedida em julho de 2008).

As migrações no norte de Minas Gerais fazem parte da história do povoamento e dos ciclos da região. O processo de formação da região, aliado à constituição e consolidação do latifúndio por meio da concentração de terras, consolidou o capitalismo rural, provocou a destruição de chapadas e matas do cerrado e a expropriação das populações nativas. Como resultado, houve intensa mecanização rural, grandes fluxos de migrantes rurais para as grandes e médias cidades do país e da própria região e a urbanização.

A proximidade dos estados de Minas Gerais e São Paulo, a conclusão da rodovia Rio-Bahia em 1949 – estrada que ficou conhecida pelos caminhões pau-de-arara – e os incentivos públicos para a migração, foram fatores determinantes para o deslocamento crescente de mineiros do norte de Minas Gerais².

As migrações dos nordestinos e dos norte-mineiros para o Sudeste entre as décadas de 1930 e 1950 eram realizadas de duas formas: através da “estrada líquida”, ou seja, do Rio São Francisco; e através da cidade de Montes Claros, que

já era o maior ponto de concentração de trabalhadores com destino ao sul do país. Montes Claros fazia a ligação direta, através da rodovia Rio-Bahia, com o Norte, com o Sul, com o Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

Caminho de águas: a estrada líquida

Podemos afirmar que o Rio São Francisco funcionou como uma via migrante, levando esperança de vida. As estiagens e a representação das secas na região, juntamente com as políticas de combate à seca, auxiliaram na formação do processo migratório dos nordestinos e norte-mineiros.

É importante acrescentar que essa massa de emigrantes em trânsito pelo rio São Francisco eram os “flagelados da seca” (conforme terminologia da época) e ribeirinhos tangidos pelos latifúndios – trabalhadores do campo, analfabetos e semi-alfabetizados. Na região Sudeste, incorporavam-se às lavouras de café e ao parque industrial como mão-de-obra não especializada. Os salários que recebiam como camponeses e operários industriais possibilitavam a reprodução de sua força de trabalho e a subsistência de suas famílias. Essa mão-de-obra dos migrantes contribuía para potencializar a acumulação de capital em mãos da oligarquia rural e dos empresários da região Sudeste (NEVES, 2006, p.102).

As migrações ocorriam através do rio e da chamada “estrada baiana” que fazia a comunicação por terra entre Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Os municípios nas regiões nordestinas que não eram localizados nas margens do rio sofriam mais com as estiagens, o que favoreceu a mobilidade da população. A fuga da seca, da falta de terras e trabalho em sua própria região foram determinantes para as migrações pelo rio. Camponeses, em sua maioria, enfrentaram o desconhecido através das águas do São Francisco na busca do mínimo para sobreviverem.

Nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX foram muitas as levas de “flagelados da seca” transportadas pelos vapores. Exemplo disso é citado por Neves (2006), relatando que em 1878 houve um grande fluxo de retirantes da seca da Bahia para Minas Gerais, através de cinco viagens financiadas pelo Império no Vapor Presidente Dantas. O autor, citando o intelectual M. Cavalcanti Proença, narra que em 1925, as saídas dos habitantes do sertão foram chamadas de “uma descida do sertão e subida do rio.” As viagens realizadas nos vapores eram feitas em condições precárias. Chamados de “passageiros de segunda classe” os homens e mulheres rurais viajavam amontoados e dormiam em redes e esteiras ao lado das cargas.

Os retirantes da caatinga chegavam subnutridos e esfarrapados à ribeira do São Francisco. Traziam doença, o sofrimento e a penúria estampados na face. No primeiro

convés e nos porões das “gaiolas” ou da chata, a situação se agravava. Nesses espaços limitados, concentrava-se um grande número de pessoas – algumas vítimas de epidemias. Portanto, os flagelados submetiam-se a um ambiente insalubre. “A bóia da segunda classe era intragável” conforme entrevistas dos próprios *vapozeiros*. Organizavam-se filas para receber as refeições. Na falta de talheres, os retirantes utilizavam as mãos para colocar o alimento na boca. Os pratos, latas e cascos de cágado usados para receber as refeições eram insuficientemente higienizados com a água do rio. Havia um campo fértil para a proliferação de bactérias. Muito recorrentes a bordo, os surtos de diarréia enfraqueciam ainda mais os organismos já debilitados. Enfim, promiscuidade, doença e sofrimento! (NEVES, 2006, p.106).

A viagem feita no vapor durava cerca de quinze dias entre a cidade de Juazeiro, na Bahia, até Pirapora, em Minas Gerais. Chegando à Pirapora, era hora de embarcar no “trem do sertão” até Belo Horizonte e de lá seguir para São Paulo ou Rio de Janeiro. A viagem feita em condições tão difíceis, a longa duração e a escassez de recursos fizeram com que muitos desanimassem em prosseguir e acabavam fixando moradia nas cidades ribeirinhas de Minas Gerais. A expressão “bairanos cansados” ficou conhecida na região para designar, de forma irônica, os homens e mulheres oriundos, principalmente da Bahia, que tinham como destino São Paulo, mas acabaram ficando em terras mineiras.

As viagens eram desconfortáveis, feitas na “segunda classe” dos vapores, o que correspondia a viajar vários dias em uma rede, com péssimas condições de higiene e com muita gente junta vinda para ficar; então era tanta gente, móveis e muita mala e pouca matula [comida], tudo junto. Muita gente pegava doença, ficava ruim e tinha gente que morria e ia ficando os corpos pelos portos afora, era terrível. Assim que foi ajuntando gente, famílias grandes aqui em Pirapora. A cidade virou cidade mesmo foi em função dessa gente que veio pelo rio, a movimentação dessa gente foi que fez crescer. (João Félix, 95 anos, morador de Pirapora, ex-vapozeiro; entrevista concedida em abril de 2009).

A narrativa de João Félix, ex-vapozeiro, morador em Pirapora, comprova que muitos foram os migrantes que não terminaram a viagem entre o Nordeste e Sudeste rumo a São Paulo. Nessa travessia, muitas famílias ficaram no meio do caminho, construindo seus espaços de vida nas cidades que margeavam o rio, o que possibilitou a urbanização de muitas cidades ribeirinhas. Pirapora, cidade ribeirinha no norte de Minas, é exemplo disso.

Em 1925, Pirapora já contava com uma população de 22.643 habitantes. Na sede do município, residiam 9.310 pessoas, conforme Vitor Silveira, em seu livro *Minas Gerais em 1925* (1926, p. 614-618). É importante ressaltar o significativo crescimento da população ocorrido em cinco anos: 6 mil pessoas a mais, aproximadamente. O crescimento demográfico foi determinado evidentemente pelos movimentos migratórios. Das áreas ribeirinhas da Bahia e Pernambuco chegava um grande número de imigrantes a Pirapora. De outros estados não ribeirinhos como o Piauí, afluíam também outros imigrantes. Depois de concluída a estrada de ferro em 1910, alguns retirantes – os flagelados da seca – que demandavam a região Sudeste ficavam no meio do caminho, fixando-se na sub-região de Pirapora (NEVES, 2006, p.111).

No romance *Maleita*, lançado em 1934, o autor Lúcio Cardoso, (filho do primeiro administrador do povoado São Gonçalo das Tabocas, que depois se transformou na cidade de Pirapora, o Sr. Joaquim Lúcio Cardoso), retrata a fundação da cidade de Pirapora na última década do século XIX e início do século XX. O povoado foi descrito como um espaço muito grande e com caminhos largos e, portanto, ideal para a construção dos armazéns da Companhia Cedro e Cachoeira para a compra, armazenamento de algodão e venda de tecidos. “Como ponto de convergência, o lugarejo tocava o Norte, pelas águas do São Francisco” (CARDOSO, [1934], p. 47).

Mas era necessário ativar o comércio, trazer mantimentos e levar correspondências para o povoado e, portanto, foi feito o pedido à comarca de Curvelo (o povoado era ligado a esse município) para que houvesse a possibilidade dos vapores que trafegavam no Médio São Francisco aportarem em Pirapora. A autorização foi dada pela comarca e então o Porto de Pirapora ficou aberto à navegação regular. Houve grande fluxo de pessoas para a cidade no final do século XIX e início do século XX. O escritor retrata a chegada dos migrantes nordestinos através do caminho por terra, margeando o rio.

Ao cair de uma tarde os “imigrantes” apontaram no princípio do caminho. Formavam uma longa fila que vinha pela margem do rio, como serpente que rastejasse junto à água. Muitos chegavam esfarrapados, descalços, o rosto afilado pela fome. Outros se vestiam melhor, com sacos pendurados nas costas. E ainda outros arrastavam mulheres e filhos, e até cachorros e papagaios. Apesar de tudo, a certeza do trabalho e a necessidade de alegrarem a longa caminhada iluminavam as faces de suave alegria. Pressentia-se, no grupo roto, os sinais de familiaridade que traz a convivência longa, um aspecto comum de gente da

mesma família, vibrando as mesmas alegrias e sofrendo pelas mesmas necessidades (CARDOSO, [1934], p.55).

As “Gaiolas” do São Francisco e depois seu complemento, os trilhos da estrada de ferro foram parte do cenário de constituição do imaginário da migração. A partir daí, a presença de mineiros e nordestinos foi dominando os cenários de São Paulo e imprimindo suas marcas nas metrópoles do “Sul Maravilha”.

Ao chegarem a Pirapora, esses migrantes, a quem denominavam de retirantes, iriam passar por outro calvário enquanto não conseguissem passagem de trem rumo a São Paulo. Naquela cidade, o governo paulista instalara uma repartição com a função de fazer a triagem das pessoas e, somente famílias sem registro de doenças crônicas entre seus membros, como tuberculose, receberiam as passagens para seguir viagem e conseqüente colocação em alguma fazenda de café. A maioria era reprovada. Os desclassificados, ou reuniam dinheiro pra comprar as passagens por conta própria ou se fixavam na cidade como mendigos, prostitutas e inválidos, esperando a hora da morte (AMADO, 1978, p. 44).

Na primeira metade do século XX, com a chegada da ferrovia (em Pirapora em 1910 e em Montes Claros em 1925), tiveram início novas formas de deslocamento da população, agora não somente pelos rios, mas também pelos trilhos da estrada de ferro.

Caminho de terra e de ferro: o trem do sertão

Quem prosseguia para São Paulo, vindo de Juazeiro, na Bahia, até chegar a Pirapora, enfrentava mais uma longa e difícil viagem. Em Pirapora embarcavam no trem da Estrada de Ferro Central do Brasil e na cidade de Corinto os passageiros faziam a baldeação para continuarem a viagem até Belo Horizonte. De lá a viagem prosseguia, também de trem, “rumo” a São Paulo. Pirapora fazia parte da linha Centro e o projeto previa a ligação até Belém do Pará.

LINHA DO CENTRO: Primeira linha a ser construída pela E. F. Dom Pedro II, que a partir de 1889 passou a se chamar E. F. Central do Brasil, era a espinha dorsal de todo o seu sistema. O primeiro trecho foi entregue em 1858, da estação Dom Pedro II até Belém (Japeri) e daí subiu a serra das Araras, alcançando Barra do Pirai em 1864. Daqui a linha seguiria para Minas Gerais, atingindo Juiz de Fora em 1875. A intenção era atingir o rio São Francisco e dali partir para Belém do Pará. Depois de passar a leste da futura Belo Horizonte, atingindo Pedro Leopoldo em 1895, os trilhos

atingiram Pirapora, às margens do São Francisco, em 1910 (MORAES, 2009).

Ainda em Pirapora, os migrantes tinham que procurar o posto de triagem para serem avaliados fisicamente por médicos. Com o documento de autorização, embarcavam na “segunda classe” do trem (vagão com bancos de madeira que comportavam de três a quatro pessoas). Os destinos eram as grandes cidades em construção, as lavouras de café e cana, ou para qualquer tipo de atividade que necessitasse da ocupação de mão de obra abundante.

Os trilhos da ferrovia haviam chegado a Pirapora em 1910 e no ano de 1926 chegou a Montes Claros com a intenção de ligar Belo Horizonte a Salvador. Pirapora então passou a dividir atenções com Montes Claros, até que por fim veio a ter caráter secundário. Posteriormente, a linha entre Corinto e Montes Claros passou a ser a linha do Centro, enquanto a linha entre Corinto e Pirapora foi rebaixada a ramal.

Montes Claros funcionava como ponto de chegada e partida, principalmente para os sertanejos migrantes do norte da região e do sul da Bahia e era o local para “pegar o trem pra São Paulo”, daí a designação de “trem do sertão”. De acordo com o Boletim do Serviço de Imigração e Colonização de 1941, “(...) nesta cidade, não só se modificam os meios de locomoção, como também o indivíduo migrante começa a receber a assistência por parte do governo” (DANTAS, 1941, p. 84).

Os trabalhadores que se deslocavam para Montes Claros partiam de sua localidade para outra próxima, onde se reuniam com outros trabalhadores e continuavam a viagem alugando caminhões para levá-los para a cidade. A viagem era feita sempre de forma muito desagradável, tumultuada e perigosa, conforme relatos da época. No trajeto, costumavam pernoitar em barracões rústicos. Nessa época, as migrações ocorriam com grupos numerosos de famílias.

Quando chegavam numa cidade, os migrantes ficavam em pensões, quartos alugados, ou mesmo sob copas de árvores, enquanto aguardavam a ida para São Paulo. Em Montes Claros, eles também precisavam passar pelo posto de triagem para prosseguirem a viagem. “Há casos ainda, especialmente em Montes Claros, em que os trabalhadores alugam, por alguns tostões, a sombra de árvores situadas nos quintais das casas, a fim de não ficarem inteiramente desabrigados” (DANTAS, 1941, p. 86).

Sampauleiros, trem baiano e pau-de-arara são expressões associadas aos migrantes rurais que se lançaram na estrada para São Paulo. A migração para São Paulo passou a ser incentivada de forma estatal desde 1935, com o objetivo de incrementar a mão de obra para as lavouras. Pagamento de passagens, bagagem e um pequeno salário para a família eram os incentivos propostos pelo então governo paulista de Armando Salles. As firmas particulares contratadas pelo governo de São Paulo buscavam no nordeste do Brasil e no norte de Minas Gerais os trabalhadores.

Em 1939 foi criada a Inspetoria de Trabalhadores Migrantes, que tinha como finalidade substituir as firmas particulares no serviço da migração. As famílias chegavam a São Paulo e ficavam hospedadas na Hospedaria do Imigrante durante o tempo em que eram avaliadas em relação à documentação, às condições físicas e ao local de destino. As lavouras de café eram o destino prioritário e havia uma orientação para que os migrantes não permanecessem na capital. De acordo com dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), cerca de 100 mil migrantes foram contabilizados em 1939 no estado de São Paulo. Entre 1941 a 1949 foram registrados 399.937 trabalhadores procedentes de outros estados do Brasil. Em 1950, Minas Gerais contribuiu com quase 50% do fluxo migratório³.

Esse aliciamento pelo Estado ocorrerá até 1943, pois nesse período, a Hospedaria passa para o Ministério da Aeronáutica. “Embora a inspetoria continuasse a funcionar, a coisa era caótica, porque as pessoas que ali chegavam eram alojadas em pensões, ali da própria região do Brás”. Essa situação perdurou até 1952. Depois disso há uma alteração no quadro de registros desses migrantes, que necessariamente passam pela Hospedaria, porque já têm outros pontos de apoio, como os familiares. A orientação de mandar a pessoa para o interior deixa de existir e elas acabam permanecendo na capital, pois o quadro econômico também é outro. A situação no campo também se modifica: em 1965, vigora o Estatuto do Trabalhador Rural e não há mais interesse em trazer gente para morar na fazenda, os expulsos tornam-se os bóias-frias que vão engrossar as periferias das cidades (GOMES, 2006, p. 6.).

Com a construção das estradas, mudou a forma de deslocamento dos migrantes rurais, não mais através de vapores e trens de ferro, mas de caminhões paus-de-arara, e depois de ônibus. Através da rodovia Rio-Bahia, construída em 1949 e pavimentada em 1968, eram realizadas as viagens que dariam acesso às grandes cidades. “Para se ter uma noção da importância da Rio-Bahia como via de ‘êxodo’, basta atentar para o fato de que em 1950, somente 12% dos migrantes entravam em São Paulo por via rodoviária; em 1961, o número sobe para cerca de 34%” (BOSCO e JORDÃO NETO, 1967, p. 26).

Na década de 1970, o transporte ferroviário de passageiros foi desativado em Pirapora e em 1996, com a privatização da Central do Brasil, deixaram de transitar também os trens de passageiros em Montes Claros (que nessa década somente funcionavam entre Montes Claros e Monte Azul, cidades da região). O transporte fluvial já não acontecia, pois a prioridade estatal passou a ser a pavimentação das estradas. “Os ônibus quebrava que era um horror. Ônibus velho, caindo aos pedaços (...) Gente com fome, com sede, criança chorando (...)” - Emília Dias (ESTRELA, 1998, p. 13).

A partir da segunda metade do século XX, com a implantação das hidrelétricas, construção de estradas e implemento da indústria, houve uma drástica modificação na paisagem natural e cultural do Médio São Francisco. As populações nativas continuaram a saga de fugir da seca e das velhas e novas formas de cativeiro humano, agora através das estradas.

O estado de Minas Gerais foi um dos maiores exportadores de mão de obra no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, com destaque para as regiões norte e nordeste do estado. De acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2000), foi daí que aconteceu o maior êxodo de trabalhadores sazonais, principalmente para o interior do estado de São Paulo e para a região do Triângulo Mineiro.

Basicamente, os fluxos emigratórios, ou seja, o movimento das pessoas para fora de Minas Gerais, na década de sessenta, tinha como destino os estados de São Paulo (39%) e Rio de Janeiro (19%), em função do potencial industrial crescente; Paraná (12%) e Goiás (11%), áreas em plena expansão agrícola. Na década de setenta, Rio de Janeiro e Paraná perdem importância relativa no que se refere a serem destino dos emigrantes de Minas Gerais, de forma mais acentuada este último, provavelmente pelo esgotamento de sua capacidade de absorção de mão de obra pelo setor agrícola. O Rio de Janeiro, apesar da queda relativa, continua respondendo por cerca de 14% do destino dos emigrantes, caindo também a participação de Goiás e dos demais estados da região Centro-Oeste. Em contrapartida, aumenta significativamente o percentual de São Paulo, responsável pelo destino da metade dos emigrantes que deixam o estado. Vale destacar também a crescente participação das regiões Norte e Nordeste (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000, p. 4).

Os trabalhadores sazonais, em sua maioria, continuaram sendo transportados em condições irregulares e recebendo poucos salários. Muitos foram mantidos como escravos, em cativeiros, trabalhando para pagarem dívidas de medicamentos, alimentação e moradia. Deixavam suas famílias para trás, onde permaneciam as chamadas “viúvas de maridos vivos”, que passaram a tomar conta da terra, dos filhos e a viver na espera do retorno do companheiro e, durante o período da ausência deste, à espera das remessas em dinheiro.

Quando a cultura do café do interior de São Paulo já não estimulava a ida de trabalhadores para morarem em suas fazendas, grande parte dos lavradores migrou para as cidades à procura de uma oportunidade de trabalho constituindo as massas marginalizadas que foram viver nas favelas, alagados, em loteamentos clandestinos, cortiços e nas senzalas modernas dos canteiros de obras da construção civil.

A urbanização brasileira intensificou-se nas décadas de 1980 e 1990, embora com novas características; no final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990 foram as migrações intrarregionais que ganharam fôlego, ao mesmo tempo em que continuaram a ocorrer as migrações sazonais. Abramovay e Camarano enfatizam que a saída do meio rural não significou o acesso às condições mínimas próprias da vida urbana, ou seja: “desruralização nem sempre é sinônimo, neste sentido, de urbanização” (1999, p. 2).

A continuidade das migrações no e do sertão

No início do século XXI a migração continua ocorrendo no norte de Minas, sempre em busca da integração com o mercado de trabalho. Os trabalhadores oriundos do meio rural, camponeses, pequenos produtores, cidadãos de aglomerados rurais de pequenos municípios do interior, possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, mas perseveram na procura de espaços, em “*busca de algum tipo de rendimento*”. A sobrevivência de milhares de famílias ainda depende dos constantes deslocamentos espaciais, sem direito às escolhas para onde ir e quando voltar, migrando do sertão.

Observamos que durante todo o processo migratório os trabalhadores recebem uma única designação: *Do norte*. Ou seja, mineiros, baianos, são todos nordestinos que vindos do “Norte” trazem a miséria e são excluídos e homogeneizados nas cidades enquanto migrantes⁴. Ressaltamos que as migrações para as capitais, o interior de São Paulo e novos polos no norte do Brasil, continuam a ocorrer, mas as migrações intrarregionais, confirmadas pelo censo IBGE/2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tornaram-se mais constantes. A migração sazonal, sempre concentrada nos trabalhadores do norte de Minas, agora já não é a modalidade migratória mais frequente nos municípios da região. Os trabalhadores rurais em suas idas e vindas começam a fazer a opção de migrar dentro da própria região, migrando no sertão, entre rural-rural e rural-urbano.

As migrações do sertão

Em princípio, as migrações do sertão continuam rumo às capitais e outras regiões do Brasil, de forma sazonal. Os membros da família que permanecem ficam para cultivar a terra e cuidam do *mundo da casa*⁵. Os que saem para o *mundo da rua* sonham e buscam retornar para casa. Assim, tanto os que partem como os que ficam querem estar no mundo da casa; a migração só acontece em função da necessidade de enfrentar a “*dura realidade da vida*”, que os força a buscar o trabalho distante, quase sempre mal remunerado e vivido em péssimas condições, e os submete à ausência dos entes queridos.

O Jornal Estado de Minas, na edição de 8 de julho de 2001, divulgou o que foi chamado de “Mapa da Fuga”. Os jornalistas chamam atenção para a persistência da migração do norte de Minas para outras regiões do país, em situações

irregulares de trabalho e com salários míseros, deixando também parentes em extrema pobreza, aguardando a volta com “algum dinheiro”. A reportagem do jornalista e escritor Luiz Ribeiro demonstrou que a principal rota migratória era para Palmas, no estado do Tocantins. Os dados sobre as rotas migratórias no período de dezembro de 2000 a junho de 2001, divulgados pela Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE/AMANS, utilizados pela reportagem, demonstraram, também, a diminuição da população em vários municípios da região. São famílias que deixaram o campo, e são muitas as empresas que chegaram para se apropriarem do espaço rural. A chamada rota da fuga acumulava cerca de 80 mil pessoas desde dezembro de 2000, deslocando-se do norte de Minas para outras regiões.

Novas reportagens continuaram mostrando o prosseguimento do processo migratório na região. Em novembro de 2007, o “Jornal Estado de Minas” noticiou como o desastre ambiental está aliado à exploração da pobreza. A produção de carvão, oriundo de mata nativa na região, é aliada à exploração de mão de obra rural em condições insalubres e com remuneração insignificante. Em maio de 2009 o “Jornal Hoje em Dia” noticiou com destaque (foi reportagem de capa em edição de domingo) uma série de reportagens sobre a migração na região. A série de reportagens mostrou como o “mar de eucalipto” tomou conta da pequena lavoura e comprovou como a baixa qualidade das escolas rurais provoca, por parte dos migrantes, a procura pela educação formal apenas quando os mesmos chegam à cidade. As reportagens citadas, publicadas nos jornais estaduais de circulação nacional nos anos de 2000, 2007 e 2009, comprovam que o processo migratório continua sendo característica da região.

Além da imprensa, estudos recentes dos pesquisadores Ferreira e Ortega, da Universidade Federal de Uberlândia, comprovaram a inserção intensa de migrantes rurais do norte de Minas na região do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro para a colheita do café, especificamente na microrregião de Patrocínio e Patos de Minas. De acordo com dados da Diretoria Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), dos 93 mil empregos ofertados na safra de 2002, 35 mil foram ocupados por trabalhadores norte-mineiros (GARLIPP, 1999, p. 3). Ou seja, 37 % dos trabalhadores da safra de café eram provenientes do norte de Minas. De acordo com informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Patrocínio, existem casos em que prefeitos de determinadas cidades do norte de Minas fretam ônibus para que os habitantes venham trabalhar na safra do café. Quando, porém, há previsão de safra desfavorável,

(...) o sindicato liga para as prefeituras e envia ofícios para tentar impedir que venham muitos migrantes, pois caso estes migrantes cheguem na cidade e não encontrem oportunidades, o sindicato tem que encaminhá-los para a ação social para tentar enviá-los de volta para a sua cidade de origem (ORTEGA e FERREIRA, 2004, p. 15).

Ainda segundo esses pesquisadores, na cidade de Patrocínio existe um abrigo para o trabalhador migrante, que funciona durante a safra do café. Os trabalhadores que não encontram trabalho na colheita do produto, mas que estão de posse da carteira profissional, podem permanecer no local durante três noites para tentar resolver a situação sem ter que deixar o município “(...) o que obriga a aceitar rapidamente as propostas de emprego que surgem” (ORTEGA e FERREIRA, 2004, p. 15).

As migrações no sertão

As migrações no sertão acontecem do campo para o campo, de forma sazonal, visando a incrementar a renda familiar através do trabalho em propriedades rurais próximas do seu lugar de vida no meio rural.

Em Ibiaí, outra cidade do norte de Minas, às margens do São Francisco, Alaor Ribeiro da Silva queixa-se do preço atual do carvão. Diz que, apesar de ser empreiteiro de carvoaria, “está praticamente fazendo para comer”. Do metro cúbico de carvão, que chega a R\$ 80,00 no pátio da siderúrgica, Alaor recebe apenas R\$ 20,00. O restante fica com o dono da fazenda, que arca com o custo de transporte. O empreiteiro, de 71 anos, diz ganhar 2 mil reais brutos por carreta carregada. Parte desse valor é repassado aos carregadores de forno e aos catadores de lenha. Terça-feira, duas mulheres faziam o serviço de picar os troncos com machado e empilhá-los numa pequena carreta puxada por um trator. Esse povo, coitado, não tira R\$ 250,00 por mês, reconhece Alaor. No entanto, ele defende a atividade como se fosse um mal necessário. “Não tem outro emprego aqui. Por isso, tinham de liberar o carvão no norte de Minas”, justifica (JORNAL ESTADO DE MINAS, Nov/2007).

Há também as migrações do sertão para as cidades da região, realizadas com o objetivo de serem permanentes, e por isso, envolvem todo o núcleo familiar. Nos casos em que a população migrante retorna para a sua região, não quer dizer que o retorno se dá para os municípios de origem, mas sim para as cidades de porte médio que oferecem melhores condições de saúde, educação e trabalho. As migrações sazonais ocorrem na região, buscando qualquer tipo de trabalho e as migrações intrarregionais buscando oportunidade na industrialização nos municípios polos, financiados pelos programas de incentivos fiscais do Estado, em especial Montes Claros, Janaúba e Pirapora, de acordo com dados do IBGE de crescimento da população. De acordo com Rodrigues (2005), dos 89 municípios que compõem a região, 84 deles são de pequeno porte e têm na agricultura sua principal fonte de renda.

Essa mobilidade espacial desorganizou os municípios que não dispunham de infraestrutura para receber tantos novos habitantes. Consequentemente, houve a concentração em alguns municípios com uma melhor qualidade de serviços. Segundo Rodrigues (2000), nos anos 1980, a maior parte da população da região ainda estava no meio rural. Com a aceleração da urbanização, através da industrialização, em 1997 55,2% da população já vivia nas cidades⁶.

A pesquisa de campo que realizamos no ano de 2003, com migrantes que se deslocaram do meio rural da região para a cidade de Montes Claros, através do Sistema Nacional de Emprego (SINE-Posto de Montes Claros) e com migrantes rurais ambulantes do mercado informal, revelou que 60% dos migrantes rurais entrevistados voltariam a morar no campo porque o sentem como o *“seu lugar”*, *“por causa da tranquilidade”*, *“porque a vida piorou depois que veio para a cidade”*, ou, *“porque na roça as pessoas são mais amigas”*⁷. Os que não voltariam para o meio rural (40%) acreditam que a vida está melhor em Montes Claros, já que todos tinham migrado antes e afirmam que no campo *“pior estava”* e que na cidade *“pelo menos aparece um bico pra fazer”* e *“para quem não exige, sempre tem algum serviço.”*

O estar na cidade não significou participar da cidade. O sair do campo não significou abandonar a miséria e sim a falta de oportunidades. Existem também relatos de pessoas bem sucedidas em Montes Claros, que foram migrantes rurais, e que conseguiram, principalmente através do setor de serviços em pequenos e médios negócios, a *“sonhada melhoria de vida”*. Mas a maioria dos trabalhadores rurais ainda vive em condições de trabalho injustas e informais. Os migrantes rurais, quando mais jovens, não querem ser os trabalhadores que foram os seus pais, e sabem que não o serão nunca. A vinda para a cidade significa uma vontade de deixar o *“trabalho bruto”* por um *“trabalho melhor”*, o que significa estar *“fora da roça”*.

Os trabalhadores do campo que já enfrentaram viagens de vapores, viagens de trem de ferro, caminhão pau-de-arara, agora viajam dentro de suas próprias regiões; os destinos que tentam perseguir acontecem em seus lugares de vida e não somente em seus lugares de trabalho. A migração é uma estratégia, uma resistência, uma eterna possibilidade ou impossibilidade de ficar ou sair. Não querem mais o *“vão das andorinhas”* (MARTINS, 1988). Isto é, na construção de diferentes territorialidades, ficar indo e vindo não tem melhorado a situação das famílias rurais, em um mundo cuja concepção corrente trata o migrante cada vez mais como *“desterritorializado”* e sem fronteiras. Mundo que desata referências e reconstrói outras e, juntamente com elas, desata famílias e indivíduos que muitas vezes são sua única referência.

“Travessiano”

Entre tempos e espaços, seguimos com as velhas formas de migrações para canaviais e cafezais com formas irregulares de transporte e das condições de

trabalho. Famílias inteiras seguem a rota de outros parentes. Homens sozinhos deixam companheiras e filhos por vários meses para seguirem o “trecho” da cana, do café, da soja, da fruticultura e dos empregos precários nas cidades. Meninas adolescentes entre 13 e 17 anos deixam as casas de suas famílias para viverem no espaço de cidades médias e grandes em troca de comida ou moradia, empregando-se como domésticas em tempo integral. Meninos seguem seus pais e fazem do ir e vir entre Minas e São Paulo um *caminho da roça*. A migração começa sazonalmente, mas muitas são as famílias que migram definitivamente para os centros urbanos. E os que retornam aos municípios das comunidades de origem, dentro da própria região, fazem da migração uma alternativa precária de trabalho temporário; migrar segue sendo a estratégia do sobreviver no sertão. Para Wanderley (1999) a migração continua a funcionar com duas faces: “esperança e fracasso”.

As migrações mudam de perfil, os deslocamentos continuam agora mais interestaduais e intrarregionais. São novas formas em novos espaços, mas a mobilidade humana no norte de Minas continua como migração forçada, uma diáspora de pessoas rurais, que são motivadas pela necessidade da sobrevivência das famílias rurais mais pobres e com menor grau de escolarização. São diferentes sempre os motivos e desejos de quem migra, são complexas as vontades de deixar e de voltar aos lugares de origem e de destino. E nas chegadas e partidas é que são tecidas redes entre os que ficam e os que migram, os que não retornam, mas mantêm vínculos com as pessoas dos lugares de origem e os que retornam para voltarem a migrar, e mesmo os que retornam para não mais partirem.

Mudam-se os tempos. Migram agora também jovens mulheres para outras regiões em busca de outras fontes de renda. Muitos vivem da renda dos que migram. Muitos migram ainda hoje para que a sua família não deixe a terra, a casa, a vida simples na margem do rio. Muitos migram para que seus filhos não necessitem migrar. Muitos migram em família na busca ilusória das cidades grandes que continuam perpassando a ideologia da urbanidade. Muitos e muitas não partem, resistem em ofícios de trabalho e seguem aqui construindo a história dos ribeirinhos sertanejos. “Às vezes até parece que quem mais fica é quem mais foi”, relata Dona Maria ao expressar a saudade dos filhos que partiram da Barra do Pacuí, há seis meses, para a Serra do Salitre, no Alto Paranaíba, para a colheita do café.

As migrações deram visibilidade para o processo de perda da autonomia do camponês em relação ao tempo, ao espaço e ao valor do seu trabalho. Não sendo mais donos da terra onde trabalhavam e viviam, ou vivendo os cercamentos das suas terras pelos grandes proprietários e a conseqüente diminuição dos seus territórios, acabam tendo que se deslocar para outros espaços e trabalhos e perdem o controle dos meios de produzir e vivem uma única possibilidade: serem a sua única força de trabalho.

São as migrações, as errâncias e as vivências nos Gerais uma parte das

possibilidades de seguirem construindo uma cartografia simbólica de traços da cultura, da história, da identidade, dos valores no cotidiano. São transformações em e no grupo e em cada um e uma, e que permitem a compreensão da representação dos espaços vividos, das temporalidades reconhecidas e diferenciadas, identificadas na diversidade do viver entre os ambientes, a natureza e os espaços sociais da vida.

Os múltiplos antigos e atuais povoadores das terras ribeirinhas do São Francisco poderiam ser divididos entre os “que ficam” em um lugar; os que “migram de um lugar para outro uma ou duas vezes” e ali fixam nova morada; os que “partem e voltam” periodicamente; e os que “se foram daqui para sempre”, sem contar os que “não tem parada”, como os vaqueiros e até os jagunços, personagens centrais da obra do sertanejo João Guimarães Rosa. São esses sujeitos que fizeram e fazem o ir e vir nos lugares, nos entre-lugares, nos não-lugares, enfim, nos espaços. Confirmamos que para os sertanejos e as sertanejas, as vidas entre idas e vindas mostram que o sertão está em toda parte, mas que é no rural que querem viver a vida. Deixemos que Riobaldo, que foi um errante no sertão, nos fale:

Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo!
- só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso? (J. G. ROSA, 1986, p. 26).

Notas

1 - Este trabalho faz parte da tese de doutorado da autora, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia, no Instituto de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, em novembro de 2009.

2 – Cfr. <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/gente-paulista_migrantes>. Acesso em: 10 maio 2009.

3 – Vide: Fundação SEADE. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=5071>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

4 - (...) O estereótipo do nordestino migrante, ao qual se resume a identidade regional, é, contudo, um de seus elementos definido “de fora” (PÓVOA NETO, 1994, p. 22).

5 - Utilizamos as expressões Mundo da casa e Mundo da rua de acordo com DaMatta (1993), essas categorias foram trabalhadas pela autora na dissertação de mestrado (DE PAULA, 2003).

6 - Neste período, as microrregiões que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional foram as de Pirapora (73%) e Montes Claros (43%), onde se localizavam os dois únicos distritos industriais da Área Mineira de Atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

7 - Todas as expressões em itálico são depoimentos de migrantes rurais no Posto do SINE-Montes Claros, como também na Praça Dr. Carlos e em algumas favelas da cidade, entrevistados durante a pesquisa de campo.

Referências

- ABROMOVAY, Ricardo e CAMARANO, Ana Amélia. *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- AMADO, Jorge. *Seara vermelha*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.
- BOSCO, Santa Helena e JORDÃO NETO, Antonio. *Migrações: estudo especial sobre as migrações internas para o Estado de São Paulo e seus efeitos*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1967. p. 1- 40.
- CARDOSO, Lúcio. *Maleita*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, [1934].
- DaMATTA, Roberto. *A Casa e A Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1993.
- DANTAS, Humberto. *Movimento de migrações internas em direção do planalto paulista*. BOLETIM DO SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. São Paulo, Sec. da Agricultura, Indústria e Comércio, nº 3, p. 77-86, 1941.
- DE PAULA, Andréa Narciso Rocha. *Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em montes Claros, norte de Minas Gerais: a esperança de melhoria de vida*. Dissertação (mestrado em geografia), Programa de pós-graduação em geografia/UFU. Uberlândia/MG, 2003.
- ESTRELA, Ely Souza. Os sampauleiros: memórias do deslocamento. In: *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo: CEM, n. 32, p. 11-13, set./dez. 1998.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do Desenvolvimento Humano 2000*. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2009.
- GARLIPP, Ana Alice B. P. Damas. *Mecanização e emprego rural: os casos do café e da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Dissertação de Mestrado, IE/UFU, Uberlândia, 1999.
- GOMES, Sueli de Castro. *Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos*. São Paulo, v. 12, n. 13, 2006. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo>>. Acesso em: 3 jul. 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000*. Volume 7, Rio de Janeiro, 2001.
- JORNAL ESTADO DE MINAS. *Desastre Ambiental*. Belo Horizonte, Minas Gerais, 11 de novembro de 2007.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. 2ª. ed., Petrópolis: Vozes, 1988.
- MORAES, Carlos. *Estações Ferroviárias do Brasil*. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- NEVES, Zanoni. *Na Carreira do Rio São Francisco: trabalho e sociabilidade dos vapozeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.
- ORTEGA, Antonio César e FERREIRA, Rômulo Gama. Impactos da intensificação da mecanização da colheita de café nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio-MG. In: *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo/RS, v. 12, n. 23, p. 71-96, 2004.
- PÓVOA NETO, Helion. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo: CEM, n.19, p. 20-22, mai./ago. 1994.
- RIBEIRO, Luiz. O Mapa da fuga. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, Caderno Gerais, p.16, 8 jul. 2001.
- RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de et al. *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000, p. 13-103.
- RODRIGUES, Luciene et al. Especificidades setoriais dos municípios do Norte de Minas: um instrumento para o desenvolvimento setorial e regional. In: *Cadernos BDMG*, Belo Horizonte, nº10, p. 5-35, 2005.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 33 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In:
TEDESCO, João Carlos (org.). 2 ed. *Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas*. Passo
Fundo: Ediupe, 1999.

RESUMO

Desde o povoamento, perpassando diversos ciclos, as migrações constituíram e constituem uma das principais marcas da região norte de Minas Gerais, caracterizada como área de sertão. Este artigo busca analisar as transformações havidas nas pessoas e nos lugares, valendo-se de depoimentos e descrevendo as formas como se deu o êxodo das populações, primeiramente através das águas do São Francisco, posteriormente pelos trilhos e, na sequência, pela estrada, antes nos paus-de-arara e depois através dos ônibus. Mas as migrações sertanejas não são de mão única: envolveram e envolvem idas e vindas, temporárias e definitivas; campo e cidade; movimentos para fora e no interior da região, ontem e hoje caracterizados pela busca da sobrevivência.

Palavras-chave: migração; campo-cidade; norte de Minas Gerais.

ABSTRACT

Since the settlement, within several cycles, the migrations constituted and constitute one of the main issues of the north region of Minas Gerais, characterized as a hinterland (*sertão*) area. This article searches to analyze the occurred transformation in people and places, using testimonies and describing the forms how the exodus of the populations took place, at first by the waters of the São Francisco river, after by the , railway tracks, and, in sequence, by the road, before with the *paus-de-arara* and after by the buses. But the upcountry settlers (*sertanejas*) migrations are not one way: they involved and also involve come and go, temporary and definitely, field and city, movements to the outside and inside the region, yesterday and today, characterized by the surviving search.

Keywords: migration; field and city; north region of Minas Gerais.

A Paróquia Católica e a Pastoral da Mobilidade Humana

A questão do território e a missão da Igreja junto aos migrantes

*Sidnei Marco Dornelas **

Os Bispos Católicos, reunidos em maio de 2007, junto ao Santuário de Aparecida, para a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, renovaram o apelo para que a Igreja no Continente entre em estado permanente de missão. Essa percepção quanto à necessidade de renovação da ação evangelizadora tem soado de maneira singular como uma interpelação sobre o modo como as paróquias foram tradicionalmente estruturadas. Existe uma inquietação para que elas se tornem mais “missionárias”, ao mesmo tempo em que se percebe certo desalento em ver os muitos entraves para que isso se torne realidade.

Neste trabalho buscamos refletir sobre um aspecto fundamental na configuração da ação pastoral da Paróquia, e decisivo para qualquer aspiração “missionária”: o território. Expomos aqui o modo como o território vem sendo concebido no horizonte desse processo de renovação da ação evangelizadora, trazendo à luz alguns pontos de sua problemática, tais como debatidos no campo da geografia e da sociologia. Passamos depois a questionar os dilemas atuais vividos concretamente nesse processo de renovação da paróquia. No interior desse debate, queremos realçar o lugar de destaque ocupado pelas pastorais da mobilidade humana, como uma instância de questionamentos, mas também enquanto possibilidade real de experimentação missionária, sobretudo no espaço urbano¹.

* Comissão Episcopal para a Missão Continental e Setor Pastoral da Mobilidade Humana/ CNBB.

Novo contexto da ação pastoral paroquial

No Código do Direito Canônico de 1983 temos a definição de Paróquia: *“Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja Particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo Diocesano.”* (c. 515 §1) Essa definição pode ser complementada por outro parágrafo: *“Por via de regra, a paróquia seja territorial, i.e., seja tal que compreenda todos os fiéis de um determinado território; onde, porém, for conveniente constituam-se paróquias pessoais ...”* (c. 518). Essa definição já aponta para alguns traços fundamentais da Paróquia e que configuram juridicamente sua ação pastoral: a comunidade **estável** situada na Igreja Local; a figura central do **pároco**, sob a autoridade e legitimidade do Bispo Diocesano; o fato de ser uma comunidade de **“fiéis”**, que subentende a submissão como regra e a *“cura d’almas”* como padrão da ação pastoral; e o **território** como o que configura a jurisdição da ação pastoral, que enquadra a sua normatização e a sua prática. Esse caráter jurídico-canônico condiciona fortemente outros tantos aspectos que preenchem o cotidiano da vida paroquial, colocando no centro estratégico a figura da secretaria paroquial, os processos, regulamentos, programações, os trâmites burocráticos, seu forte caráter administrativo, tudo o que obscurece o que poderia ser um *“rosto missionário”* da Paróquia.

Ora, esses aspectos centrais tendem a configurar a ação pastoral da Paróquia e se tornaram objeto de um questionamento constante pela sociedade atual. A realidade vivida pelos migrantes, em particular, sempre representou uma dissonância frente a essas estruturas de pastoral, evidenciando sua rigidez e inadaptação:

- Se a paróquia busca ser uma comunidade *“constituída estavelmente”*, o mundo em que ela se situa é cada vez mais o de uma sociedade marcada pelos fluxos e pela instabilidade. Particularmente o mundo urbano, numa sociedade globalizada, vê seu cotidiano fragmentado em múltiplos espaços e dimensões de tempo, e cada pessoa é chamada a percorrê-los num trajeto pessoal e único, em meio a uma massa circulando por outros tantos trajetos disparatados. Cada vez mais esse indivíduo vai se incorporar a uma comunidade a partir de seus próprios meios e segundo suas próprias opções pessoais, conforme as diferentes circunstâncias em que se encontra e referenciais de tradição a que se reporta. E quanto mais esse indivíduo se encontra deslocado, como as várias pessoas em situação de mobilidade, à mercê da instabilidade dos vínculos sociais, ele tende a reelaborar novas formas de pertencimento social, em relação às suas origens, bem como aos novos grupos em que busca se inserir.
- Quanto às fontes tradicionais de autoridade, que legitimamente podem guiar a consciência e o comportamento de grupos e indivíduos, elas

passam por uma contestação sem precedentes. Seja a autoridade política, como a de ordem econômica, social e religiosa, todas passam pelo crivo da consciência do ser humano, que passa a dar atenção a uma multiplicidade de outras fontes de autoridade, outros tantos “formadores de opinião”, oriundos dos meios de comunicação social, da Universidade, do meio artístico, de organizações não governamentais, de tantas “seitas” e/ou grupos espiritualizantes. A contestação da autoridade das instituições tradicionais concomitante a esse processo de multiplicação, fragmentação e descentralização dos “focos” de autoridade, repercute na posição de autoridade do pároco, que é chamado a repensar o seu modo de exercício. Assim, a relação de “pastoreio” do pároco não é mais unívoca, pois os integrantes de sua “grei”, numa sociedade plural e de massas, sobretudo os migrantes, por sua situação de instabilidade e deslocamento, se veem levados a repensar os diversos “focos” de autoridade que lhe servem de referencial.

- Nesse mundo cada vez mais plural e diversificado, em que a vontade do indivíduo é, paradoxal e simultaneamente, valorizada e manipulada, e que seu status de “consumidor” se sobrepõe ao de “produtor” ou de “trabalhador”, a sua condição de “fiel” sofre influências e pressões contraditórias. Se outras demandas religiosas se apresentam à Igreja, também outras formas de filiação religiosa são experimentadas dentro e fora da Igreja, ao mesmo tempo em que cada um se revela agente de sua própria espiritualidade, inconsciente e/ou conscientemente, subvertendo os padrões da “cura d’almas”. Porém, a complexidade da sociedade atual também pede à Paróquia uma atenção para uma série de demandas de ordem social, assim como outra forma de presença no interior da sociedade em que se encontra, mais aberta, mais interativa e mais lúcida. A estrutura paroquial se vê obrigada a rever suas estratégias de pastoral, conforme a instabilidade da “demanda” vinda de suas pastorais, da busca de sacramentos, da percepção da existência de grupos que destoam do cotidiano da prática e dos espaços da Paróquia, como frequentemente ocorre com os migrantes.
- Por fim, na continuidade desse quadro, a sociedade atual passa também por uma intensa discussão sobre as diferentes concepções de “território” em que se redimensiona o espaço social. Se o “território” em si mesmo não pode ser abolido, ele passa a ser experimentado sob uma multiplicidade de formas. Isso será objeto de nossas reflexões na sequência.

É sobre este pano de fundo que podemos ver como a Conferência dos Bispos, reunida em Aparecida, apresentou como a proposta pastoral visando colocar em prática as suas conclusões, o projeto da Missão Continental (MC):

Esse despertar missionário, na forma de Missão Continental, cujas linhas fundamentais foram examinadas por nossa Conferência e que esperamos sejam portadoras de sua riqueza de ensinamentos (...) Exigirá decidida colaboração das Conferências Episcopais e de cada Diocese em particular. Procurará colocar a Igreja em estado permanente de missão (DAp 551).

O projeto da Missão Continental, no Brasil e em outros países da América Latina, na tentativa de operacionalizar as conclusões de Aparecida, e incentivar o protagonismo das Igrejas Locais no processo de sua implantação, ensaiou uma série de respostas a esses desafios. Diante de uma sociedade fragmentada e instável, repercutindo numa experiência de fé e de comunidade igualmente múltipla, com uma fragilização dos referenciais tradicionais, recordou que o fundamento da vocação de todo e cada “fiel” batizado é o de ser “discípulo missionário”. A partir deste princípio, diante da instabilidade em que se encontra a comunidade cristã, o projeto da MC fez uma convocação para um projeto comum de evangelização, tendo a Diocese como sua unidade pastoral e cada Paróquia como sua agenciadora e local de realização. Assim, cada pároco, à frente de uma porção do Povo de Deus, concretamente organizado na Paróquia da qual é responsável, se viu chamado a animar a realização do projeto da MC. Ele é convidado, dessa forma, a compartilhar o serviço de sua autoridade com outros tantos agentes que também atuam na evangelização.

O “itinerário” da MC, publicado pelo Conselho Episcopal Latino-Americano/CELAM (CELAM, 2009), a esse propósito, expressa o desejo da Igreja encontrar “mais interlocutores que destinatários”. Nesse sentido, pode-se dizer que cada fiel leigo é chamado a participar na concepção, planejamento, execução e avaliação da ação pastoral paroquial. Assim, o projeto da MC vem procurando resgatar a importância do planejamento pastoral, a necessidade de despertar a consciência missionária de cada batizado, e realizar a chamada “conversão pastoral”: passar de “uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária”. Na perspectiva da MC, o tema da “paróquia missionária” ganha, portanto, um destaque especial, pois coloca em pauta a rigidez das estruturas da paróquia, e os desafios que elas representam para sua ação missionária². Nesse sentido pode-se também entender a retomada da proposta da “setorização” das paróquias, como expressão concreta de uma Igreja que é “comunidade de comunidades”³.

Entretanto, o mais decisivo talvez seja a mudança de mentalidade: como sair de uma concepção tradicional de pastoral?

VISÃO TRADICIONAL DE PASTORAL



Sob a mentalidade tradicional, a função da missão seria o de arrebanhar “fiéis” para entrar no âmbito da Igreja, onde após um tempo de iniciação e catequese, marcado pela celebração dos sacramentos, eles se conservariam no seio da comunidade, através de uma pastoral que garantiria a estabilidade comunitária de sua vida de fé. Esse esquema estanque vem sendo questionado pelos mesmos fatores que vêm desestabilizando a instituição da Paróquia. Existe a demanda por outra forma de conceber a pastoral, em que sua dimensão missionária não esteja “fora”, mas se torne componente essencial de sua dinâmica interna. Para tanto é que se pede outra forma de se conceber e se relacionar com o “território”.

Problematizando o “território”

É sabido que o fator “território” é central na configuração histórica do que concebemos hoje como Paróquia. No entanto, assim como o atual estágio do capitalismo globalizado vem subvertendo a estabilidade de todos os princípios que embasam o seu funcionamento, assim também a noção de “território” vem passando por vários questionamentos. Hoje sabemos que o “território” não é um dado natural, mas tem uma constituição histórica, social e cultural. Toda pessoa humana e todo grupo social possuem a sua “territorialidade”, que se manifesta em diferentes formas de “territorialização”, isto é, o processo pelo qual se constitui o território, ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo ao seu espaço de vivência – o território como extensão e concretização de sua identidade (SOUZA & PEDON, 2007).

Existem duas dimensões contraditórias que se manifestam em qualquer territorialização: como expressão da identidade do grupo, por um lado, e como expressão de seu domínio e controle social, por outro. Essas duas dimensões vêm ganhando múltiplas formas de contraposição na sociedade atual. É

conhecido o conflito entre duas partes desiguais, com diferentes graus de violência, numa sociedade em expansão capitalista como a nossa: por um lado, uma concepção do território como recurso econômico e espaço de dominação política unifuncional (grandes empresas do agronegócio), e por outro, o território como espaço de vivência, expressão da identidade do grupo social e de apropriação subjetiva, simbólica e cultural, plurifuncional (indígenas, populações tradicionais). Considerando que essas duas dimensões estão sempre interagindo dialeticamente, o território, assim, desdobra-se num *continuum* que vai da dominação político-econômica exclusiva, com uma funcionalidade unívoca, à apropriação mais subjetiva e/ou cultural e simbólica, como os territórios imaginários, dos povos que mantêm viva sua identidade sem ter a posse de uma territorialidade física (caso de povos e grupos que vivem exilados ou em diáspora, como os curdos). Na vida diária de vários grupos sociais, no entanto, como espaço e tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo (HAESBAERT, 2004).

No contexto do capitalismo globalizado, porém, novas formas de territorialidade e fragmentação socioespacial acabam surgindo. Na sociedade pós-industrial, as relações com o território tornam-se mais complexas. Ele passa a ser dinamizado a partir das novas necessidades de circulação de pessoas, de mercadorias, de comunicação. O território é visto como um suporte das novas relações sociais: “nós”, redes e malhas. Nos espaços urbanos, onde o cotidiano de diversos grupos sociais com diferentes filiações identitárias se cruzam diariamente, em meio a uma corrente contínua de várias influências culturais e midiáticas, a sua ocupação e apropriação é marcada por uma extrema fluidez. As territorializações pelos diferentes grupos operam de forma diversificada, compondo-se, seja por “pontos” e “linhas” (territórios-rede), seja por “superfícies” e “áreas” (territórios-zona). O território como uma “rede” se torna múltiplo: um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários, englobando ao mesmo tempo aquilo que é fixação (enraizamento), e aquilo que é mobilidade, tanto itinerários como lugares (HAESBAERT & LIMONAD, 2007).

Essa interação entre territórios-zona (lugares de fixação, da estabilidade, da continuidade e da tradição) e os territórios-rede (constituídos pela flexibilidade e fluidez entre vários lugares, produzindo a constante novidade, instáveis e descontínuos) leva a pensar no surgimento de uma “multiterritorialidade”. Múltiplos territórios interagindo, uns mais fechados e unifuncionais, outros que permitem uma multiplicidade de ocupação, servindo a várias funções e como suporte a diferentes práticas culturais e identitárias. São diferentes formas de territorialização, variando conforme sua permeabilidade: mais exclusivos ou mais híbridos. É possível conceber, enfim, algo como uma “flexibilidade territorial”, em que a vivência da “multiterritorialidade”, ou a possibilidade de experimentar vários territórios ao mesmo tempo, simultaneamente, se realiza percorrendo territórios descontínuos e fragmentados, não apenas pelo deslocamento físico, mas também pela “conectividade virtual”, criando novas capacidades de interagir.

Como repensar a ação no território da Paróquia no contexto dessa discussão atual? Como pensar a ação pastoral junto a grupos desterritorializados (como os migrantes), abertos a opções múltiplas de territorialização, tendo a paróquia como um referencial entre outros? Como se readequar aos novos tempos, às novas concepções de território que expressam uma multiplicidade de novas formas de vivenciar o cotidiano? Até que ponto concepções mais tradicionais de território, ou de territorialização, podem ser resgatadas para suprir a ação missionária e pastoral da Paróquia atualmente? Que comunidades (e que rede de comunidades) podem ser vivenciadas e articuladas sob essas novas formas de conceber e se relacionar com o território? A aspiração por uma “nova Paróquia”, como pretende o projeto de evangelização da Igreja, portanto, é um objetivo que deve passar necessariamente pelo crivo de tais questionamentos e experimentações.

A territorialidade da Paróquia em questão

Inicialmente, pode-se dizer que o território da Paróquia, como espaço de sua ação pastoral e missionária, sempre foi marcado por duas dimensões: o favorecimento da constituição da **identidade comum** da população de um determinado lugar (vila, bairro, povoado), como fator de aglutinação, de mobilização e ação coletiva; a construção do espaço como **um local de práticas (missionárias e pastorais)**, em que ocorre o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade. Essas duas dimensões se remetem uma à outra, como forma de territorialização de uma comunidade que encontra em sua igreja paroquial o seu símbolo maior, social, cultural e religioso. No entanto, o território da Paróquia também está carregado por vários condicionamentos. Trata-se de uma territorialidade pensada a partir de um “espaço construído”, onde se vive um determinado padrão de convivência, que não pode ser simplesmente transposto para outros espaços desse território. É também uma territorialidade já dada, constituída e regulada canonicamente. Nada disso, porém, desabona sua significação social e cultural para as comunidades que em torno dela se formam.

Talvez seja nesse sentido que se possa projetar uma ação missionária renovada, no território da Paróquia, de forma sistemática, tal como proposto pelos Bispos reunidos na 49ª Assembleia Geral da CNBB, em 2011:

Cabe a cada comunidade eclesial perguntar quais são os grupos humanos ou as categorias sociais que merecem atenção especial e lhes dar prioridade no trabalho de evangelização. Entre esses grupos estão os que têm pouco vínculo com a Igreja. Às vezes são jovens; outras vezes, pessoas vivendo na periferia de nossas cidades, intelectuais, artistas, políticos, formadores de opinião, trabalhadores com grande mobilidade, nômades, etc. Importa ir ao encontro deles, não apenas nas famílias e nas residências,

mas em todos os ambientes. As *missões populares*, indo ao encontro do apelo da *Missão Continental*, têm se mostrado um caminho eficaz. As visitas sistemáticas nos locais de trabalho, nas moradias de estudantes, nas favelas e nos cortiços, nos alojamentos de trabalhadores, nas instituições de saúde, nos assentamentos, nas prisões, nos albergues e junto aos moradores de rua, entre outros, são testemunho de uma Igreja samaritana. A pastoral da visitação pode dar maior organicidade e eficácia a este serviço (DGAE 2011-2015 §78).

Este trecho das Diretrizes Gerais apresenta-se como um verdadeiro programa de ação missionária para a realização da Missão Continental no território diocesano e paroquial. Aqui se encontram todos os pressupostos metodológicos para a Paróquia se colocar em estado de missão: o diagnóstico da realidade, a identificação dos grupos a serem evangelizados, os ambientes prioritários em que a Igreja deve se fazer presente, a organização de uma pastoral da visitação (permanente e sistemática). A recordação das “missões populares” é o indicativo das muitas experiências ocorridas nos últimos anos, que servem de parâmetro concreto para a sua realização. Existe uma multiplicidade de exemplos, pelo Brasil afora, de como a partir de uma experiência bem alicerçada de missão popular, toda uma Igreja Local (Diocese, Paróquia, região pastoral, Vicariato) pode organizar um programa de missão permanente, ocupando uma variedade de espaços sociais.

No entanto, vários questionamentos sobre o território da Paróquia permanecem de pé. O parágrafo 78 das Diretrizes aponta para vários ambientes afastados da Igreja, que podem estar localizados em seu território. Outros territórios são “unifuncionais”, como condomínios verticais ou empresas comerciais e industriais, que não são caracterizados pela formação de relações de vizinhança ou de comunidade. Apesar de fazerem parte do “território” da Paróquia não seriam propensos à sua ação evangelizadora. Notadamente, a fragmentação e fluidez do mundo urbano, onde se concentra a grande massa da população atual, desafia a criatividade missionária e pastoral. É, sobretudo, nos espaços urbanos que os questionamentos anteriores sobre o território se colocam de forma mais aguda. Concretamente, a ação pastoral da Paróquia experimenta diariamente a fluidez e relativização dos “territórios” (que se fazem e se desfazem, que se excluem e se constituem mutuamente, que se superpõem, em interação constante). Essa experiência se faz não só no território de sua jurisdição (pela multiplicação e diversificação dos “ambientes”), mas também pela diversidade de usos que ocorrem nos espaços da sede paroquial, conforme o grupo que dele se apropria por um determinado período de tempo.

A Paróquia é convidada a pensar sua ação pastoral e missionária, considerando, numa interação dinâmica, de um lado sua estrutura física e pastoral, e de outro, a missão de evangelizar nesses espaços marcados por territórios múltiplos e fluidos:



A interação entre estruturas paroquiais e território de missão é ambivalente. Por um lado, se espera uma ação constante de grupos paroquiais nos múltiplos ambientes, caracterizando a ação missionária no território. Mas, por outro, inúmeras influências oriundas de fora da Paróquia condicionam o uso dos espaços e instalações paroquiais. Existe uma “transversalidade” de vários grupos, não necessariamente pertencentes ao território da paróquia, ou que possuam seu principal centro de coordenação na estrutura paroquial, que se servem de seus espaços e participam de sua dinâmica pastoral. São grupos étnico-nacionais, muitas vezes de origem migrante, ou de pastoral social, ou movimentos de cunho religioso, com diferentes lógicas de poder e diferentes lógicas de prática religiosa e cultural. Há mesmo uma influência crescente da mídia católica, que condiciona as atividades e formas de ocupação de seus espaços, com concepções de territorialidade que muitas vezes escapam ao controle paroquial. Em tudo, percebe-se uma grande autonomia de pastorais e novos movimentos eclesiais com suas formas próprias de conceber e usar o território, assim como de estabelecer sua fidelidade à Igreja.

Após o Concílio Vaticano II (1962-1965), surgiram grupos e movimentos eclesiais com estruturas autônomas, que muitas vezes utilizam os espaços da Paróquia, mas têm uma coordenação que frequentemente não se alinha com a autoridade do pároco, gerando situações de conflito. Essa observação se aplica, seja a diferentes grupos que se reivindicam das pastorais sociais, seja àqueles oriundos da renovação carismática católica. A “transversalidade” parece um dado irreversível a ser considerado, portanto, quanto ao que se espera ao falarmos de uma Igreja em estado permanente de missão⁴. Nesse sentido, para além do território de sua jurisdição, reconhecido pela Diocese, e que incumbe a cada Paróquia evangelizar, seria preciso considerar outras formas de “territorialização” em que pode se efetivar sua ação pastoral.

Seria mesmo o caso de perguntar se no contexto mais amplo de uma sociedade do espetáculo e da mercantilização da religião, com seus “nichos de mercado”, como a promoção de eventos ou o marketing católico, não haveria a busca, por parte de alguns grupos, de utilização de instalações da Paróquia e sua gama de relações, tanto com o entorno próximo, como com a sociedade mais ampla, para fins alheios à sua missão?! Na perspectiva da sociedade

atual, não seria de estranhar um agenciamento dos espaços da Paróquia em função de uma cultura de “empresa” religiosa e católica, como um verdadeiro “nicho de mercado”. Sob essa ótica, a Paróquia atuaria segundo uma lógica de empresa, criando uma forma própria de empreendedorismo “católico”. Nesse novo “ambiente”, não estaria surgindo uma nova figura do “Pároco”, como empresário, organizador e animador de eventos? Como se compreenderia a missão da Paróquia nesse horizonte?

Enfim, na multiplicidade de concepções de território da sociedade urbana, culturalmente múltipla e marcada por condicionamentos da sociedade de mercado, a Paróquia também está submetida a uma grande variedade de lógicas de ocupação territorial, muitas vezes conflitivas, e nem sempre conforme a proposta do Evangelho. Se a Paróquia hoje em dia está longe de ser a única e principal referência de seu território de jurisdição, porém, existem ainda aqueles que podem manter a ilusão de que ela se basta a si mesma, mantendo-se aparentemente isenta frente à sociedade que a circunda. Como conciliar essa mentalidade de administração paroquial, que estabelece suas relações, suas redes, recria suas áreas de influência, mantém sua estrutura jurídica, seu patrimônio, suas finanças, sua programação religiosa de forma autônoma, como um pequeno “feudo” (ou “empresa”) dentro da Diocese, com a Teologia da Igreja Local? A Paróquia como porção do Povo de Deus, sendo o pároco parte do presbitério em torno ao Bispo Diocesano, numa relação de fidelidade criativa, se organizando num planejamento que articula a participação consciente de todas as pastorais, movimentos e comunidades: eis o que se espera de uma “comunidade de comunidades”, a Paróquia no âmbito da Igreja Diocesana, mas também vivenciando essa proposta em seu interior, com suas próprias comunidades, no território que lhe foi confiado.

Esta seria, talvez, a oportunidade para se pensar uma pastoral missionária, sistemática e permanente, a partir de referenciais que a conduzam no sentido de uma perspectiva de “flexibilidade territorial”:

- Como TERRITÓRIO – “ZONA”:
 - “setorização das paróquias”: bairros, ruas, favelas, cortiços, condomínios...
 - “ambientes”: hospitais, albergues, escolas, alojamentos de trabalhadores...
 - “fronteiras” (situações): menores, dependentes químicos, migrantes, direitos humanos...
- Como TERRITÓRIO – “REDE”:
 - espaços de participação, celebração e interação entre diferentes grupos;
 - atividade dos “conselhos”: serviço de comunhão, articulação e mediação;
 - serviços de comunicação e articulação: pastoral da comunicação e redes sociais.

Sabendo que existe uma interação dialética entre “território-zona” e “território-rede”, tal como acontece na relação entre a estrutura pastoral e a

missão de evangelizar, ou mesmo no processo de territorialização, como domínio e pertencimento cultural, a proposta da Missão Continental, expressando a renovação das estruturas de pastoral paroquiais, representa uma oportunidade para experimentar, de forma criativa, em cada Diocese e em cada Paróquia, novas modalidades da Igreja entrar em estado permanente de missão. É assim que se pode pensar a relação entre a estrutura da Paróquia e uma ação missionária específica junto aos grupos em mobilidade, como os migrantes, em situações de fronteira e em ambientes segregados.

A Nova Paróquia e a ação missionária junto aos migrantes

O documento de estudo “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”, aprovado na 51ª Assembleia Geral da CNBB, em abril de 2013, de alguma maneira tenta responder grande parte das inquietações acima. No entanto, ele parece tangenciar essas duas questões cruciais: a estrutura territorial da paróquia e sua dependência em relação ao pároco, como referência central da organização de sua ação pastoral. Ao ficar nas recomendações, apesar da grande insistência na necessidade de renovação de suas estruturas, parece sinalizar as muitas contingências que impedem uma ação mais franca nesse sentido. Mesmo centrando sua reflexão na “setorização”, o que transparece é uma concepção de comunidade já estabelecida, fixa, estável, que parece desejar permanecer como tal frente a um mundo em ebulição. Não existe nenhuma referência explícita ao que poderia ser uma “paróquia missionária”, à prática das Santas Missões Populares, ou ao envolvimento da paróquia na organização missionária da Igreja. Na verdade, quando trata de sua “missionariedade”, de uma “Igreja em estado permanente de missão”, o documento refere-se à tarefa da paróquia em se fazer mais acolhedora: “comunidade missionária é comunidade acolhedora” (§ 206). Muito pouco se refere à comunidade paroquial que se engaja na missão, suscita vocações missionárias, envia missionários além-fronteiras, que se compromete em apoiá-los, em sustentá-los. Trata-se de uma visão limitada de missão, que se contenta apenas em acolher.

No entanto, não há como negar que, referir-se à missão da paróquia como “comunidade acolhedora”, a partir de uma boa fundamentação bíblica, histórica e teológica, constitui-se inegavelmente num grande avanço. Com efeito, de maneira sucinta, a partir da recuperação das bases da comunidade cristã, cujas características fundamentais seriam a hospitalidade, a partilha, a comunhão de mesa e a acolhida dos peregrinos, assim como das origens da palavra “*paroikia*”, veio à tona a concepção da comunidade paroquial como uma “casa” que acolhe os que vivem ao seu redor, e a Igreja como aquela que se encontra ali, onde as pessoas estão. (§§ 74; 75) As origens da palavra “paróquia” remetem aos primeiros tempos em que os cristãos eram estrangeiros, peregrinos e migrantes nas cidades do Império romano, e viam nas comunidades cristãs que se reuniam nas “casas”, um lugar de pouso, de acolhida, em que se reconheciam como irmãos. Nesse sentido, ao referir-se à paróquia como uma “estação”, em que “se

vive de forma provisória”, pois o “cristão é um caminheiro” (§ 45), apontam para um fundamento importante para a missão da paróquia, como lugar de referência para a pastoral do migrante, como de outras pessoas em situação de mobilidade.

É importante recordar como os diferentes grupos que vivem em situação de mobilidade, incluindo as diversas categorias de migrantes, historicamente vêm demandando uma estrutura de pastoral alternativa em relação ao padrão da Paróquia territorial. É nesse sentido que o Código do Direito Canônico de 1983, por meio do c. 518, alarga a possibilidade da criação de “paróquias pessoais”, concedendo às Igrejas Locais este poder, procurando atender assim às necessidades de grupos nacionais, étnicos e linguísticos expressivos no território da Diocese. Além disso, o mesmo código também prevê outros instrumentos canônicos, como a comunidade “com cura animarum” ou a capelania, que no interior de uma determinada Paróquia territorial, e sob os cuidados de um capelão próprio, assume os cuidados pastorais de um determinado grupo. Os migrantes foram dos primeiros grupos a sinalizar – inclusive pelo seu crescimento numérico e pela multiplicação de situações que se criavam, na medida em que o fenômeno migratório se alargava e se diversificava – sobre as limitações de uma concepção rígida de território paroquial, como parâmetro único para normatizar as práticas pastorais da Igreja.

Dessa maneira, pode-se testemunhar em várias cidades do mundo, em localidades com grande concentração de grupos de várias procedências e etnias, a formação de comunidades de migrantes que, ao mesmo tempo em que interagem com outros grupos no território de uma Paróquia, e dividem o uso do espaço de sua sede, mantêm uma rede de relações com outras comunidades e outros grupos associativos da mesma nacionalidade e/ou etnia. Igualmente, dada a diversidade de situações de trabalho e convivência entre grupos de nacionais e estrangeiros, no território paroquial e diocesano, multiplicam-se os serviços e as iniciativas para o seu acompanhamento. Por isso, não é demais lembrar que o incentivo para a realização de visitas missionárias aos alojamentos de trabalhadores, conforme o parágrafo 78 das atuais Diretrizes Gerais da CNBB, significa uma recomendação que vai em direção de uma autêntica pastoral dos migrantes, pois onde trabalhadores precisam de alojamento temos uma clara situação de migrantes distantes de suas famílias. Dessa maneira pode-se entender também a recomendação para a visita às “moradias de estudantes”, em que jovens se encontram afastados de suas famílias por motivo de estudo. Dentro da perspectiva da missão permanente, trata-se de um apelo para que Diocese e Paróquia se ocupem dos migrantes, os pobres desterritorializados, ausentes de suas comunidades de origem e presentes em território “alheio”. Podemos considerá-los, de alguma maneira, como sendo daqueles “afastados”, deslocados de suas comunidades de origem, vivendo segregados dos serviços, espaços e grupos de convivência da Paróquia em que se encontram.

Assim, atualmente, na medida em que se redescobre e se reconhece a dimensão missionária de uma variedade de pastorais sociais no âmbito da

Igreja Local, acompanhando grupos que vivem na precariedade social e numa instabilidade crescente, surge a possibilidade de se pensar numa nova relação com a instituição da Paróquia. Numa articulação entre “territórios-zona” e “territórios-rede”, tomando os espaços da Paróquia como suporte para uma rede de ações em nível de Igreja Local, com o pároco exercendo sua função e autoridade no interior de uma prática de “cogestão” e trabalho em equipe, pode-se imaginar outras tantas formas alternativas para o acompanhamento pastoral dos grupos em mobilidade. Permite também pensar uma maior flexibilidade na formação e acompanhamento de suas comunidades, se considerarmos que tais grupos se “territorializam” e se “desterritorializam”, num fluxo e revezamento constante, nos diferentes locais em que buscam vivenciar os momentos significativos de seu cotidiano, inclusive suas manifestações de fé.

A possibilidade de uma nova mentalidade de gestão paroquial, que consiga conviver e trabalhar numa interação dialética e criativa, entre as estruturas da paróquia e a flexibilidade da ação missionária, ou entre uma programação estável e sistemática por um lado, e uma ação pastoral de constante negociação, inovação e adaptação por outro, permitem sonhar com formas alternativas de vivência comunitária e cristã. Por enquanto estamos ainda no campo das experimentações. Como é o caso das Paróquias multiculturais, ou que abrigam uma pluralidade de serviços pastorais, conforme o exemplo da Igreja Nossa Senhora da Paz, na região central da cidade de São Paulo⁵. Ali convivem três paróquias: uma paróquia territorial (a Várzea do Carmo) e duas pessoais (uma para os fiéis de nacionalidade italiana; outra para os fiéis latino-americanos, e que possui quatro comunidades organizadas, a boliviana, a paraguaia, a chilena e a peruana). Também abriga algumas instituições de serviço pastoral aos migrantes, como a Casa do Migrante e o Centro Pastoral do Migrante, além de um Centro de Estudos, conjunto este hoje denominado *Missão Paz*.

O caso das Paróquias Scalabrinianas da Igreja Nossa Senhora da Paz, ao lado de outras tentativas de experimentação da missão no mundo urbano, mostram claramente a necessidade de repensar seja o território como referência para a ação evangelizadora, seja a figura central do pároco, quanto às modalidades de uso da autoridade e estabelecimento das relações de confiança. A articulação dessas comunidades e serviços que ali se experimentam, a partir de um mesmo espaço construído, e que visa atender não só a comunidade do bairro em que se localiza, mas migrantes de toda cidade de São Paulo, depende não só de um árduo exercício de planejamento, mas também de flexibilidade e diálogo constantes, a fim de anteciper os inúmeros imprevistos do cotidiano. Como um dos mais importantes centros de referência de atendimento aos migrantes da Grande São Paulo, mas também do Brasil, seu arco de relações ultrapassa em muito os limites do território da paróquia, obrigando a repensar de maneira evangélica a sua incidência social e política na sociedade, sobretudo quando está em jogo a sorte dos migrantes.

Talvez o exemplo de uma Paróquia multicultural como a Nossa Senhora da Paz, do centro de São Paulo, seja específica demais para ser generalizada para todo o país, e por isso seja difícil usá-la como um parâmetro mais imediato para a renovação do conjunto das Paróquias no Brasil. No entanto, o seu caso traz de maneira muito viva e palpável a problemática do território para a Igreja atual. É um exemplo das perplexidades que a dimensão do território coloca para a Igreja no contexto da grande metrópole. Porém, é também um imenso laboratório de respostas pastorais criativas para o que seria uma “paróquia missionária”, ou uma “nova paróquia”, aprendendo a refazer a convivência na Igreja como “comunidade de comunidades”.

Considerações finais

A discussão em torno do compromisso missionário da Paróquia católica e a visão “parcial” de sua missionariedade, como deixou entrever uma primeira leitura do documento de estudos 104 (“Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”), mereceria tempo e dedicação maiores. A própria proposta da Missão Continental recorda esta necessidade ainda longe de ser satisfeita: a de a Igreja Católica ganhar um rosto mais missionário, mais engajado no meio dos pobres. A busca de dar acolhida mais ampla aos migrantes vai nessa direção. Talvez fosse o caso de lembrar como a tradição cristã apresenta a experiência de Deus não apenas como algo que se realiza na “casa”, onde se reúne a comunidade, mas também no “caminho”, na “itinerância” (BOSCH, 2009, p. 48ss). As polaridades dialéticas “casa” e “caminho”; “comunidade estável” e “itinerância”; “estrutura paroquial” e “missão” poderiam ajudar a Igreja a relativizar o peso da estrutura paroquial na constituição da Igreja, relacionando-a com a necessidade da prática missionária além-fronteiras. Na verdade, como o documento 104 já sinaliza, ao falar da paróquia como “estação”, ela só tem sentido como lugar de partida e chegada, que envia e acolhe, onde se pode partilhar as experiências feitas no “caminho” e receber o apoio para os desafios a serem enfrentados. Algo que uma oração proposta para a Semana do Migrante de 2013 exprime muito bem:

Que o Deus Itinerante,

Caminhe à tua frente para te guiar, dar confiança, mostrar o rumo e renovar a esperança na concretização do Reino e sua justiça!

Caminhe atrás de ti para te empurrar, escutar, inquietar, questionar!

Caminhe ao teu lado para te acompanhar, alegrar e fazer sentir sua presença!

Caminhe abaixo de ti para te sustentar, fortalecer e dar coragem, firmeza e segurança!

Caminhe dentro de ti para te fazer sentir seu perdão, sua paz, sua liberdade, seu caminho e seu amor sem condições!

O Deus Itinerante, que é Pai, Filho e Espírito Santo te abençoe.

Amém.

Notas

1 - Este texto é uma versão mais elaborada de uma contribuição anteriormente feita ao tema central da 51ª Assembleia Geral da CNBB: “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”. O resultado final do trabalho feito pelos Bispos em Assembleia resultou no documento nº 104, da série Estudos da CNBB, publicado pelas Edições CNBB, em maio de 2013. Para uma primeira abordagem do território e a pastoral do migrante, cf. DORNELAS, 2007.

2 - O tema da paróquia missionária se reporta ainda a experimentações pastorais anteriores ao Concílio Vaticano II, quando desde já se buscavam formas de dinamizar sua ação pastoral paroquial. Cf. RAMOS, 2001; BLEUZEN, 2004. Como exemplo de como essa temática tem ganhado destaque nas preocupações atuais da Igreja, cf. PEREIRA, 2012; MIKUSKA, 2012.

3 - As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE 2011-2015) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na continuidade do Documento de Aparecida, colocou essa proposta como uma de suas cinco urgências: “Igreja: comunidade de comunidades”. Concretizá-la numa proposta de renovação paroquial foi o objeto do tema central debatido na Assembleia Geral ocorrida em abril de 2013.

4 - Esta temática, sobre a instituição Igreja, que encontra nos padres seus representantes “oficiais”, contraposta aos leigos e suas novas organizações religiosas, cada vez mais autônomas, desafiando a autoridade e legitimidade do clero, assim como o longo debate sobre a estrutura ministerial da Igreja, mereceria uma atenção que escapa ao escopo deste artigo.

5 - Para maiores referências sobre os serviços, entidades e organização da Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz, cf. <http://www.missaonspaz.org/>.

Referências

BLEUZEN, Brigitte. L’engagement social catholique em banlieue: l’exemple des fils de Charité. In: *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 96, p. 25-33, 2004. Disponível em: <http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/IMG/pdf/Bleuzen_ARU-96.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2013.

BOSCH, David J. *Missão Transformadora: mudanças no paradigma na Teologia da Missão*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 3ª. ed., 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Código de Direito Canônico*. São Paulo: Ed. Loyola, 1983.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011-2015* (DGAE). Brasília: Ed. CNBB, 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. Brasília: Ed. CNBB, 2013.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida* (DAP): Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília/São Paulo: Ed. CNBB/PAULUS/PAULINAS, 2008.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Itinerário da Missão Continental*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.

DORNELAS, Sidnei Marco. Questões teológico-pastorais sobre a hospitalidade aos migrantes. In: *Travessia*, São Paulo, ano XX, n. 57, p. 14-19, jan./abr. 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Conferência realizada em Porto Alegre em 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: *etc, espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica*, v. 1, nº 2(4), 15 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

- MIKUSKA, Gelson Luiz. *Por uma paróquia missionária à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2012.
- PEREIRA, José Carlos. *Paróquia Missionária à luz do documento de Aparecida: procedimentos fundamentais*. Brasília: Ed. CNBB, 2012.
- RAMOS, Julio A. *Teologia Pastoral*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.
- SOUZA, Edevaldo A. e PEDON, Nelson R. Território e Identidade. In: *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*, v. 1, n.º 6, ano 4, nov. 2007. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS._e_NelsonP..pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.

RESUMO

Tendo presente o esforço da Igreja Católica no continente latino-americano em renovar-se pastoralmente, este trabalho busca refletir sobre um aspecto fundamental em sua configuração missionária: o território da paróquia. Apresenta-se o modo como o território vem sendo concebido no horizonte desse processo de renovação da ação evangelizadora, trazendo à luz alguns pontos de sua problemática, tais como debatidos no campo da geografia e da sociologia. Com este referencial, colocam-se as questões atuais vividas concretamente neste processo de renovação da paróquia, tendo em vista uma ação mais “missionária”. No interior deste debate ganha destaque o lugar ocupado pelas pastorais da mobilidade humana, como instância de questionamentos, mas também como oportunidade real de experimentação missionária, sobretudo no espaço urbano.

Palavras-chave: pastoral do migrante; teologia pastoral; sociologia religiosa.

ABSTRACT

Aware of the Catholic Church efforts in Latin America in pastorally self renewing, this article searches to think about a basic aspect of its missionary configuration: the parish territory. It represents the way how the territory has been conceived in the view of this renewal process of evangelization action, bringing to light some points of its problematic, as debated in the fields of geography and sociology. Based on this referential currently lived present questions about parish renewal are placed, aiming to have a more intense “missionary” action. In the middle of this debate the place occupied by the human mobility pastorals shows importance, as an issue of questioning, as well as a real opportunity of missionary experimentation, mainly at the urban space.

Keywords: migrant pastoral; theology pastoral; religious sociology.

Dicotomías, identificaciones y migraciones en las Américas

*Leonir Mario Chiarello **

La construcción de la identidad americana ha estado determinada por rasgos dicotómicos que comienzan con la asimetría de poder presente en el encuentro entre los colonizadores ingleses y españoles y las poblaciones autóctonas. En este encuentro los colonizadores se impusieron sobre los autóctonos tanto a nivel político, económico y militar, como también cultural. Asfixiada desde entonces por el poder colonial español y, posteriormente, por el neocolonialismo estadounidense, América Latina ha intentado narrarse a sí misma desde distintos parámetros, pero generalmente ha caído en la perspectiva dicotómica heredada de europeos y norteamericanos que evidencia las diferencias entre el Norte desarrollado y rico y el Sur atrasado y pobre.

Este artículo pretende responder a la cuestión referente al rol de las migraciones en identificaciones dicotómicas entre América del Norte y del Sur. ¿En qué medida las migraciones influyeron estas identificaciones dicotómicas? Nuestra hipótesis sostiene que las migraciones internacionales fueron, y siguen siendo, factores, y al mismo tiempo consecuencia, de tales narrativas dicotómicas, más que las diferencias reales entre las dos partes del continente americano. El objetivo de nuestro estudio es investigar sobre la interacción existente entre la construcción de imaginarios, que se traducen en narrativas sobre la identidad cultural norteamericana o latinoamericana, y los flujos migratorios.

El artículo concentra su análisis en las inmigraciones europeas masivas que ingresaron en el continente americano desde fines del siglo XIX y en las actuales emigraciones masivas de latinoamericanos hacia Estados Unidos y Europa. Su

* *Director Ejecutivo Scalabrini International Migration Network (SIMN).*

desarrollo seguirá tres momentos históricos específicos durante los cuales las migraciones internacionales y las identificaciones dicotómicas interactuaron en forma más evidente: a) fines del siglo XIX e inicios del XX, momento de las grandes olas migratorias europeas hacia el continente americano, b) siglo XX, cuando Estados Unidos asciende como potencia mundial y se convierte en el nuevo “Norte” de la migración Sur-Norte, y c) el actual contexto de globalización en el que los inmigrantes latinoamericanos residentes en Estados Unidos son percibidos como una amenaza para la seguridad nacional y la identidad cultural.

La identificación dicotómica entre América del Norte y América del Sur y las inmigraciones masivas a fines del siglo XIX e inicios del XX

El origen de la identificación dicotómica entre América del Sur y América del Norte se remonta a las rivalidades imperialistas entre la dinastía inglesa de los Tudor y la española de los Habsburgo, coronas que emprendieron la exploración y expansión colonial en el Continente Americano. Estas rivalidades, en un principio religiosas, permearon también las esferas política, económica, social y cultural, hasta el punto de convertirse en amplias narrativas que asemejaron el protestantismo inglés del Norte con riqueza, industria, progreso y liberalismo, y al catolicismo español del Sur con pobreza, agricultura, estancamiento y conservadurismo¹.

Estas identificaciones antagónicas entre el Norte Anglo y el Sur Latino se acentuaron y consolidaron con los procesos de independencia de las colonias españolas, inglesas, portuguesa y francesas del Continente Americano entre 1776 y 1830, y la constitución de diferentes Estados-nación cuyos fines y metodologías se distinguieron diametralmente (ELLIOT, 2006). Las élites latinoamericanas adoptaron los ideales del liberalismo inglés, del racionalismo alemán y del iluminismo, además de los ideales de la revolución francesa, que defendía la voluntad soberana de la mayoría, y del positivismo francés, que proponía el rol central del Estado en la promoción de la modernización y el progreso de los países. Desde esta perspectiva, se constituyeron Estados fundados en un republicanismo autoritario, cuyo fin era garantizar la independencia de la dominación colonial y, al mismo tiempo, promover la modernización, el “orden y progreso” de los países integrados por poblaciones consideradas como “bárbaras”. A diferencia de lo sucedido en América Latina, para las élites de Estados Unidos la independencia promovida por la revolución americana no fue un fin en sí mismo sino un medio para proteger los derechos individuales y limitar la capacidad de los Estados para avasallarlos (PETERSON, 1989). Desde esta perspectiva, además de desplazar a los países europeos, y especialmente a Inglaterra, España y Francia, de su influencia en la región apoyando los procesos de independencia de México del dominio español y, posteriormente, del dominio francés, Estados Unidos promovió los valores de la revolución americana, basada en la protección de

las libertades y los derechos individuales, y la doctrina del *panamericanismo*, conocida también como doctrina Monroe, que reivindicaba “*América para los Americanos*” y promulgaba la unidad panamericana contra Europa (SEXTON, 2011). A pesar de su grandilocuencia, el proyecto de unidad del continente americano no se convirtió en realidad, porque el objetivo de Estados Unidos a través del panamericanismo era promover sus intereses geopolíticos en el continente contra el dominio colonial español y neo-colonial francés (MIGNOLO, 2005, p. 51-94).

Coincidió con este periodo del panamericanismo la promoción que Europa hizo de América como “*tierra de promisión*” para los millones de europeos que buscaban huir de la pobreza y el hambre producidas por la revolución industrial. En este contexto, los antagonismos entre América del Sur y del Norte se diluyeron, aunque sólo a nivel discursivo, y se fundieron bajo el mito de “*hacer América*”, independientemente de que fuera América del Norte o del Sur. De esta forma, millones de europeos cruzaron el Atlántico para instalarse en el continente americano: Estados Unidos recibió el mayor número de inmigrantes, especialmente anglosajones (irlandeses e ingleses), y los países del Cono Sur a europeos del mundo latino, italianos en su gran mayoría. La década de 1880-1890 fue caracterizada por el máximo absoluto de este flujo migratorio, cuando Estados Unidos recibió 15 millones de inmigrantes europeos, Canadá, dos, Argentina, tres, y Brasil 2,8 millones (SANTILLO, 1994).

La percepción de estos inmigrantes fue positiva tanto en los países emisores como en los receptores. En Europa la emigración fue considerada como “*válvula de escape*” de los problemas sociales provocados por la revolución industrial, y en el continente americano, especialmente América del Sur, la inmigración constituyó la posibilidad de importar ideas y costumbres modernas que permitirían modernizar y desarrollar sus propios países. Desde esta perspectiva, la mayoría de los países sudamericanos, entre los cuales destacan Argentina, Brasil, Uruguay, Venezuela, Chile y México (MÁRMORA, 1997), adoptaron políticas estatales específicas de promoción de la inmigración europea.

En este contexto, las élites, así como los intelectuales y académicos sudamericanos, además de apoyar la inmigración europea como forma de reemplazar el legado cultural colonial indo-ibérico, reprodujeron los imaginarios desarrollados por la racionalidad científica europea de la época, iluminista y positivista, sobre el *estado salvaje, primitivo y de barbarie* que debía ser erradicado de América Latina y pusieron sus esperanzas en soluciones europeas o norteamericanas. Hegel, Marx y Engels, por ejemplo, coincidían en señalar el carácter irracional e inferior de los latinoamericanos, lo cual justificaba la necesidad de la tutela europea o norteamericana sobre las nuevas repúblicas independientes (LARRAÍN, 1994, p. 41-44). Bajo esta perspectiva se desarrollaron las narraciones positivistas autóctonas en América Latina que coincidían con las provenientes de Europa: todas ellas concordaban en la superposición del patrón cultural europeo y las visiones despreciativas de la herencia *salvaje y bárbara*

de la población local. Algunas expresiones de estas narrativas fueron las del argentino Domingo Faustino Sarmiento, que contraponía la raza blanca europea como civilización y los indo-mestizos como barbarie; el peruano Javier Prado, que presentaba la inferioridad de la raza latinoamericana como el principal obstáculo para el progreso; el boliviano Alcides Arguedas, que culpaba a los indios del subdesarrollo del país; o la del brasileño Euclides da Cunha, que consideraba a los mestizos como inferiores a los europeos civilizados, por citar algunos ejemplos (GISSI, 1982). Por otra parte, otras narrativas disidentes dentro de las élites criollas, como la del chileno Francisco Bilbao, el argentino Carlos Calvo o el colombiano José María Torres Gaicedo, se concentraron en la descripción del antagonismo entre el panamericanismo de América del Norte y la necesaria unión de los países de América del Sur, en sintonía con los ideales liberales franceses y en contraposición con la herencia colonial española y portuguesa. En este sentido, la inmigración europea y las narrativas eurocéntricas se convirtieron en instrumentos para proponer la modernización de América Latina (MIGNOLO, 2005, p. 67-72).

El “Nuevo” Norte: el ascenso de Estados Unidos como potencia y la migración Sur-Norte

El proceso masivo de inmigración europea hacia América Latina se interrumpió durante la depresión económica de la década de 1930 y el período entre las dos guerras mundiales. Estos años se caracterizaron por un retroceso en los procesos de liberalización e integración comercial, así como por un incremento en los niveles de proteccionismo de las economías, repercutiendo en la agudización del antagonismo Norte-Sur. Como reacción a este contexto y con el objetivo de proteger su mano de obra nacional, los países latinoamericanos cerraron las puertas a la inmigración e implementaron políticas restrictivas, provocando el agotamiento indeclinable de las inmigraciones europeas (CEPAL, 2006, p. 23-24).

En este contexto, surgieron las narrativas latinoamericanas críticas al racionalismo europeo. En un primer momento esta tendencia se manifestó en el movimiento *indigenista*, integrado por políticos, literatos, antropólogos, periodistas y artistas, que proponía el rescate de las raíces originales de la identidad indígena latinoamericana. Estas narrativas, que florecieron principalmente en México y Perú por el peso de las civilizaciones azteca e inca y la fuerte composición indígena de sus poblaciones, se basaban en una visión ingenua y romántica de las civilizaciones precolombinas como sociedades idílicas. En un segundo momento, numerosos ensayistas extranjeros y latinoamericanos buscaron identificar las peculiaridades de la identidad latinoamericana, destacando el carácter pesimista de tal identidad. Martínez Estrada, por ejemplo, sostenía que el resentimiento era la mejor expresión del carácter latinoamericano, mientras Octavio Paz mantenía que lo eran el vacío y el resentimiento profundo y Arguedas insistía que lo era

la duplicidad. Si bien constituyeron propuestas alternativas sobre la identidad latinoamericana, el indigenismo y las versiones pesimistas acerca del carácter resentido y doble de los latinoamericanos nunca llegaron a ser dominantes ni ampliamente aceptadas. El límite de ambas perspectivas fue la visión esencialista con la cual pretendían definir el carácter latinoamericano, como si fuera inmutable en el tiempo, y su falta de confianza en la capacidad latinoamericana para asimilar el modelo europeo de cultura racionalista (LARRAÍN, 1994, p. 44-46).

Después de la Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos ascendió como nueva potencia económica, política y militar mundial, y Europa, reconstruida y unificada, prosperó económicamente, convirtiéndose ambos en los polos de mayor atracción de mano de obra y en el nuevo “Norte” para millones de personas que emigraron en forma masiva desde los países del Sur del mundo, incluyendo América Latina. De receptora de inmigración europea, América Latina se convirtió en una de las regiones con los índices más altos del mundo de emigración hacia Estados Unidos y Europa. De conformidad con los datos del Censo de 2000, por ejemplo, cerca de 26,6 millones de personas nacidas en América Latina y el Caribe vivían fuera de sus respectivos países, lo que representaba el 4 por ciento de su población (MIRKIN, 2011, p. 24). En este contexto, la inmigración latinoamericana fue tolerada por Estados Unidos en la medida en que sirvió sus intereses. Ejemplos de ello son el programa *braceros* entre Estados Unidos y México, mediante el cual cerca de 200 mil migrantes mexicanos ingresaron anual y temporalmente en Estados Unidos entre 1942 y 1964, o el programa de acogida a los disidentes cubanos que escapaban del régimen socialista (DURAND; MASSEY and ZENTENO, 2001, p. 110-111). En este escenario, Estados Unidos se convirtió en el nuevo Norte de las migraciones, y las diferencias radicales entre Norteamérica y Suramérica fueron descritas, desde entonces, usando las categorías desarrollo-subdesarrollo, primer mundo y tercer mundo (BUFFINGTON and CAIMARI, 2009, p. 515-560).

En este nuevo contexto internacional controlado por Estados Unidos, en América Latina surgieron distintas narrativas, opuestas incluso al poderío norteamericano, pero aplicando ideas provenientes de Europa y de Estados Unidos. En la década de 1950, bajo la influencia de la sociología norteamericana y del éxito de la modernización e industrialización de Europa y Norteamérica, se adoptaron las teorías desarrollistas propuestas por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), que contemplaban la intervención directa del Estado para promover modernización e industrialización. Ante el fracaso de este modelo de modernización capitalista, a fines de los años 1960 y durante la década de 1970, aparecieron la teoría de la dependencia de América Latina respecto del imperialismo norteamericano, y los proyectos socialistas. A finales de los años 1970 y en la década de 1980, con el colapso de los sueños socialistas y la ola de dictaduras militares en América Latina se desarrollaron teorías conservadoras y neoliberales de libre mercado, que se consolidaron con el proceso de globalización (LARRAÍN, 1994, p. 47-48).

En este contexto de fracasos continuos, los politólogos, sociólogos y otros estudiosos sociales críticos en América Latina iniciaron un proceso de desconstrucción radical de la racionalidad instrumental occidental y de revaluación de la identidad cultural supuestamente original de América Latina, en tres direcciones diferentes: a) el regreso a los principios culturales indígenas, que habían sido olvidados por la razón instrumental y los intentos modernizadores neoliberales, como sostenían, por ejemplo, Eduardo Galeano, Luis Guillermo Lumbreras y Aníbal Quijano; b) la síntesis cultural o mestizaje entre indios y españoles, cuya máxima expresión es la religiosidad popular, como afirmaba Pedro Morandé; y c) el posmodernismo, que proponía el abandono de los discursos totalizantes del racionalismo occidental modernista y el reconocimiento de la pluralidad cultural en América Latina, sostenido por David Harvey. El gran límite de estas narrativas fue, de nuevo, su perspectiva esencialista de la identidad cultural latinoamericana, considerada como una identidad inalterable, ya fuera indígena, mestiza o con diferentes elementos culturales (LARRAÍN, 1994, p. 49-57).

La globalización y la migración Sur-Norte: “*el Norte se vuelve Sur*”

La caída del muro de Berlín en 1989 consolidó el poder hegemónico de Estados Unidos a nivel mundial y el triunfo del capitalismo como único modelo socio-económico. Con este triunfo el capitalismo se expandió a nivel global y repercutió en la apertura de las fronteras para el intercambio de bienes, capitales, servicios, tecnología y, en teoría, mano de obra. Sin embargo, la integración global del mercado de trabajo siempre ha estado rezagada en comparación con la de bienes y capitales a causa de políticas migratorias restrictivas implementadas especialmente por los países receptores de migrantes, como la Unión Europea y los Estados Unidos. Pese a estas políticas restrictivas, las migraciones internacionales se han incrementado en forma sostenida a partir de la década de 1980.

En el caso particular de América Latina, la apertura del mercado de bienes y capitales no ha generado los efectos económicos esperados. Al contrario, la globalización ha tenido efectos adversos en la región, deteriorando gran parte de las economías nacionales, segmentando y precarizando el mercado laboral, aumentando la inequidad social y la pobreza, y elevando los niveles de violencia. Estos factores, sumados a las repercusiones de la crisis de la deuda externa, las guerras civiles, los conflictos armados y las dictaduras militares de las décadas de 1980 y 1990 y, en la última década, el incremento de la violencia, el crimen organizado y el tráfico de drogas, han generado flujos masivos de emigración desde el Sur del continente hacia Estados Unidos, los cuales representan un punto de inflexión en la inmigración latina hacia este país que algunos autores definen como la “*latinización*” o “*hispanización*” de los Estados Unidos (HUNTINGTON, 2004, p. 30-45). Entre 1990 y 2000, por ejemplo, de los 11 millones de inmigrantes que ingresaron en Estados Unidos, 4,6 millones eran

latinoamericanos. De acuerdo con las cifras de los Censos estadounidenses de 2000 y 2010, la población de origen hispano o latino creció de 35,3 millones, que representaban el 12,5 por ciento de los 281,4 millones de habitantes en 2000, a 50,5 millones, incluyendo los inmigrantes y sus descendientes, constituyendo así el 16 por ciento de los 308,7 millones de habitantes en 2010, y convirtiéndose en el primer grupo minoritario del país superando a los afroamericanos que representan el 12,6 por ciento de la población (UNITED STATES CENSUS BUREAU, 2011, p. 2).

Las cifras anteriores han dado pie a que las migraciones hayan vuelto a ser utilizadas, esta vez en Estados Unidos, por élites políticas y sociales y en las narrativas relacionadas con la identidad cultural para manifestar la preocupación de que el “*Norte se está volviendo Sur*”². El incremento de la inmigración latinoamericana en Estados Unidos ha sido interpretado como un fenómeno de *latinización* asociado a la irregularidad migratoria, los bajos niveles educativos y el abuso por parte de los migrantes del sistema de seguridad social, constituyendo una amenaza económica, social y política para el país. El rápido incremento demográfico de la población latina en Estados Unidos ha prendido alarmas y estereotipos negativos, como los sostenidos por Samuel Huntington al afirmar que la llegada masiva de latinos, en su mayoría irregulares, constituye una amenaza tanto para la *seguridad nacional*, la soberanía territorial y fronteriza del país, como para la *seguridad societal*, entendida como la habilidad del pueblo estadounidense para preservar su cultura, instituciones y estilo de vida (HUNTINGTON, 2005, p. 221-256).

En sintonía con estas narrativas que instigan la tensión social y el rechazo hacia los hispanos, ciertos proyectos políticos como el *Tea Party*, con un fuerte contenido patriótico y anti-inmigración, contribuyen hoy a la defensa de una versión esencialista de la identidad norteamericana en cuanto anglosajona y protestante, versus la identificación amenazante y estigmatizada de los latinos, considerados como invasores incivilizados. En este sentido, la dicotomía Norteamérica-Suramérica asociada a las migraciones de fines del siglo XIX e inicios del siglo XX resurge, ahora, con una visión negativa de los migrantes, vistos no como constructores de modernidad sino como una amenaza para el proceso de modernidad norteamericana.

A pesar de la fuerza de esta dicotomía histórica entre Norteamérica y Suramérica, las estadísticas evidencian una realidad inmigratoria bastante distinta a la que las narrativas grafican. Más de la mitad de los inmigrantes latinos residentes en Estados Unidos, por ejemplo, cuenta con escolaridad secundaria completa o superior, en contraste con la afirmación de Huntington que los migrantes latinos no tienen educación (LOWELL, 2003). Por otro lado, recientes estudios del Departamento de Sociología de la Universidad de Princeton revelan que el gran flujo de inmigración irregular mexicana se ha detenido, constituyendo un histórico punto de inflexión en la larga y tensa historia migratoria México-Estados Unidos de los últimos sesenta años³. Estos datos evidencian que el

imaginario colectivo estadounidense está hoy alimentado por ideas que poco tienen que ver con la realidad, y que el inmigrante hispano se ha convertido en el chivo expiatorio que determinados sectores conservadores instrumentalizan para defender sus intereses en un período en que el país enfrenta una gran crisis financiera y la amenaza del terrorismo internacional.

Mientras en Estados Unidos se desarrollan estas narrativas estigmatizadoras de la inmigración latinoamericana como amenaza para la identidad nacional norteamericana y en Europa surgen narrativas sobre la identidad incierta que provoca la presencia de los inmigrantes, en América Latina, considerando que los flujos de migrantes salen de la región, se adoptan narrativas sobre la pérdida de capital humano, la necesidad de proteger los derechos humanos de los migrantes y de promover políticas migratorias a nivel interregional, pero sin una relación específica con la identidad de las migraciones internacionales (SPELLMAN, 2008, p.61-88).

Conclusiones

Las diferencias de nivel de desarrollo, industrialización y calidad de vida de sus habitantes entre el Norte y el Sur del continente americano son innegables. Sin embargo, la manipulación de los patrones de identificación y su asociación con superioridad e inferioridad de identidad cultural por parte de Europa y Estados Unidos a su conveniencia, les ha permitido utilizar las migraciones no sólo como un instrumento más para el desarrollo de sus economías, adoptando fronteras abiertas cuando les ha sido necesario y la fortificación de los muros cuando ya no son útiles, sino como medio para expandir su cultura, considerada civilizadora, o para defender la propia cultura ante la supuesta amenaza de la invasión latinoamericana.

La metáfora del *melting pot*, utilizada al inicio del siglo XX para describir a Estados Unidos como una nación hecha de inmigrantes, en la actualidad revela la vigente tendencia a asimilar los elementos culturales de los blancos y protestantes y rechazar a los demás elementos, entre los cuales se encuentran los latinoamericanos (JACOBY, 2004). Desde esta perspectiva, los inmigrantes latinoamericanos, al ser identificados como inferiores y pobres, deben mantenerse lejos, y por eso no sólo se construyen muros físicos, sino que también se fortalecen las fronteras artificiales y dicotómicas en los imaginarios sociales para poder proteger la propia seguridad nacional y *societal*.

América Latina ha experimentado asimismo cambios en su manera de auto-percibirse. Desde las perspectivas racistas de desprecio de las poblaciones autóctonas hasta las perspectivas indigenistas de resistencia al dominio europeo y norteamericano, pasando por las narrativas que buscan una síntesis cultural reconocida en el proceso de mestizaje de su población, todas ellas corren el riesgo de fijarse en el pasado marcado por la dicotomía entre el Norte desarrollado y el Sur subdesarrollado. La superación de esta dicotomía requiere una concepción

de la identidad cultural entendida como un proceso histórico abierto al futuro, que está en permanente construcción y reconstrucción dentro de nuevas realidades y con nuevos elementos culturales, sociales, económicos, políticos y demográficos. Entre los elementos demográficos se encuentran las migraciones, las cuales se han convertido en un actor clave para el intercambio y el desarrollo de nuevos elementos identitarios.

Notas

- 1 - Para una visión sintética de los orígenes coloniales de la identificación dicotómica entre América del Norte y América del Sur, véase Mignolo (2005, p. 1-50).
- 2 - Para una síntesis de las narrativas sobre el Norte que se vuelve Sur, véase Fraga et al. (2010).
- 3 - Para conocer los detalles de estas conclusiones, véase Cave (2011).

Referencias

- BUFFINGTON, Robert and CAIMARI, Lila. *Keen's Latin American Civilization: History and Society, 1492 to the Present*. Westview Press: Boulder, 2009.
- CAVE, Damien. Better lives for Mexicans: Cut Allure of Going to North. In: *New York Times*, New York, vol. CLX, n° 55.458, p.A8-A9, 2011.
- CEPAL. *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo*. CEPAL: Santiago de Chile, 2006.
- DURAND, Jorge; MASSEY, Douglas and ZENTENO, René. Mexican Immigration to the United States: Continuities and changes. En: *Latin American Research Review*. Vol. 36, nº. 1, p. 107-127, 2001.
- ELLIOT, John. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830*. Yale University Press: New Haven, 2006.
- FRAGA, Luís Ricardo et al. *Latinos Lives in America: Making it Home*. Temple University Press: Philadelphia, 2010.
- GISSI, Jorge. Identidad, carácter social, y cultura latinoamericana. Hacia una psicología social dialéctica en América Latina. En: *Estudios Sociales*, n° 31, p. 141-171, 1982.
- HUNTINGTON, Samuel. The Hispanic Challenge. In: *Foreign Policy*, March-April, p. 30-45, 2004.
- HUNTINGTON, Samuel. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. Simon & Schuster Paperbacks: New York, 2005.
- JACOBY, Tamar (Editor). *Reinventing the Melting Pot: the New Immigrants and What It Means To Be American*. Basic Books: New York, 2004.
- LARRAÍN, Jorge. La identidad latinoamericana. Teoría e Historia. En: *Estudios Públicos*, n° 55, p. 31-64, 1994.
- LOWELL, Lindsay. Skilled Migration Abroad or Human Capital Flight? In: *Migration Information Source*, 2003. Disponible en: <<http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=135>>. Consultado el: 20 agosto 2012.
- MÁRMORA, Lelio. *Las políticas de Migraciones Internacionales*. Alianza Editorial: Buenos Aires, 1997, p. 216-225.
- MIGNOLO, Walter. *The Idea of Latin America*. Blackwell Publishing: Malden, 2005.
- MIRKIN, Barry. *La migración internacional en el Hemisferio Occidental: un estudio exploratorio*. Scalabrini International Migration Network: New York, 2011.
- PETERSON, Robert. A Tale of Two Revolutions: The Success of 1776 and the Failure of 1789. In: *The Freeman: Ideas on Liberty*, vol. 39, nº 8, p. 313-319, 1989.

- SANTILLO, Mario. La migración masiva de los siglos XIX y XX hacia América Latina. En: AUZA, Néstor (Editor). *El éxodo de los Pueblos, Manual de Teología y Pastoral de la Movilidad Humana*. Consejo Episcopal Latinoamericano: Bogotá, 1994, p. 63-80.
- SEXTON, Jay. *The Monroe Doctrine: Empire and Nation in Nineteenth-Century America*. Hill and Wang: New York, 2011.
- SPELLMAN, William. *Uncertain Identity: International Migration Since 1945*. Reaktion Books: London, 2008, p.61-88.
- UNITED STATES CENSUS BUREAU. *The Hispanic Population 2010: Census Briefs*. United States Census Bureau: Washington DC, 2011.

RESUMEN

Este artículo analiza el rol de las migraciones en identificaciones dicotómicas entre América del Norte y América Latina. Considerando las migraciones internacionales como factores y, al mismo tiempo, consecuencia de las narrativas histórico-culturales dicotómicas entre América del Norte y América Latina, el artículo concentra su análisis en tres momentos históricos específicos durante los cuales las migraciones internacionales y las identificaciones dicotómicas interactuaron en forma más evidente: a) fines del siglo XIX, cuando ingresaron significativos contingentes de migrantes europeos al continente americano, b) siglo XX, cuando Estados Unidos se convirtió en el nuevo “Norte” de la migración continental, y c) el periodo actual, en el que los inmigrantes latinoamericanos residentes en Estados Unidos son percibidos como una amenaza para la seguridad nacional y cultural.

Palabras clave: narrativas dicotómicas; identidad cultural; continente americano.

ABSTRACT

This article analyzes the role of migration in dichotomous identifications between North America and Latin America. Considering international migrations as factors and, at the same time, consequences of historic and cultural dichotomous narratives between North America and Latin America, this article focus his analysis on three specific historical periods in which international migrations and dichotomous narratives interacted more evidently: a) the end of the XIX century, when significant contingent of European migrants arrived in the Western Hemisphere, b) the XX century, when United States became the new “North” of continental migration, and c) the current period, when Latin American immigrants in United States are perceived as a threat for national security and cultural security.

Keywords: dichotomous narratives; cultural identity; Western Hemisphere.

A Comunidade Brasileira em Roma

Trinta anos de serviço pastoral entre acolhida e integração

*Francesca Vietti **
*Sérgio Durigon ***

Brasileiros e brasileiras em Roma

Conforme dados do Ministério do Interior italiano, os brasileiros que se encontravam na Itália de forma regular em 31 de dezembro de 2011 perfaziam um total de 48.230. Trata-se de uma população constituída por 73,1% de mulheres e 26,9% de homens. Ao longo dos anos, esta comunidade aumentou consideravelmente, sendo sempre caracterizada por uma maior porcentagem de mulheres. Além disso, trata-se, sobretudo, de uma população adulta: de acordo com os dados do Ministério do Interior, 45,1% têm idade entre 30 e 44 anos, 24,3% entre 8 e 29 anos e 18,9% entre 45 e 64 anos; 44,1% são casados e 45,7% solteiros. É importante lembrar que os menores entre 0 e 14 anos representam 7,6% da coletividade. A maioria dos brasileiros na Itália encontra-se nas seguintes regiões: Lombardia, Lazio, Veneto, Piemonte, Emilia Romagna e Toscana.

Na região do Lazio, registra-se uma fortíssima concentração na província de Roma (88,6%) e uma presença muito baixa nas outras províncias: Viterbo, Latina, Frosinone e Rieti. A maioria dos brasileiros na província de Roma mora na capital, uma porcentagem significativa (25,6%) vive em outros municípios perto de Roma. A maioria dos brasileiros encontra-se na Itália por razões ligadas à família (65,4%), por trabalho dependente (23,4%), por motivos religiosos (4,0%), por trabalho autônomo (2,9%) e por estudo (2,5%).

* *Voluntária e colaboradora junto a organizações italianas e internacionais na área de direitos humanos e migrações.*

** *Missionário scalabriniano brasileiro na Itália, atuou na Missão Latino-Americana da Diocese de Roma, com especial dedicação à comunidade brasileira.*

Os dados oficiais relativos à inserção profissional dos migrantes brasileiros regulares revelam que 71,2% dos trabalhadores brasileiros estão empregados no setor de serviços, 21,6% na indústria e 2,2% na agricultura. As principais áreas profissionais são: informática e serviços a empresas, seguidos por restaurantes e hotéis, obras, serviços domésticos, serviço público, comércio de atacado e varejo, transportes, saúde e assistência social, indústria alimentícia e agricultura. Estes dados não se referem aos migrantes que se encontram em situação irregular na Itália. Pelo que se pode perceber na Comunidade, muitos homens brasileiros que residem de forma irregular são empregados nos setores de obras e de serviços. Trata-se de trabalhos precários, perigosos, muitas vezes sem condições de segurança ou proteção ao trabalhador. Em relação às mulheres irregulares, a maioria está empregada nos serviços de cuidado a idosos ou crianças.

Há que se registrar também um crescimento progressivo de empresários brasileiros na Itália, os quais passaram de 1.054 em 2005, para 2.041 em 2011.

A comunidade *Nossa Senhora Aparecida* de Roma: 30 anos de história

Entre os imigrantes da América Latina que se encontram em Roma, a comunidade brasileira foi a primeira a registrar presença, porém, foi a partir da metade dos anos 1970 que se verificou um maior incremento, com destaque para o grande número de mulheres. Aos poucos, os migrantes foram sentindo a necessidade de se reunir, de celebrar a missa na própria língua, cantar e lembrar os santos aos quais rezavam quando eram crianças no país de origem. Primeiramente foi um grupo de religiosos e religiosas, de diferentes congregações, que começou a se encontrar regularmente. A partir de 16 de setembro de 1981, também os leigos começaram a se encontrar uma vez por mês para a celebração eucarística em português na igreja de Santa Madalena, perto do Pantheon. Os padres Camilianos ofereceram a igreja e uma sala para as reuniões após a Missa e um padre Scalabriniano acompanhava as atividades pastorais.

A celebração eucarística tornou-se, assim, um momento muito importante de agregação da comunidade. Os migrantes se organizaram e formaram pequenos grupos para cuidar da acolhida, das celebrações da comunidade (aniversários), da redação de um jornal (folheto informativo mensal), da cozinha, para organizar passeios, esporte e a animação.

Para a celebração da Missa, a comunidade também se reunia em outras igrejas: em São Pancrácio (padres Carmelitas), no Oratório dos padres Barnabitas (zona Gianicolo), no Colégio Pio Brasileiro (via Aurélia), e na Igreja de Sant'Antônio dos Portugueses.

Em 1989, os padres Redentoristas do Santuário Nacional de Aparecida doaram à comunidade duas imagens da Padroeira do Brasil. A partir desse momento a comunidade se identificou ainda mais com a Mãe Aparecida e passou a se chamar: "Comunidade Brasileira Nossa Senhora Aparecida de Roma". Uma

imagem acompanhava as celebrações da Santa Missa da Comunidade, enquanto a outra percorria as casas, durante uma semana, entre as famílias brasileiras que se reuniam para rezar.

No dia 26 setembro de 1996, a Diocese de Roma erigiu, com um decreto específico, uma estrutura pastoral em vista de um trabalho com os migrantes, a *Missio cum cura animarum* (Missão para o cuidado das almas) para todos os católicos latino-americanos. A missão foi confiada aos missionários de São Carlos/Scalabrinianos.

Neste mesmo ano, ainda quando a comunidade se reunia na Igreja de Sant'Antônio dos Portugueses, foi introduzida a prática da Procissão de Nossa Senhora, durante a qual a imagem é levada num andor decorado para a ocasião. Inicia-se sempre na Praça Navona, sede da Embaixada Brasileira junto ao Estado Italiano, e se dirige até a Igreja onde a Comunidade se reúne atualmente.

Em 2004, a Diocese de Roma designou a Igreja de Santa Maria della Luce, no bairro de Trastevere, como sede da Missão latino-americana. A partir desta data, a Comunidade passou a se reunir todos os domingos nesta igreja para celebrar a Santa Missa e para todas as atividades que organiza junto aos migrantes brasileiros. É também a sede da Associação *Nossa Senhora Aparecida* (Ansa) de Roma.

Em setembro de 2011 a Comunidade festejou seus 30 anos. Este evento envolveu muitas pessoas e contou com a presença e colaboração de representantes diplomáticos em Roma, religiosos e religiosas, bem como de músicos e artistas brasileiros. Os festejos tiveram início com uma feijoada preparada pela comunidade. Uma exposição filatélica da região da Calábria mostrou as "Viagens Apostólicas de João Paulo II" através de selos cunhados em diferentes países latino-americanos, juntamente com uma exposição fotográfica da trajetória da comunidade.

Atividades da comunidade: Acolhida e integração

A celebração eucarística em português tornou-se, há anos, um momento muito importante de oração, encontro e agregação. Partilham-se as esperanças, os medos, as preocupações ligadas ao trabalho, à família, à saúde. Os migrantes encontram, nas pessoas que fazem parte da comunidade, rostos, abraços e palavras que consolam nos momentos difíceis e que acolhem nos momentos de solidão num país novo e estrangeiro. No dia 12 de outubro, celebra-se a festa de Nossa Senhora Aparecida: a imagem de Nossa Senhora Aparecida é levada em procissão. A participação dos brasileiros para a comemoração é muito forte.

Além das celebrações eucarísticas, no primeiro domingo de cada mês, é organizada uma feijoada beneficente, preparada por um grupo de voluntários da comunidade. Depois do almoço, há uma pequena roda de samba.

Todos os sábados, jovens brasileiros e italianos se encontram na comunidade, aprendem a tocar percussões brasileiras, mas, sobretudo, aprendem a importância do grupo e da contribuição de cada integrante para que nasça uma boa música, um bom samba.

Todo último domingo do mês festejam-se na Comunidade os aniversariantes. Celebram-se também datas importantes, como o dia da mulher, dia do religioso e a festa junina. Organizam-se, ademais, visitas a lugares de interesse religioso, artístico e cultural, e em janeiro organiza-se um passeio na neve.

Os momentos de partilha, encontro e diversão tornam-se importantes para que os migrantes, que deixaram a família no Brasil, possam reconstruir laços de amizade e sentir-se parte de uma família maior no país onde estão morando. Apesar de haver uma grande participação nas atividades organizadas pela comunidade, nem todos os migrantes brasileiros a frequentam, alguns por morarem longe, outros por trabalharem nos finais de semana e feriados, outros ainda porque participam de outras igrejas.

Na comunidade também funciona um Centro de Acolhida. Para ele se dirigem, sobretudo, as mulheres que procuram trabalho ou enfrentam problemas econômicos. Muitos são beneficiados com a distribuição de comida e com o serviço de acolhida e acompanhamento oferecido pela Secretaria do Centro de Acolhida.

O Centro de Acolhida da Missão Latino-Americana recebe muitos migrantes, sobretudo pessoas entre 25 e 50 anos de idade, que deixaram o Brasil, sobretudo por razões econômicas. Há variedade na qualificação profissional, mas existe uma prevalência de migrantes que não acabaram os estudos. Muitas mulheres vão ao Centro de Acolhida com a expectativa de encontrar trabalho na área do cuidado de pessoas (doentes, crianças, idosos) ou no trabalho doméstico. Para essas, as maiores dificuldades para a inserção no mundo do trabalho recaem sobre o escasso conhecimento da língua, a falta de permissão de residência e a pouca formação.

Para responder às necessidades de trabalho dos migrantes da missão latino-americana, foram organizados vários cursos de formação, para melhorar suas habilidades e viabilizar a integração profissional. Trata-se de cursos gratuitos, ministrados por voluntários e realizados em parceria com outras instituições, como o curso de italiano (níveis A1 e A2) e de educação cívica, muito importantes para a integração dos migrantes, sobretudo depois da nova permissão de residência por pontos.

Com o objetivo de melhorar as competências dos migrantes, foram organizados também cursos de informática, francês e inglês (importantes para empregos no setor turístico e em empresas), e os cursos de psicologia das pessoas idosas e de reflexo-terapia, importantes para os numerosos migrantes latino-americanos que trabalham na assistência a pessoas idosas.

Ser mulher migrante: a vulnerabilidade e os passos para frente

Depois das dificuldades encontradas por muitas migrantes, decidiu-se instituir o serviço pastoral da mulher, para combater e, ao mesmo tempo, prevenir as várias formas de discriminação e violência que elas encontram nos âmbitos econômico, social, familiar e do trabalho. Organizam-se vários encontros com médicos, advogados, psicólogos e outros profissionais para discutir e esclarecer dúvidas em relação à saúde, segurança social, permissão de residência, contrato

de trabalho, violência, assédio moral, divórcio e aos seus direitos em relação à tutela dos filhos. Duas religiosas brasileiras, uma das quais psicóloga, estão disponíveis na comunidade para consultas nesta área.

No Centro também há distribuição de alimentos, fruto de um convênio entre o Banco Alimentar de Roma e a Missão Latino-Americana. No último ano constatamos que se dirigiram à Missão em busca de ajuda, mulheres e homens que se encontravam em precária condição de trabalho, por dependerem de contratos que podem ser rescindidos a qualquer momento, como, por exemplo, nos casos de morte das pessoas idosas das quais tomavam conta.

Neste momento de crise econômica, é difícil encontrar um novo trabalho em pouco tempo. E as condições de trabalho são ainda mais precárias no caso de migrantes irregulares, porque estão mais expostos à exploração laboral ou sexual, exploração que, em ambos os casos, se realiza no âmbito privado e, portanto, não é objeto de controle por parte da polícia. Além disso, os migrantes irregulares têm medo das autoridades e das instituições; dificilmente denunciam o empregador por não receberem o salário combinado ou por serem vítimas de discriminação ou violência. A exploração e a violação dos direitos podem ser muito sutis, difíceis de identificar. Pode ocorrer também que uma pessoa em estado de vulnerabilidade tenha medo de exigir seus direitos trabalhistas. Isto se constata, sobretudo, nos casos de mulheres em estado migratório irregular ou de outras que têm forte senso de gratidão, associado ao medo em relação aos empregadores que as ajudaram a regularizar a própria situação legal ou que lhes permitiram trazer os filhos do Brasil. Outrossim, por estarem sem contrato formal de trabalho, a não reclamação de direitos e o medo frente às instituições é algo que se constata também entre os homens que trabalham, por exemplo, no setor da construção ou no âmbito doméstico cuidando de doentes e pessoas idosas.

A vulnerabilidade é maior no caso de mulheres que moram e dormem na mesma casa onde trabalham, cuidando de crianças ou de pessoas idosas. Por causa da crise atual, muitas mulheres que têm marido e família na Itália, embora jamais tivessem pensado em exercer tal modalidade de trabalho, acabaram por aceitar esta eventualidade por falta de outras oportunidades. As mulheres têm pouco tempo livre para si, para descansar, para se reunir com outras amigas, porque o empregador quer que elas estejam à disposição para cada necessidade. Outra dificuldade surge quando o migrante trabalha fora de Roma, pois embora tenha algumas horas livres por dia, não lhe é possível voltar para Roma e, desta forma, o trabalhador retorna apenas uma vez por semana para ver a família. Surge, assim, a curiosa situação de mulheres que deixaram a própria família no Brasil, formaram outra na Itália e agora a deixam para cuidar de uma terceira.

O Centro de Acolhida, através da Pastoral da Mulher, procura ser uma ajuda para que as mulheres entendam que não estão sozinhas e que podem contar com a comunidade para mudar a sua situação. Neste sentido, a Pastoral da Mulher é um importante espaço para que possam partilhar suas experiências, seus medos e para aprender que são portadoras de direitos e não só de deveres.

A pastoral carcerária

Praticamente desde o início da missão, o capelão da comunidade latino-americana, juntamente com alguns voluntários, tem visitado regularmente os detidos na prisão de Regina Coeli, através de um acordo com a direção do presídio. Durante as visitas realizam-se atividades formativas e religiosas, sobretudo em língua espanhola.

Nos últimos anos, porém, surgiu a necessidade de se instituir um serviço específico para os presos brasileiros, em sua própria língua. Formou-se, então, o grupo dos 'Voluntários do Consulado brasileiro' que, junto com o capelão da comunidade brasileira, visitam regularmente os presídios Regina Coeli, Rebibbia e Civitavecchia. As visitas do grupo representam um momento muito importante para os detentos. Muitos brasileiros não têm nem família, nem amigos na Itália, por isso, o grupo de voluntários torna-se um ponto de referência que acolhe e busca respostas às necessidades apresentadas por eles.

A caminho de uma migração de retorno?

No último ano, na comunidade brasileira em Roma, assistiu-se a muitos casos de mulheres, homens e núcleos familiares que decidiram voltar ao Brasil por causa da crise econômica e da precariedade laboral na Itália. Nesta fase de crescimento econômico do Brasil, eles consideram o próprio país como o lugar mais adequado para poder encontrar um emprego bem remunerado e, em alguns casos, investir os rendimentos conseguidos na Itália, além de poder, evidentemente, ficar próximo aos seus. Trata-se de pessoas que levam consigo muitas experiências laborais realizadas no exterior, o conhecimento de uma nova língua, o contato com uma cultura diferente, fatores que podem influir positivamente na inserção profissional no Brasil. É necessário observar esta tendência na comunidade brasileira de Roma para verificar se representa um fenômeno momentâneo ou de natureza mais estrutural.

Além disso, seria interessante aprofundar a relação entre o crescimento econômico do Brasil e o possível incremento de cidadãos italianos que migram para lá por razões ligadas ao trabalho ou ao estudo. Dados do Relatório Istat 'Migrazioni internazionali e interne della popolazione residente', publicado em 28 de dezembro de 2012, revelam que o Brasil já é, depois dos Estados Unidos, o país não europeu que recebe o maior número de cidadãos italianos que deixam o país por razões ligadas ao estudo.

Existe um laço muito estreito entre o Brasil e a Itália e, atualmente, percebe-se um interesse muito forte pela cultura brasileira, como demonstra a ampla participação de italianos em cursos de língua portuguesa e em cursos de música, percussões brasileiras, capoeira, oferecidos por artistas brasileiros na cidade de Roma.

TRAVESSIA agora também ON LINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(2 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do novo e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.missaonspaz.org

Ano XXI N° 40 – jan./jun. – 2013

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

Migração
e saúde



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Sumário

(REMHU, nº 40, Janeiro-Junho/2013)

EDITORIAL

“MIGRAÇÃO E SAÚDE”

Le politiche per la tutela della salute dei migranti: Il contesto europeo e il caso Italia
Alessandro Rinaldi, Giulia Civitelli, Maurizio Marceca e Lorenzo Paglione

Inmigración, sanidad, crisis económica y politización de la inmigración en España
Francisco Javier Moreno Fuentes e Simaia de Figueiredo Ferreira

Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal
Beatriz Padilla

A resiliência da saúde migrante: itinerários terapêuticos plurais e transnacionais
Cláudia de Freitas e Álvaro Mendes

Un abordaje comparativo en torno a la incidencia de la tuberculosis en inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo
Alejandro Goldberg

A construção de uma clínica psicanalítica para migrantes
Taeco Toma Carignato

Condições de saúde do emigrante no retorno para sua terra natal
Sueli Siqueira e Marcelo Henrique Santos

Migração involuntária como fator de risco à saúde mental
Lucienne Martins-Borges

Health Profile of Brazilian Mothers in Massachusetts in the Twenty-First Century
Carlos Eduardo Gomes Siqueira, Teresa Roberts e Fernanda Lucchese

ARTIGOS

Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho
Delia Dutra

Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010
Antônio Tadeu Oliveira

Mi nombre es nadie y nadie me llaman todos... Sobre la identidad del inmigrante
Fedra Cuestas

Noções de solidariedade e responsabilidade no campo da cooperação internacional para a proteção de refugiados
Paulo Ricardo Muller

Normas para apresentação de textos

Travessia – Revista do Migrante deixou de ser monotemática e os artigos podem ser enviados a qualquer momento.

Tamanho: 400 linhas, fonte *times new roman*, tamanho 12, com breve resumo e três palavras-chave (em inglês e português ou espanhol). A *Travessia* publica textos em espanhol.

No título, não colocar nota, e para a identificação do autor, utilizar asterisco; quando houver mais de um autor, a revista respeitará a ordem constante no texto recebido.

Não transformar em nota o que é fonte bibliográfica, inserir no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação).

Nas referências bibliográficas, relacionar apenas as fontes citadas no artigo, em ordem alfabética e se houver repetição de um mesmo autor, obedecer a ordem cronológica.

Seguir as normas da ABNT, destacando os títulos em itálico; no caso de artigos em revistas, fazer constar: local, volume, número, páginas, mês, ano (nesta ordem). Na citação de fonte eletrônica, colocar o endereço entre <....> e a data de acesso.

Os textos devem ser inéditos e seu envio implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Travessia*; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações.

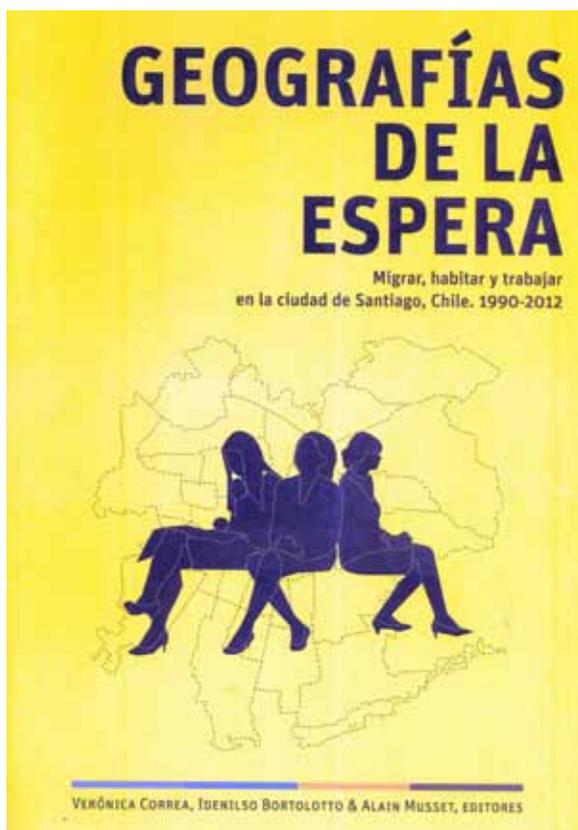
Podem ser organizados dossiês e enviados à *Travessia*.

Além de artigos, a revista recebe resenhas, relatos, crônicas, contos...

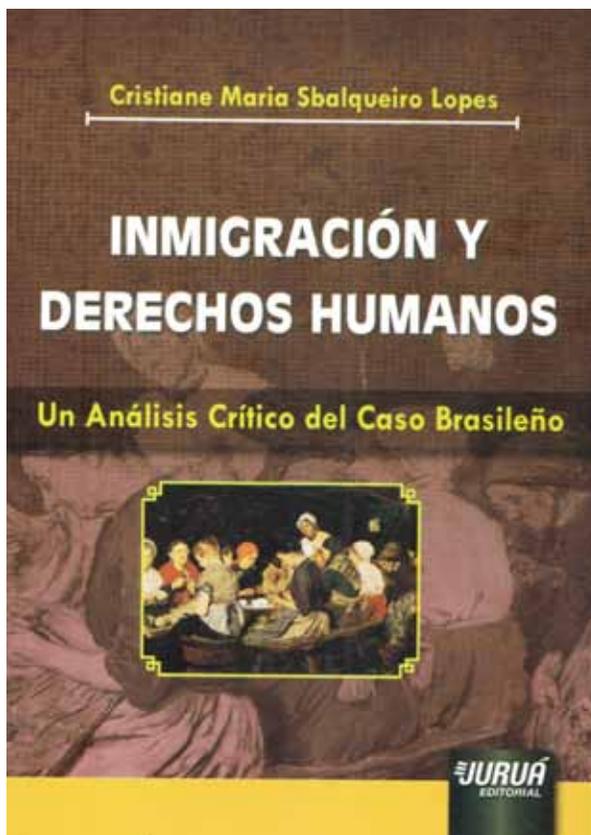
Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição.

Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

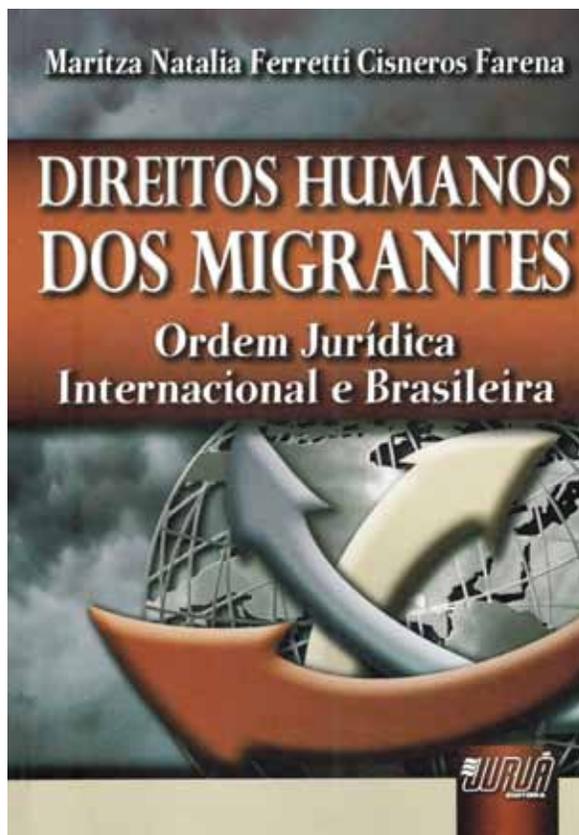
Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



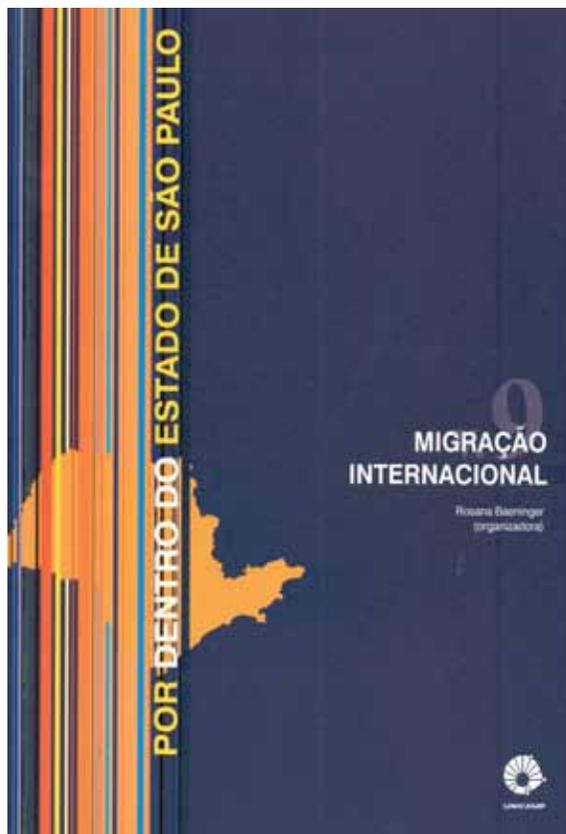
El conjunto de artículos deste libro, coordinado por *Verónica Correa*, *Idenilso Bortolotto* e *Alain Musset*, constituye un esfuerzo para la comprensión de un fenómeno relativamente nuevo: la llegada de inmigrantes latinoamericanos a la capital de Chile. A través de diversos ejes temáticos – geopolítico, cultural y religioso –, diferentes niveles de análisis y perspectivas se articulan, presentando un abanico de descripciones e interpretaciones que cubren distintas realidades y vivencias de esta inmigración de “sur a sur”. No obstante, tres son los principales fenómenos que esta obra anuncia y constata: a) la feminización del flujo migratorio; b) la particular forma del inmigrante de experimentar el tiempo-espacio y, c) la respuesta institucional frente a estas migraciones.



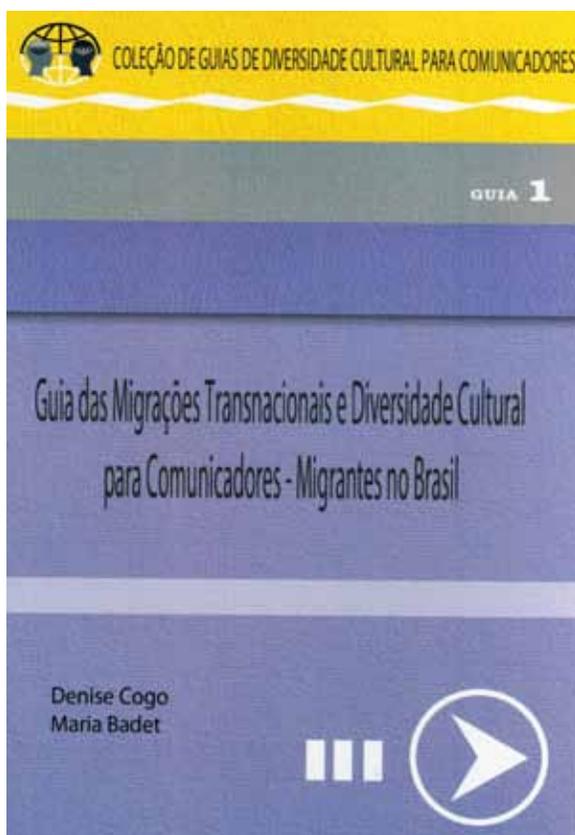
En este libro, *Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes* se propone a presentar las leyes de inmigración de Brasil desde una perspectiva crítica y comprometida con el protagonismo de los derechos humanos. Parte de la Constitución Federal, pasa por los reglamentos específicos, sin olvidar las situaciones especiales de los fronterizos e marinos. Y, mas allá de la letra de la ley, adentra en aspectos prácticos de los derechos de los extranjeros ante la Administración Pública, el reparto de competencias administrativas en materia de migraciones, el papel del Ministério Público del Trabajo en la defensa del orden jurídico laboral y la importancia del tema del derecho a la reunificación familiar. La obra termina con una propuesta de gestión de la inmigración por la qual se presentan los retos fundamentales: las luchas por el acceso a la jurisdicción local en materia laboral y, a la vez, por la internacionalización del derecho del trabajo y de la integración regional.



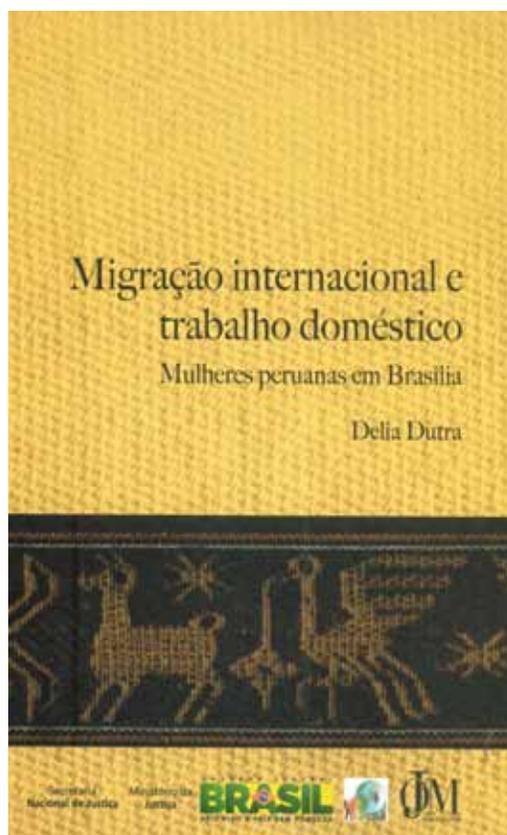
A violação dos Direitos Humanos dos Migrantes e as condutas discriminatórias contra os mesmos se repetem no mundo inteiro. Mas, o Direito Internacional dos Direitos Humanos fundamenta a proteção dos Direitos dos Migrantes e constitui limite de soberania dos Estados quanto à política migratória, posto que todo indivíduo tem Direitos Humanos pela sua humanidade, não por ser nacional de um Estado. Além deste postulado que guia o livro de *Maritza Natalia Ferretti Cisneros Farena*, merece destaque o tripé que o respalda: a) a experiência do refúgio: ainda criança, a autora teve que deixar a sua terra natal, a Nicarágua; b) a atuação voluntária no Brasil junto à Pastoral do Migrante da Missão Paz, onde atuou durante dez anos como assessora jurídica, e, c) o estudo: este livro é resultado de sua dissertação de mestrado.



Trata-se do vol. 9 da Coleção *Por dentro do Estado de São Paulo*, organizado por *Rosana Baeninger*, no âmbito da pesquisa *Observatório das Migrações em São Paulo*, do Núcleo de Estudos da População-NEPO/Unicamp. Reunindo mais de uma dezena de pesquisadores, este volume apresenta um mosaico de situações referentes às migrações internacionais contemporâneas. Busca compreender as relações entre os lugares da migração, a importância das redes sociais ao longo dos processos, as conexões realizadas pelos grupos imigrantes em seus espaços migratórios nacionais, internacionais e transnacionais. Nas abordagens, ganham destaque os aspectos conceituais das teorias migratórias; os desafios interdisciplinares; os fluxos de latino-americanos para São Paulo e para a fronteira brasileira, além das emigrações de brasileiros, explorando aspectos tais como: remessas, gênero, etnicidade, seletividade, fronteira, circulação estudantil, política migratória, dentre outros.



Trata-se do primeiro caderno da “Coleção de Guias de Diversidade Cultural para Comunicadores” de autoria de *Denise Cogo* e *Maria Badet*, mas fruto de iniciativa conjunta de um grupo de pesquisadores brasileiros que atuam em diferentes universidades nacionais e internacionais. Há alguns anos esses pesquisadores se dedicam ao estudo de diferentes aspectos das relações entre meios de comunicação e migrações, com a preocupação de fazer com que os resultados das pesquisas tenham repercussão na realidade das migrações. Dentre as várias iniciativas do grupo, enquadra-se este Guia, cuja finalidade específica é a de subsidiar o trabalho realizado por comunicadores e jornalistas na pauta e cobertura das migrações transnacionais no Brasil.



Mulheres pobres, desempregadas, com pouca educação formal, sem oportunidades de trabalho em seu país de origem? Não! Mulheres empreendedoras, determinadas a superar limites, capazes de tomar decisões, como a de deixar o próprio país para abraçar uma chance de trabalho que alguém contou existir num lugar outro e distante? Sim! É sob esta ótica que *Delia Dutra* busca compreender como um grupo de dez mulheres migrantes, peruanas, trabalhadoras domésticas em Brasília vivem e explicam suas experiências migratórias na cidade. Para tanto, a autora desenvolve um estudo qualitativo em profundidade, abarcando as motivações individuais, as relações familiares, a origem social e cultural, o grupo de referência, o status da profissão exercida, a experiência urbana no presente e no passado, bem como as relações sociais de gênero dentro e fora do núcleo familiar. Concluiu seu livro dizendo que se trata de mulheres sobreviventes que, mais do que cuidar, vivem para servir e lutam para um dia viver as suas próprias histórias.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação **militante**.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Sumário

Apresentação

Dirceu Cutti

A Itália e o racismo disfarçado

Dario Spagnuolo

A “integração” dos imigrantes brasileiros na França

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Nuevos destinos de la migración africana reciente:

los senegaleses en Argentina

Bernarda Zubrzycki

Mangia che te fa bene! Comida e identidade entre os descendentes
de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

Maria Catarina C. Zanini

Miriam de Oliveira Santos

Sair do sertão, viver nele: as migrações sertanejas

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

A paróquia católica e a pastoral da mobilidade humana:
A questão do território e a missão da Igreja junto aos migrantes

Sidnei Marco Dornelas

--- ensaio ---

Dicotomías, identificaciones y migraciones en las Américas

Leonir Mario Chiarello

--- relato ---

A comunidade brasileira em Roma:

Trinta anos de serviço pastoral entre acolhida e integração

Francesca Vietti

Sérgio Durigon

ISSN 0103-5576



0103-5576

travessia@missaonspaz.org
www.missaonspaz.org